



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal
Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercício 2018



MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Sérgio Fernando Moro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Luiz Pontel de Souza

DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL

Maurício Leite Valeixo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Roberval Ré Vicalvi

Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Leonardo Gomes Vieira

Chefe do Serviço de Contabilidade

Lucas Domingos Abate

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Pereira da Silva

Anaser Lopes da Silva

Cheila Andrade Medeiros

Carmem Arnaud Sampaio Cunha

Ilda Verônica de Melo Meneses

José Douglas Conceição de Souza

Josias Fernandes de Aragão Júnior

Josias Rodrigues Alves

Lucas Domingos Abate

Renato Nunes Lemos

Rosiney Batista Dias

Sandra Isaelle Figueiredo dos Santos



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
1 BALANÇO PATRIMONIAL	12
2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	16
3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	19
4 BALANÇO FINANCEIRO	24
5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA.....	26
6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
NOTAS EXPLICATIVAS	32
1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	32
1.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	34
1.2 Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	39
2 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS ..	41
2.1 Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	41
2.2 Nota 2 - Demais Créditos e Valores (Curto e Longo prazo).....	44
2.2.1 Demais créditos e valores a Curto Prazo	44
2.2.2 Demais créditos e valores a Longo Prazo.....	45
2.3 Nota 3 - Estoques	46
2.4 Nota 4 - Imobilizado	49
2.4.1 Bens Móveis	51
2.4.2 Bens Imóveis	54
2.4.3 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.....	59
2.4.4 Depreciação e Reavaliação dos bens móveis.....	60
2.4.5 Depreciação e Reavaliação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet	60
2.4.6 Redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	62
2.5 Nota 5 - Intangível	62
2.5.1 Mensuração e Amortização de ativos intangíveis.....	66
2.6 Nota 6 - Fornecedores e Contas a pagar.....	66
2.7 Nota 7 - Atos Potenciais Ativos.....	70
2.8 Nota 8 - Atos Potenciais Passivos.....	74
2.9 Nota 9 - Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo	80
2.9.1 Demais Obrigações de Curto Prazo.....	80
2.9.2 Demais Obrigações de Longo Prazo	81



2.10	Nota 10 - Resultado Patrimonial.....	82
2.11	Nota 11 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Ajustes de Exercícios Anteriores.....	88
2.12	Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita.....	91
2.12.1	Receitas Correntes.....	92
2.12.2	Receitas de Capital.....	98
2.13	Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa.....	99
2.13.1	Despesas Correntes.....	99
2.13.2	Despesas de Capital.....	103
2.14	Nota 14 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar.....	106
2.14.1	Restos a Pagar Não Processados.....	106
2.14.2	Restos a Pagar não Processados liquidados e Restos a Pagar Processados.....	109
2.14.3	Pagamento de Restos a Pagar.....	111
2.14.4	Estoques de Restos Pagar (Não Processados e Processados) em 31/12/2018.....	112
2.15	Nota 15 - Resultado Orçamentário.....	114
2.16	Nota 16 - BF - Ingressos.....	115
2.17	Nota 17 - BF - Dispêndios.....	117
2.18	Nota 18 - Resultado Financeiro.....	120
2.19	Nota 19 - DFC - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	121
2.19.1	Atividades Operacionais.....	122
2.19.2	Atividades de Investimentos.....	125



LISTA DE SIGLAS

AH - Análise Horizontal

AV - Análise Vertical

BF - Balanço Financeiro

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

CGCSP - Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos

CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

COFIN/STN - Coordenação-Geral de Programação Financeira

CONDESAUD - Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CGCSP - Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos

DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas da União

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DICOF - Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada

DIREX - Diretoria-Executiva da Polícia Federal

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DPF - Delegacia de Polícia Federal

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

e-LOG - Sistema de Gestão Eletrônica de Administração e Logística

FUNAPOL - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Lei Complementar nº 89, de 18/02/1997)

GESP - Sistema de Gestão Eletrônico de Segurança Privada

IFRS - International Financial Reporting Standards

IPSAS - International Public Sector Accounting Standards

LOA - Lei Orçamentária Anual

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público



NL - Nota de Lançamento

NP - Nota de Pagamento

NS - Nota de Sistema

PA - Lançamento Patrimonial

PF - Polícia Federal

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PIPCP - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

RFB - Receita Federal do Brasil

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

RP - Restos a Pagar

RPNP - Restos a Pagar Não Processados

RPP - Restos a Pagar Processados

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

SEPROG/COF - Serviço de Programação Orçamentária

SF - Suprimento de Fundos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SR/PF - Superintendência Regional de Polícia Federal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UG - Unidade Gestora

VPA - Variação Patrimonial Aumentativa

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Composição Caixa e Equivalentes de Caixa.....	42
Tabela 2. Composição Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento.....	42
Tabela 3. Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - por fonte de recursos	43
Tabela 4. Demais créditos e valores a Curto Prazo - Composição	44
Tabela 5. Adiantamentos Concedidos - Composição	45
Tabela 6. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Composição	45
Tabela 7. Estoques da PF - Composição.	46
Tabela 8. Material de Consumo PF - por UG.....	46
Tabela 9. Material de Consumo por subitem - por UG.	47
Tabela 10. Imobilizado - Composição.....	50
Tabela 11. Bens Móveis - Composição	51
Tabela 12. Demais Bens Móveis - Bens não localizados por UG	52
Tabela 13. Bens Móveis por UG - Variação.....	53
Tabela 14. Bens Imóveis - Composição.	54
Tabela 15. Bens Imóveis de uso especial por UG - variações	56
Tabela 16. Bens Imóveis - maiores UGs - Composição	58
Tabela 17. Intangível - Composição.....	63
Tabela 18. Intangível - por conta corrente (Inscrição Genérica)	65
Tabela 19. Intangível - amortização de <i>software</i>	66
Tabela 20. Fornecedores e Contas a Pagar da PF - Composição.....	67
Tabela 21. Variação Horizontal de Fornecedores e Contas a Pagar da PF - por UG.....	67
Tabela 22. Fornecedores e Contas a Pagar da PF - por Fornecedor e Unidade Contratante.....	69
Tabela 23. Composição Atos Potenciais Ativos da PF.....	71
Tabela 24. Garantias e Contragarantias Recebidas a executar	72
Tabela 25. Composição das Garantias Recebidas a executar e em execução na PF.....	72
Tabela 26. Composição Atos Potenciais Passivo da PF	75
Tabela 27. Composição das Obrigações Contratuais da PF	75
Tabela 28. Maiores Fornecedores registrados em obrigações de serviços a executar na PF - por UG.....	76
Tabela 29. Maiores Fornecedores registrados em obrigações de aluguéis a executar na PF - por UG.....	76
Tabela 30. Maiores Fornecedores de bens a executar na PF - por UG.....	77
Tabela 31. Maiores Fornecedores de seguros a executar na PF - por UG	77
Tabela 32. Obrigações Contratuais - por Contratado e UG Contratante	78
Tabela 33. Demais Obrigações a Curto Prazo - Composição	80
Tabela 34. Indenizações, Restituições e Compensações - Por UG.....	81



Tabela 35. Demais Obrigações a Longo Prazo - Composição.....	82
Tabela 36. Variações Patrimoniais Aumentativas versus Variações Patrimoniais Diminutivas.	82
Tabela 37. VPA Transferências Intragovernamentais - por UG.....	83
Tabela 38. VPA Ganhos com alienação - por UG.....	84
Tabela 39. Perdas com alienação - por UG.....	84
Tabela 40. VPA - Reavaliação de Ativos - por UG.....	85
Tabela 41. VPD Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - por UG.....	87
Tabela 42. VPD Desincorporação de Ativos - por UG.....	87
Tabela 43. Patrimônio Líquido - Composição.....	89
Tabela 44. PL - Ajustes de Exercícios Anteriores - por UG.....	89
Tabela 45. Origens das receitas arrecadadas.....	91
Tabela 46. Receitas Tributárias e de Contribuições - Composição.....	92
Tabela 47. Receitas Tributárias - Taxas - Composição e Evolução.....	93
Tabela 48. Receitas Tributárias - Taxas - por Fonte de Recurso Detalhada.....	93
Tabela 49. Outras Receitas Correntes - Composição.....	94
Tabela 50. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Composição.....	94
Tabela 51. Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Composição.....	97
Tabela 52. Alienação de Bens Móveis.....	98
Tabela 53. Alienação de Bens Móveis - por UG.....	98
Tabela 54. Execução Orçamentária - Incluindo os Créditos Bloqueados.....	99
Tabela 55. Despesas Correntes Empenhadas - Composição.....	100
Tabela 56. Despesas Pessoal e Encargos Sociais - Crescimento.....	100
Tabela 57. Execução das despesas correntes - por UG e elemento despesa, exceto pessoal.....	102
Tabela 58. Despesas de Capital Empenhadas - Composição.....	103
Tabela 59. Investimentos - Crescimento.....	104
Tabela 60. Principais execuções das despesas de capital das 3 (três) maiores Unidades Executoras.....	105
Tabela 61. Restos a Pagar não Processados - por categoria econômica da despesa.....	106
Tabela 62. Restos a Pagar não Processados liquidados e Restos a Pagar Processados.....	110
Tabela 63. Pagamento de Restos a Pagar - por fonte de recursos.....	111
Tabela 64. Estoque de Restos a Pagar.....	112
Tabela 65. Estoque de Restos a Pagar Reinscrito por UG.....	114
Tabela 66. Resultado Orçamentário - por grupo de fonte de recursos.....	115
Tabela 67. Ingressos PF.....	116
Tabela 68. Receita Orçamentária - Composição.....	116
Tabela 69. Dispêndios PF.....	117
Tabela 70. Execução da Despesa Orçamentária - por grupo de fonte de recursos.....	118



Tabela 71. Dispêndios - Despesas Vinculadas - Detalhamento.....	119
Tabela 72. Resultado Financeiro - Composição.....	120
Tabela 73. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	122
Tabela 74. Atividades Operacionais - Composição.....	123
Tabela 75. Outras Receitas Derivadas e Originárias - Composição.....	124
Tabela 76. Atividades de Investimentos - Composição.....	125
Tabela 77. Desembolsos das Atividades de Investimentos - Composição.....	126



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fonte de Recursos Detalhada da UG 200336-COF/DLOG/PF	43
Figura 2. Bens Móveis por Unidade Gestora.....	53
Figura 3. Bens de Uso Especial - Composição.....	55
Figura 4. Bens de Uso Especial - Composição por UG.....	57
Figura 5. Intangível - Por Unidade Executora	64
Figura 6. Fornecedores e Contas a Pagar - por UG contratante.....	68
Figura 7. Garantias Recebidas no País a executar - por UG.....	74
Figura 8. Obrigações Contratuais - por UG Contratante	78
Figura 9. Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição	83
Figura 10. Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição.....	86
Figura 11. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais por Área de Arrecadação	95
Figura 12. Evolução das Arrecadações de Multas Administrativas de 2010 a 2018	96
Figura 13. Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - composição.....	97
Figura 14. Valores executados das despesas correntes - por UG	101
Figura 15. Execução das despesas correntes - por UG em 2018	103
Figura 16. Valores executados das despesas de capital - por UG.....	104
Figura 17. Restos a Pagar não Processados - por UG.....	107
Figura 18. Execução RPNP - por UG.....	108
Figura 19. Valores cancelados em RPNP - por UG.....	109
Figura 20. Execução RPP - por UG.....	110
Figura 21. Valores cancelados em RPP - por UG.....	111
Figura 22. Inscrição de Restos a Pagar - por exercício.....	113



LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação das Unidades Gestoras Consolidadas nas DCON.....	32
Quadro 2. Principais Restrições da Polícia Federal Destacadas nas Declarações do Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública.....	40
Quadro 3. Relação das Unidades Gestoras quanto a realização do inventário de estoques	49
Quadro 4. Relação das Unidades Gestoras quanto a realização do inventário do imobilizado	50



APRESENTAÇÃO

A Polícia Federal é órgão integrante da administração pública direta do Governo Federal, subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e encontra raízes históricas na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, em 1808. Posteriormente, recebeu a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, conforme Decreto-Lei nº 6378/1944, passando por outras mudanças até tomar a atual configuração.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. O art. 144 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, prevê que:

§1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

A sede da Polícia Federal está situada em Brasília, no Distrito Federal, havendo Unidades Descentralizadas (Superintendências Regionais) em todas as capitais dos estados da federação e no Distrito Federal, bem como Delegacias e Postos Avançados em diversas cidades do país, e apura crimes contra o meio ambiente, a ordem tributária, o Sistema Financeiro de Habitação, a Previdência Social, a organização do trabalho, os índios, os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, terrorismo, de tráfico ilícito de drogas e armas, dentre outros.

Cabe ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826,



de 22 de dezembro de 2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357, de 17 de dezembro de 2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017); Representação Externa - INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999).

As Demonstrações Contábeis - DCON apresentadas neste Relatório, contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e nas respectivas Notas Explicativas, enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

A seguir, há uma breve descrição de cada Demonstrativo Contábil, seguido pelos quadros e suas respectivas Notas Explicativas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.



ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017		
ATIVO CIRCULANTE		NE	606.829.935	141.600.161	PASSIVO CIRCULANTE		NE	418.762.843	30.934.734
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	487.893.848	35.823.864	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		338.480.566	15.187		
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>2</u>	57.211.865	65.787.990	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>6</u>	7.879.444	6.618.489		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		160	2.022		
Estoques	<u>3</u>	61.723.817	39.981.340	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-		
VPD Pagas Antecipadamente		406	6.967	Provisões a Curto Prazo		-	-		
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>9</u>	72.402.672	24.299.036		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.091.846.380	2.916.245.494	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.831	5.877		
Realizável a Longo Prazo		-	1.503.200	Obrigações Trabalh., Previd. Assist. a Pag. a Longo Prazo		-	-		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	<u>2</u>	-	1.503.200	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-		
Imobilizado	<u>4</u>	3.034.306.915	2.863.859.813	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	<u>6</u>	-	-		
Bens Móveis	<u>4</u>	1.064.615.489	1.074.419.000	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-		
Bens Móveis		1.468.075.849	1.408.282.031	Provisões a Longo Prazo		-	-		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-403.460.360	-333.863.030	Demais Obrigações a Longo Prazo	<u>9</u>	7.831	5.877		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado Diferido		-	-		
Bens Imóveis	<u>4</u>	1.969.691.427	1.789.440.813	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		418.770.674	30.940.611		
Bens Imóveis		1.975.026.568	1.792.681.486	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	2017		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.335.142	-3.240.673	Demais Reservas		296.482	296.482		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Resultados Acumulados		3.279.609.159	3.026.608.561		
Intangível	<u>5</u>	57.539.464	50.882.480	Resultado do Exercício		253.535.710	431.812.650		
Softwares		57.539.464	50.882.480	Resultados de Exercícios Anteriores	<u>11</u>	3.026.608.561	2.552.046.653		
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-981.417	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		-535.112	42.749.258		
TOTAL DO ATIVO		3.698.676.315	3.057.845.654	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.698.676.315	3.057.845.654		

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO		3.698.676.315	3.057.845.654
Ativo Financeiro		487.893.847,96	35.823.864
Ativo Permanente		3.210.782.466,90	3.022.021.790
PASSIVO		847.978.134	476.791.759
Passivo Financeiro		847.937.471	475.520.251
Passivo Permanente		40.663	1.271.508
SALDO PATRIMONIAL		2.850.698.181	2.581.053.896

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7	39.286.834	75.038.599
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		39.277.299	23.658.622
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		9.535	50.958.977
Direitos Contratuais a Executar		-	421.000
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8	721.950.318	817.608.196
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		2.056.802	1.982.707
Obrigações Contratuais a Executar		719.893.516	815.625.490
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	2018	2017
Recursos Ordinários		-155.087.748	-50.896.067
Recursos Vinculados		-204.955.875	-388.800.320
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-53.603	34.250
Operação de Crédito		-20.990.529	-153.766.347
Alienação de Bens e Direitos		12.981.800	8.351.900
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-198.278.879	-240.282.941
Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.385.336	-3.137.182
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		-360.043.623	-439.696.386

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10	15.858.920.295	15.060.498.822
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		933.245.375	855.406.885
Impostos		-	-
Taxas		933.245.375	855.406.885
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		26.673.475	193.057
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		26.673.475	193.057
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		458	17.290
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		458	17.290
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		14.578.981.506	13.689.764.471
Transferências Intragovernamentais		14.418.522.373	13.496.950.111
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		160.459.133	192.814.360
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		264.974.455	435.201.069



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10	15.858.920.295	15.060.498.822
Reavaliação de Ativos		206.496.463	425.935.396
Ganhos com Alienação		785.794	1.000.309
Ganhos com Incorporação de Ativos		55.954.265	8.228.181
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.737.933	37.184
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		55.045.027	79.916.051
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar		430.200	265.814
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		54.614.827	79.650.237
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		15.858.920.295	15.060.498.822

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10	15.605.384.585	14.628.686.172
Pessoal e Encargos		3.976.198.775	3.804.528.436
Remuneração a Pessoal		3.097.454.186	3.003.580.997
Encargos Patronais		626.942.025	615.432.220
Benefícios a Pessoal		168.958.999	160.706.817
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		82.843.564	24.808.402
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.163.664.393	2.021.680.986
Aposentadorias e Reformas		1.572.639.461	1.438.989.142
Pensões		587.468.872	579.435.616
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.556.060	3.256.228
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		937.397.673	785.155.735
Uso de Material de Consumo		70.920.730	66.197.317
Serviços		775.239.289	637.714.128
Depreciação, Amortização e Exaustão		91.237.654	81.244.290
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		401.173	4.368.411
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		386.554	4.354.810
Variações Monetárias e Cambiais		9.207	6.224
Descontos Financeiros Concedidos		5.412	7.377
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		8.311.566.867	7.869.628.047
Transferências Intragovernamentais		8.206.284.206	7.713.234.457
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		4.932.847	4.161.819
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10	15.605.384.585	14.628.686.172
Outras Transferências e Delegações Concedidas		100.349.814	152.231.772
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		177.685.783	60.746.190
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		44.898.766	38.060.581
Perdas com Alienação		1.407.453	2.244.873
Perdas Involuntárias		3.966.180	852.853
Incorporação de Passivos		-	866
Desincorporação de Ativos		127.413.385	19.587.017
Tributárias		1.581.008	1.414.841
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.224.500	1.072.234
Contribuições		356.508	342.608
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		36.888.912	81.163.525
Premiações		-	7.990
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		36.888.912	81.155.535
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		15.605.384.585	14.628.686.172
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10	253.535.710	431.812.650

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



Receitas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	12	731.548.674	731.548.674	745.774.425	14.225.751
Receitas Tributárias	12	656.774.936	656.774.936	674.362.176	17.587.240
Impostos		-	-	-	-
Taxas		656.774.936	656.774.936	674.362.176	17.587.240
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		206.398	206.398	238.042	31.644
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		206.398	206.398	238.042	31.644
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	26.435.133	26.435.133
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	26.435.133	26.435.133
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	12	74.567.340	74.567.340	44.739.074	(29.828.266)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		74.440.008	74.440.008	44.515.572	(29.924.436)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		55.185	55.185	219.980	164.795
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	1	1
Demais Receitas Correntes		72.147	72.147	3.521	(68.626)
RECEITAS DE CAPITAL	12	-	-	4.629.900	4.629.900
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Alienação de Bens	12	-	-	4.629.900	4.629.900
Alienação de Bens Móveis		-	-	4.629.900	4.629.900
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		731.548.674	731.548.674	750.404.325	18.855.651
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		731.548.674	731.548.674	750.404.325	18.855.651
DEFICIT	15			6.545.036.706	6.545.036.706
TOTAL		731.548.674	731.548.674	7.295.441.031	6.563.892.357
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

Fonte: SIAFI, 2018.

**Despesas**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	13	6.979.513.486	7.150.754.632	7.029.348.617	6.865.221.881	6.464.769.039	121.406.015
Pessoal e Encargos Sociais		5.824.291.002	6.004.932.308	5.934.954.162	5.907.638.315	5.534.812.481	69.978.146
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.155.222.484	1.145.822.324	1.094.394.455	957.583.565	929.956.558	51.427.869
DESPESAS DE CAPITAL	13	123.645.033	268.944.726	266.092.415	34.107.332	34.096.493	2.852.311
Investimentos		123.645.033	268.944.726	266.092.415	34.107.332	34.096.493	2.852.311
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		143.743.388	134.651.027	-	-	-	134.651.027
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		7.246.901.907	7.554.350.385	7.295.441.031	6.899.329.213	6.498.865.532	258.909.354
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		7.246.901.907	7.554.350.385	7.295.441.031	6.899.329.213	6.498.865.532	258.909.354
TOTAL		7.246.901.907	7.554.350.385	7.295.441.031	6.899.329.213	6.498.865.532	258.909.354

Fonte: SIAFI, 2018.



Execução de Restos a Pagar Não Processados Inscritos

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	14	86.244.996	223.132.422	171.745.578	154.945.430	122.817.096	31.614.891
Pessoal e Encargos Sociais		38.984.136	11.300.261	28.981.714	12.220.538	21.181.778	16.882.081
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		47.260.860	211.832.161	142.763.863	142.724.892	101.635.318	14.732.811
DESPESAS DE CAPITAL	14	60.679.059	75.965.089	97.950.235	97.926.816	20.289.545	18.427.786
Investimentos		60.679.059	75.965.089	97.950.235	97.926.816	20.289.545	18.427.786
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		146.924.055	299.097.510	269.695.813	252.872.247	143.106.641	50.042.678

Fonte: SIAFI, 2018

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados Inscritos

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	14	498.650	27.286.847	27.187.327	546.716	51.455
Pessoal e Encargos Sociais		128.668	43.036	166.875	4.829	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		369.983	27.243.811	27.020.452	541.887	51.455
DESPESAS DE CAPITAL	14	-	1.640.691	1.552.284	42.767	45.640
Investimentos		-	1.640.691	1.552.284	42.767	45.640
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		498.650	28.927.537	28.739.610	589.483	97.095

Fonte: SIAFI, 2018

4 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); e
- d) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.



INGRESSOS (16)		NE	2018	2017	DISPÊNDIOS (17)		NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		16	750.404.325	972.840.153	Despesas Orçamentárias		17	7.295.441.031	6.807.246.729
Ordinárias			-	272.517.603	Ordinárias			5.800.405.391	4.223.264.781
Vinculadas			757.195.187	704.368.779	Vinculadas			1.495.035.640	2.583.981.948
Recursos de Receitas Financeiras			-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)			892.396.646	1.642.000.605
Alienação de Bens e Direitos			8.323.806	4.908.247	Recursos de Receitas Financeiras			-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			746.863.757	676.085.242	Operação de Crédito			-	491.608.842
Outros Recursos Vinculados a Fundos			2.007.624	23.375.290	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			600.278.325	428.758.106
(-) Deduções da Receita Orçamentária			(6.790.862)	(4.046.229)	Outros Recursos Vinculados a Fundos			2.360.669	21.614.395
Transferências Financeiras Recebidas			14.388.794.700	13.492.105.311	Transferências Financeiras Concedidas			8.176.508.930	7.708.389.657
Resultantes da Execução Orçamentária			13.821.298.075	12.977.448.018	Resultantes da Execução Orçamentária			6.911.123.476	6.506.819.845
Repasse Recebido			6.934.778.629	6.491.492.038	Repasse Concedido			20.952.944	2.040.847
Sub-repasse Recebido			6.886.519.356	6.485.955.980	Sub-repasse Concedido			6.886.519.356	6.485.955.980
Sub-repasse Devolvido			90	-	Repasse Devolvido			3.651.085	18.823.017
Independentes da Execução Orçamentária			567.496.625	514.657.293	Sub-repasse Devolvido			90	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			528.061.286	487.122.308	Independentes da Execução Orçamentária			1.265.385.454	1.201.569.812
Demais Transferências Recebidas			12.474.993	7.257.428	Transferências Concedidas para Pagamento de RP			260.866.826	255.091.836
Movimentação de Saldos Patrimoniais			26.960.346	20.277.556	Demais Transferências Concedidas			8.174.993	3.709.028
Aporte ao RPPS			-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais			996.343.636	942.768.948
Aporte ao RGPS			-	-	Aporte ao RPPS			-	-
					Aporte ao RGPS			-	-
Recebimentos Extraorçamentários			1.068.972.245	328.545.462	Despesas Extraorçamentárias			284.151.325	305.390.132
Inscrição dos Restos a Pagar Processados			400.463.681	27.209.889	Pagamento dos Restos a Pagar Processados			28.739.610	3.874.548
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados			396.111.818	299.097.510	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados			252.872.247	266.523.357
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			2.547.435	2.215.601	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			2.539.468	2.234.198
Outros Recebimentos Extraorçamentários			269.849.311	22.462	Outros Pagamentos Extraorçamentários			-	32.758.030
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			10.717	9.486	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-	10.817
Restituições a Pagar			80.161	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade			-	32.747.213
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			-	971					
Arrecadação de Outra Unidade			268.754.297	-					
Demais Recebimentos			1.004.137	12.005					
Saldo do Exercício Anterior			35.823.864	63.359.457	Saldo para o Exercício Seguinte			487.893.848	35.823.864
Caixa e Equivalentes de Caixa			35.823.864	63.359.457	Caixa e Equivalentes de Caixa			487.893.848	35.823.864
TOTAL		18	16.243.995.135	14.856.850.382	TOTAL		18	16.243.995.135	14.856.850.382

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que, eventualmente, transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC é composta por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e
- e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES			2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		NE	581.015.677	105.240.850
INGRESSOS		19	15.406.955.154	14.462.329.241
Receitas Derivadas e Originárias			745.774.425	967.995.353
Receita Tributária			674.362.176	886.837.573
Receita de Contribuições			-	-
Receita Patrimonial			238.042	193.057
Receita Agropecuária			-	-
Receita Industrial			-	-
Receita de Serviços			26.435.133	-
Remuneração das Disponibilidades			-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias			44.739.074	80.964.723
Transferências Correntes Recebidas			-	-
Intergovernamentais			-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal			-	-
Dos Municípios			-	-
Intragovernamentais			-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas			-	-
Outros Ingressos das Operações			14.661.180.729	13.494.333.888
Ingressos Extraorçamentários			2.547.435	2.215.601
Restituições a Pagar			80.161	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			-	971
Transferências Financeiras Recebidas			14.388.794.700	13.492.105.311
Arrecadação de Outra Unidade			268.754.297	-
Demais Recebimentos			1.004.137	12.005
DESEMBOLSOS		19	-14.825.939.477	-14.357.088.390
Pessoal e Demais Despesas			-6.017.352.384	-5.995.357.182
Legislativo			-	-
Judiciário			-151.289	-622.009
Essencial à Justiça			-	-
Administração			-	-
Defesa Nacional			-	-
Segurança Pública			-3.956.240.959	-3.959.343.375
Relações Exteriores			-	-
Assistência Social			-	-
Previdência Social			-2.030.202.916	-2.016.207.625
Saúde			-	-
Trabalho			-	-
Educação			-	-
Cultura			-	-
Direitos da Cidadania			-2.262.847	-1.548.129
Urbanismo			-	-
Habitação			-	-
Saneamento			-	-
Gestão Ambiental			-	-50.600
Ciência e Tecnologia			-	-
Agricultura			-	-
Organização Agrária			-	-
Indústria			-	-
Comércio e Serviços			-	-
Comunicações			-	-
Energia			-	-
Transporte			-	-
Desporto e Lazer			-	-
Encargos Especiais			-28.505.090	-17.594.929
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			10.717	9.486



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES			2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		NE	581.015.677	105.240.850
Juros e Encargos da Dívida			-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			-	-
Outros Encargos da Dívida			-	-
Transferências Concedidas			-629.538.694	-618.349.323
Intergovernamentais			-	-
A Estados e/ou Distrito Federal			-	-
A Municípios			-	-
Intragovernamentais			-624.605.847	-614.187.505
Outras Transferências Concedidas			-4.932.847	-4.161.819
Outros Desembolsos das Operações			-8.179.048.399	-7.743.381.885
Dispêndios Extraorçamentários			-2.539.468	-2.234.198
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores				-10.817
Transferências Financeiras Concedidas			-8.176.508.930	-7.708.389.657
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade				-32.747.213
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			-128.945.693	-132.776.443
INGRESSOS		19	4.629.900	4.844.800
Alienação de Bens			4.629.900	4.844.800
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			-	-
Outros Ingressos de Investimentos			-	-
DESEMBOLSOS		19	-133.575.593	-137.621.243
Aquisição de Ativo Não Circulante			-125.549.308	-137.226.932
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			-	-
Outros Desembolsos de Investimentos			-8.026.285	-394.310
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			-	-
INGRESSOS			-	-
Operações de Crédito			-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			-	-
Transferências de Capital Recebidas			-	-
Intergovernamentais			-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal			-	-
Dos Municípios			-	-
Intragovernamentais			-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas			-	-
Outros Ingressos de Financiamento			-	-
DESEMBOLSOS			-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida			-	-
Outros Desembolsos de Financiamento			-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO				-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		19	452.069.984	-27.535.592
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL			35.823.864	63.359.457
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL			487.893.848	35.823.864

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e
- e) outras mutações do patrimônio líquido.



Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017		-	-	-	-	31.418.544	2.552.046.653	-	-	2.583.465.197
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-453.866	-	-	-453.866
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-31.122.062	43.203.124	-	-	12.081.062
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	431.812.650	-	-	431.812.650
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	11	-	-	-	-	296.482	3.026.608.561	-	-	3.026.905.043

Fonte: SIAFI, 2017.



Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018		-	-	-	-	296.482	3.026.608.561	-	-	3.026.905.043
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-863.830	-	-	-863.830
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	328.718	-	-	328.718
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	253.535.710	-	-	253.535.710
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	11	-	-	-	-	296.482	3.279.609.159	-	-	3.279.905.641

Fonte: SIAFI, 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Polícia Federal (DCON) foram elaboradas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), tais como: NBC TSP Estrutura Conceitual e Resoluções CFC nº 1.133 a 1.137/2008). Além disso, foram observadas as instruções descritas na 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, (Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 2/2016 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 840/2016), e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Portaria STN nº 700/2014), bem como, considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e nas demais normas aplicáveis.

Considerando que o processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) está em andamento, as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. As IPSAS ainda não possuem aplicação integral e obrigatória pelas entidades governamentais brasileiras; porém, quando não há norma semelhante ou quando a brasileira é mais sucinta, tais normas auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômicos. De igual modo, as Normas Internacionais para Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) foram utilizadas de maneira subsidiária.

As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Polícia Federal listadas a seguir e foram elaboradas, a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

Quadro 1. Relação das Unidades Gestoras Consolidadas nas DCON

UG	Nome da Unidade Gestora	UF	CNPJ
200334	Coordenação de Administração-COAD/DLOG/PF	DF	00394494.0014-50
200336	Coordenação de Orçamento e Finanças - COF/DLOG/PF	DF	00394494.0003-06
200338	Superintendência Regional no Distrito Federal - SR/PF/DF	DF	00394494.0024-22



UG	Nome da Unidade Gestora	UF	CNPJ
200340	Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF	DF	00394494.0083-82
200342	Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação - DTI/DLOG/PF	DF	00394494.0080-30
200344	Superintendência Regional no Estado de SE - SR/PF/SE	SE	00394494.0041-23
200346	Superintendência Regional no Estado da BA - SR/PF/BA	BA	00394494.0022-60
200350	Superintendência Regional da Polícia Federal em MG - SR/PF/MG	MG	00394494.0029-37
200352	Superintendência Regional no Estado do ES - SR/PF/ES	ES	00394494.0025-03
200354	Superintendência Regional no Estado do MS - SR/PF/MS	MS	00394494.0084-63
200356	Superintendência Regional no Estado do RJ - SR/PF/RJ	RJ	00394494.0035-85
200358	Superintendência Regional no Estado de AL - SR/PF/AL	AL	00394494.0020-07
200360	Superintendência Regional no Estado de SP - SR/PF/SP	SP	00394494.0040-42
200362	Delegacia de Polícia Federal em Santos - DPF/STS/PF	SP	00394494.0078-15
200364	Superintendência Regional no Estado do PR - SR/PF/PR	PR	00394494.0032-32
200366	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PF	PR	00394494.0077-34
200370	Superintendência Regional no Estado de SC - SR/PF/SC	SC	00394494.0039-09
200372	Superintendência Regional no Estado do RS - SR/PF/RS	RS	00394494.0037-47
200374	Superintendência Regional no Estado do MT - SR/PF/MT	MT	00394494.0028-56
200376	Superintendência Regional no Estado do GO - SR/PF/GO	GO	00394494.0026-94
200378	Superintendência Regional no Estado de RO - SR/PF/RO	RO	00394494.0038-28
200380	Superintendência Regional no Estado do AC - SR/PF/AC	AC	00394494.0019-65
200382	Superintendência Regional no Estado do AM - SR/PF/AM	AM	00394494.0021-80
200384	Superintendência Regional no Estado de RR - SR/PF/RR	RR	00394494.0093-54
200386	Superintendência Regional no Estado do PA - SR/PF/PA	PA	00394494.0030-70
200388	Superintendência Regional no Estado do MA - SR/PF/MA	MA	00394494.0027-75
200390	Superintendência Regional no Estado do PI - SR/PF/PI	PI	00394494.0034-02
200392	Superintendência Regional no Estado do CE - SR/PF/CE	CE	00394494.0023-41
200394	Superintendência Regional no Estado do RN - SR/PF/RN	RN	00394494.0036-66
200396	Superintendência Regional no Estado da PB - SR/PF/PB	PB	00394494.0031-51
200398	Superintendência Regional no Estado de PE - SR/PF/PE	PE	00394494.0033-13
200402	Superintendência Regional no Estado do AP - SR/PF/AP	AP	00394494.0010-27
200404	Superintendência Regional no Estado de TO - SR/PF/TO	TO	00394494.0006-40
200406	Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF	DF	00394494.0087-06
200416	Delegacia de Polícia Federal em Campinas - DPF/CAS/PF	SP	00394494.0147-81

Fonte: SIAFI, 2018.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2018. Nas DCON, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Polícia Federal.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP, no PCASP e no MCASP. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- (i) Balanço Patrimonial (BP);
- (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- (iii) Balanço Orçamentário (BO);
- (iv) Balanço Financeiro (BF);
- (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- (vi) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

De acordo com as premissas do modelo PCASP, as DCON apresentam as seguintes particularidades, em decorrência dos procedimentos adotados na União:

- (a) Ausência do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, uma vez que: (i) é de evidenciação facultativa no modelo PCASP; (ii) não há um consenso sobre as informações que devem ser apresentadas no respectivo quadro; e (iii) a informação sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio da Polícia Federal está disponível no BO e seus quadros anexos;
- (b) O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Assim, no BF os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;
- (c) Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, devido ao princípio de unidade de caixa, há recursos extraorçamentários que transitam na conta única;
- (d) Apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no BO que descrevem os ajustes que impactariam a previsão da receita orçamentária.

1.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Polícia Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem limite de saque com vinculação de pagamento, na conta única, e demais depósitos bancários. Os valores disponibilizados à Polícia Federal são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

b) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o Princípio de Unidade de Caixa. Segundo o referido Decreto: “A realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade caixa.” (Art. 1º).

De modo expresso, o referido decreto estabelece que o conceito adotado para receita é “[...] todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado [...]”. De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Deste modo, observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios da União sejam controlados em um único grupo que representará o Caixa da União. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no subgrupo Outros Bancos.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

d) Estoques

Os estoques compreendem o almoxarifado. O método para mensuração e avaliação das entradas dos estoques é o valor de aquisição e o das saídas é o custo médio ponderado.

e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, referentes a depósitos judiciais

efetuados. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Posteriormente, os bens ficam sujeitos a depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso os gastos não gerem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (bens incorpóreos de vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

h) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Polícia Federal tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções SIAFI 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta, União, Autarquias e Fundos e 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

As Unidades Gestoras da Polícia Federal aplicam a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, em relação à depreciação, por meio do Módulo Patrimônio do Sistema de Gestão Eletrônica de Administração e Logística (e-LOG) e realizam o registro no SIAFI. Quanto à amortização, a Polícia Federal (PF) está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema e-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da

amortização dos bens intangíveis. Os bens intangíveis da Polícia Federal referem-se a *softwares* de vida útil definida sujeitos à amortização, e indefinida, que possuem prazo indeterminado de uso, não sujeito à amortização. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas à Polícia Federal realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida Macrofunção e da MOC nº 11/2011 - DLOG/PF. As Unidades Gestoras que não concluíram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, de acordo com a Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, item 6.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2, da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é integrado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação é iniciada no momento em que o bem estiver em condições de uso.

i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da Polícia Federal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações

monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) obrigações de repartições a outros entes;
- (vi) provisões; e
- (vii) demais obrigações.

j) Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: (i) patrimonial; (ii) orçamentário; e (iii) financeiro.

j.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

j.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

j.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do Princípio de Caixa Único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.2 Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, cuja delegação foi realizada, por meio da Portaria nº 115/2010-MJ e da Portaria nº 1/2014-MJ, de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFIWeb.

Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Além dos processos realizados mensalmente, no fim do exercício, a Setorial Contábil do Ministério da Justiça e Segurança Pública encaminha para a STN a Declaração do Contador. Nessa Declaração, o Contador Responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e

das Mutações do Patrimônio Líquido) relativos ao exercício em análise, estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial.

Para sanar as ocorrências identificadas nas Unidades Gestoras do Órgão, a Seccional de Contabilidade da Polícia Federal orienta e promove capacitação contínua.

Todas as ações adotadas pela Contabilidade deste Órgão visam promover a Gestão do Conhecimento Organizacional por meio da consolidação e compartilhamento das experiências obtidas, tendo em vista que sua efetiva implantação se faz por meio de um conjunto de iniciativas que trazem como benefícios, dentre outros: aprendizagem organizacional, manutenção da memória organizacional, disponibilidade da informação e descoberta de novos conhecimentos.

Não obstante as ações e o esforço da Seccional de Contabilidade da Polícia Federal em sanar as ocorrências contábeis, com o objetivo de propiciar a geração de informações contábeis fidedignas, por razões adversas, justificadas pelas Unidades Gestoras, a Polícia Federal apresentou no decorrer do exercício financeiro de 2018, as seguintes ocorrências:

Quadro 2. Principais Restrições da Polícia Federal Destacadas nas Declarações do Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
315 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
318 - NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
603- SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
606- SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	2
610 - SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
632- SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	X	X	X	X	-	-	-	X	X	-	X	X	8
634- FALTA AVALICAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
640- SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
642- FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
645- OUTROS - ATIVO PERMANENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	1
647- VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
651 - FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	9
653- SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	-	10
656 - CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
674- SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X	X	10
681- REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	3



OCORRÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
700 - FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	1
705- FALTA COMPROVACAO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	4
708- COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	8
713- SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
738- SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES	-	-	X	-	-	-	-	-	X	X	X	-	4
744- DESEQUILIBRIO ENTRE AS CLASSES	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
758 - SALDOS ALONG/INDEVIDOS - CONTAS TRANS RECEITAS - BO	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	3
768 - FALTA IDENTIF BENEFICIARIO CONTROLE AUX MORAD	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	2
772- DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	1
TOTAL NO MÊS/ANO	12	13	13	14	14	12	13	13	16	12	17	13	162

Fonte: SIAFI, 2018.

As ocorrências contábeis não sanadas até o fim do exercício de 2018 estão indicadas no mês de dezembro do quadro acima. As Unidades Gestoras justificaram, via Mensagem SIAFI, conforme Declaração do Contador constante do Relatório de Gestão.

2 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

2.1 Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato (MCASP, 2017).

A Polícia Federal (Órgão 30108) apresentou um saldo de R\$ 487,8 milhões relacionados com “Caixa e Equivalentes de Caixa” ao final do exercício 2018. Observou-se que houve um acréscimo de 1.261,9% nesses valores em 2018, comparado ao fechamento do exercício 2017, conforme **Tabela 1**. Esse aumento em caixa e equivalentes de caixa foi ocasionado pelo saldo na conta 111122003 - Limite de Saque - Ordem Pagamento, pois a rotina de pagamento do governo federal foi alterada em 31/12/2018 e o saldo dessa conta representa as ordens de pagamento que foram geradas, mas não pagas.

O valor de R\$ 388,2 milhões da Limite de Saque com Vinculação de pagamento Ordem Pagto - OFSS (111122003 - Limite de Saque - Ordem Pagamento), refere-se à folha de

pagamento de dezembro de 2018 de todo o quadro de pessoal da PF (servidores ativos, inativos, pensionistas, cedidos, anistiados, estagiários), e por erro da implementação da nova rotina de pagamento e emissão de ordens bancárias não foi possível processar e baixar o saldo dessa conta. O valor integral do saldo da conta está concentrado na unidade 200334 e foi baixado em 02/01/2019, após a geração da ordem bancária referente à folha de pagamento do mês de dezembro de 2018.

Tabela 1. Composição Caixa e Equivalentes de Caixa

Ativo Circulante	2018	AV	2017	AV	AH
Limite de Saque com Vinculação de pagamento	99.695.222	20,4%	35.782.294	99,9%	178,6%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	49.537	0,01%	41.570	0,1%	19,2%
Limite de Saque com Vinculação de pagamento- ordem pagto - OFSS	388.149.089	79,6%	-	-	100,0%
Total	487.893.848	100,0%	35.823.864	100,0%	1.261,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O item “demais contas” no valor R\$ 49.537,00, refere-se aos registros de garantias na modalidade Caução em dinheiro, nas Unidades Gestoras 200350-SR/PF/MG, 200358 SR/PF/AL, 200374 SR/PF/MT, 200390 SR/PF/PI, 200380 SR/PF/AC e 200404 SR/PF/TO.

A Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento representa 20,4% dos valores de Caixa e Equivalente de Caixa da PF em dezembro de 2018, distribuídos nas Unidades Gestoras, conforme a **Tabela 2**.

Tabela 2. Composição Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento

UG Executora	2018	AV
200334 -Coordenação de Administração-COAD/DLOG/PF	7.472.845	7,5%
200336 -Coordenação de Orçamento e Finanças - COF/PF	92.222.197	92,5%
200360-SR/PF/SP -	180	0,01%
Total -	99.695.222	100,0%

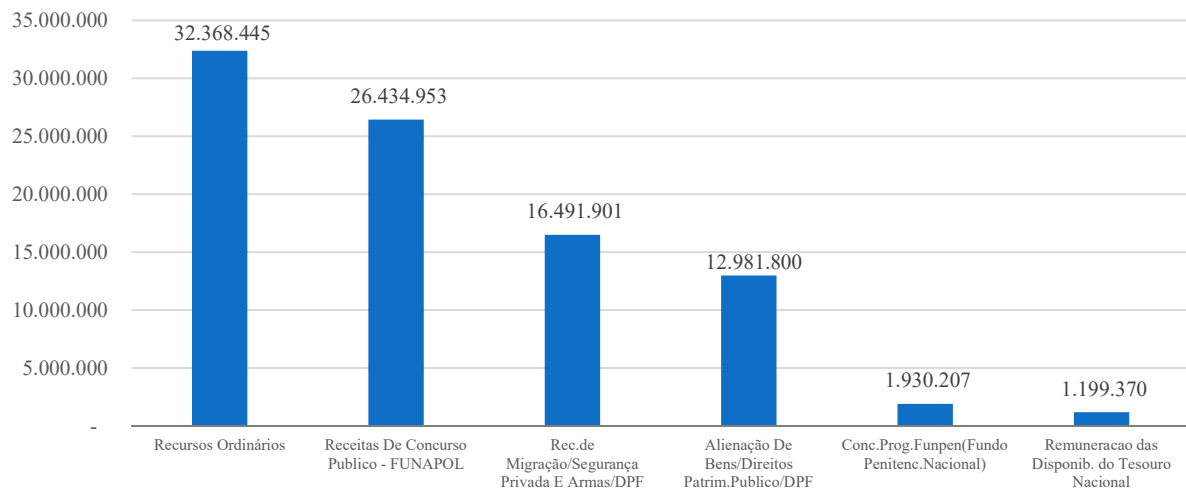
Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A Unidade Gestora que apresenta os valores mais significativos nessa conta é a Setorial Financeira da PF, UG 200336-COF/DLOG/PF, com 92,5%. Esses valores referem-se aos restos a pagar processados que serão repassados às Unidades Gestoras em 2019 e às arrecadações de leilão na PF.

O gráfico a seguir traz os valores por fonte de recursos detalhada, em ordem decrescente, apresentando as fontes nas quais estão concentrados mais de 90% do saldo

verificado na COF/DLOG/PF.

Figura 1. Fonte de Recursos Detalhada da UG 200336-COF/DLOG/PF



Fonte: SIAFI, 2018.

Conforme **Figura 1**, os recursos ordinários representam 35,1% do saldo da conta de limite de saque da Unidade 200336 e constituem os recursos disponíveis para livre programação, sem destinação específica. Já a fonte Receitas de Concurso Público – FUNAPOL representa 26,3% do saldo e foi decorrente de arrecadação das taxas de concurso público.

O saldo restante pertence à UG 200334 - COAD/DLOG/PF com 7,5% e a UG 200360 - SR/PF/SP que representa menos de 0,01% do total registrado. Em relação a Unidade Gestora da COAD, esses valores referem-se às fontes vinculadas, despesas com pessoal referentes a folha, ressarcimento de pessoal cedido e gratificações de encargos de curso.

O valor apresentado na SR/PF/SP foi referente a fonte e vinculação de Restituição de pagamento de Taxa de Concurso Público, cujo valor foi executado em janeiro de 2019.

A seguir, é apresentada a **Tabela 3** que discrimina as fontes de recursos detalhada da Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da PF com valores mais significativos. Estão apresentadas em ordem decrescente em relação ao saldo verificado em 31/12/2018.

Tabela 3. Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - por fonte de recursos

Fonte Recursos Detalhada	2018	AV	2017	AV	AH
0100000000 -Recursos Ordinários	39.487.483	39,6%	5.646.141	15,8%	599,4%
0150301083 - Receitas de concurso público -	26.435.133	26,5%	-	0,0%	100,0%

Fonte Recursos Detalhada	2018	AV	2017	AV	AH
FUNAPOL					
0174020227 - Rec.de migração/segurança privada e armas/DPF	16.491.901	16,5%	4.154.654	11,6%	297,0%
0163301080 - Alienação de bens/direitos patrim.público/DPF	12.981.800	13,0%	8.351.900	23,3%	55,4%
0318033901 - Conc.prog.funpen (Fundo Penitenc.Nacional)	1.930.207	1,9%	-	0,0%	100,0%
0188000000 - Remuneração das disponib. do Tesouro Nacional	1.553.177	1,6%	5.835.619	16,3%	-73,4%
Demais fontes	815.521	0,8%	11.793.981	32,9%	-93,1%
Total	99.695.222	100,00%	35.782.294	100,00%	178,6%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O valor maior foi verificado na fonte “*Recursos Ordinários*” e equivale a 39,6% do total. A fonte “*Receitas de Concurso Público*” não apresentou saldo em 2017, em decorrência da ausência de concurso público à época.

A fonte “*Alienação de bens e direitos do patrimônio público/DPF*” é o quarto valor mais significativo em 2018, com 13,0% do total. Esta fonte teve um acréscimo de 55,4% em comparação ao encerramento de 2017, devido às arrecadações dos leilões em bens móveis ocorridos nas Unidades Gestoras: SR/PF/AL, SR/PF/TO, SR/PF/PB, SR/PF/RJ, SR/PF/MT, SR/PF/MS, SR/PF/MA e SR/PF/AM.

2.2 Nota 2 - Demais Créditos e Valores (Curto e Longo prazo)

2.2.1 Demais créditos e valores a Curto Prazo

Os demais créditos e valores a Curto Prazo a receber na Polícia Federal estão distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 4. Demais créditos e valores a Curto Prazo - Composição

Valores a Curto Prazo	2018	AV	2017	AV	AH
Adiantamentos Concedidos	57.211.865	100,0%	65.730.145	99,9%	-12,9%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	0,0%	57.845	0,1%	-100,0%
Total	57.211.865	100,0%	65.787.990	100,0%	-13,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os demais créditos e valores a receber a curto prazo, em 2018, no âmbito da PF, são adiantamentos concedidos (100%) com um decréscimo de -12,9% em relação a 2017. Esses adiantamentos estão detalhados na tabela a seguir.

Tabela 5. Adiantamentos Concedidos - Composição

Adiantamentos concedidos	2018	AV	2017	AV	AH
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	57.093.160	99,9%	65.714.145	99,9%	-13%
Suprimento de Fundos - Adiantamento	118.705	0,1%	16.000	0,1%	641,91%
Total	57.211.865	100,0%	65.730.145	100,00%	-12,96%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os adiantamentos concedidos, 99,79%, estão concentrados na Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF e referem-se aos adiantamentos com 13º salário, no valor de R\$ 44 milhões, aos pagamentos antecipados de salários e ordenados, no valor de R\$ 12 milhões e adiantamento de férias no valor de R\$ 220 mil. Além disso, houve um decréscimo de 13% em relação a 2017 nessas contas.

O valor de R\$ 118 mil, refere-se a saldos de adiantamentos de Suprimento de Fundos não comprovados tempestivamente no SIAFI pelas Unidades Gestoras: SR/PF/PE (R\$ 118 mil), SR/PF/PA (R\$ 210,00) e SR/PF/GO (R\$ 10,00).

2.2.2 Demais créditos e valores a Longo Prazo

Os demais créditos e valores a Longo Prazo a receber na Polícia Federal estão distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 6. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Composição

Ativo Realizável a Longo Prazo	UG Executora	2018	AV	2017	AV
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	SR/PF/SP	-	0,0%	1.503.200	100,0%
Total		-	0,0%	1.509.077	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

O saldo dos depósitos restituíveis e valores vinculados, em 2017, na PF, refere-se ao pagamento de indenizações de armas de fogo, conforme Ofício nº 118/2004, do Processo nº 8540/04, da Comarca de Jundiaí, registrados indevidamente na UG 200360 - SR/PF/SP, na conta 12.121.06.03 - DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS, conforme informações enviadas pela UG 200360 - SR/PF/SP, por meio do Processo SEI nº 08500.041076/2018-01. Deste

modo, a contabilização desses valores gerou saldo indevido na conta de Depósitos Judiciais, pois se tratava de indenizações por devolução de armas de fogo. Em 2018, esses valores foram regularizados por meio da Nota de Lançamento 2018NL000004, baixando o saldo dessa conta, uma vez que os pagamentos das indenizações foram realizados por meio das Ordens Bancárias: 2004OB902418, 2004OB902561, 2004OB904289 e 2005OB901131.

2.3 Nota 3 - Estoques

Em 31/12/2018, a Polícia Federal, apresentou um saldo de R\$ 61,7 milhões em estoques, representado 10,17% do Ativo Circulante da PF. A tabela abaixo apresenta a composição dos valores em estoque da PF:

Tabela 7. Estoques da PF - Composição.

Estoques - Composição	2018	AV	2017	AV	AH
Almoxarifado - Materiais de Consumo	61.723.816	100,0%	39.981.340	100,0%	54,4%
Total	61.723.816	100,0%	39.981.340	100,0%	54,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Na conta de estoques foi verificado no item “materiais de consumo”, um acréscimo de 54,38% em relação a 2017, detalhados nas Unidades Gestoras abaixo:

Tabela 8. Material de Consumo PF - por UG.

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
ANP/DGP/PF	14.967.955	24,2%	5.693.198	14,2%	162,9%
COAD/DLOG/PF	7.462.364	12,1%	7.512.834	18,8%	-0,7%
SR/PF/SP	3.780.876	6,1%	1.546.867	3,9%	144,4%
SR/PF/RJ	3.400.989	5,5%	1.895.288	4,7%	79,4%
DPF/FIG/PR	2.723.183	4,4%	2.498.521	6,2%	9,0%
SR/PF/MG	2.284.707	3,7%	1.754.962	4,4%	30,2%
SR/PF/RS	2.267.061	3,7%	1.036.861	2,6%	118,6%
SR/PF/CE	1.911.773	3,1%	1.708.179	4,3%	11,9%
SR/PF/PR	1.867.546	3,0%	561.706	1,4%	232,5%
SR/PF/PE	1.794.712	2,9%	1.550.089	3,9%	15,8%
SR/PF/ES	1.538.117	2,5%	1.578.374	3,9%	-2,6%
SR/PF/AM	1.534.983	2,5%	809.983	2,0%	89,5%
SR/PF/RN	1.381.922	2,2%	1.263.667	3,2%	9,4%
SR/PF/BA	1.372.639	2,2%	1.070.318	2,7%	28,2%
SR/PF/MS	1.363.928	2,2%	569.131	1,4%	139,7%

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
SR/PF/SC	1.294.346	2,1%	1.297.606	3,2%	-0,3%
SR/PF/RO	1.187.250	1,9%	373.878	0,9%	217,5%
SR/PF/MT	1.043.489	1,7%	325.890	0,8%	220,2%
SR/PF/PI	891.410	1,4%	868.562	2,2%	2,6%
SR/PF/GO	888.030	1,4%	723.600	1,8%	22,7%
SR/PF/DF	876.066	1,4%	1.078.480	2,7%	-18,8%
SR/PF/MA	867.565	1,4%	800.496	2,0%	8,4%
SR/PF/PA	828.607	1,3%	1.072.883	2,7%	-22,8%
SR/PF/RR	655.974	1,1%	349.829	0,9%	87,5%
DITEC/PF	633.382	1,0%	321.097	0,8%	97,3%
SR/PF/AC	555.563	0,9%	376.199	0,9%	47,7%
SR/PF/PB	533.571	0,9%	417.148	1,0%	27,9%
SR/PF/AL	528.344	0,9%	64.808	0,2%	715,2%
SR/PF/SE	509.000	0,8%	429.883	1,1%	18,4%
SR/PF/TO	398.617	0,6%	160.480	0,4%	148,4%
SR/PF/AP	379.848	0,6%	110.437	0,3%	244,0%
PF/CAMP/SP	-	0,0%	98.394	0,2%	-100,0%
PF/STS/SP	-	0,0%	52.809	0,1%	-100,0%
DTI/PF	-	0,0%	8.883	0,0%	-100,0%
Total	61.723.817	100,0%	39.981.340	100,00%	54,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As Unidades Gestoras 200340 - ANP/PF, 200334 - COAD/DLOG/PF, 200360 - SR/PF/SP, 200356 -SR/PF/RJ e 200366 - DPF/FIG/PR, representam 52,39 % dos materiais de consumo da PF. Além disso, as Unidades que mais variaram em relação a 2017 são 200358 - SR/PF/AL (715%), 200402 - SR/PF/AP (244%), 200364 - SR/PF/PR (232%), 200374 - SR/PF/MT (220%), 200378 - SR/PF/RO (218%) e 200340 - ANP/DGP/PF (163%). A variação positiva ocorreu em decorrência das novas aquisições dos itens em almoxarifado, registrados na conta 11.561.01.00 - MATERIAIS DE CONSUMO, nos subitens detalhados na **Tabela 9. Material de Consumo por subitem - por UG.**

Tabela 9. Material de Consumo por subitem - por UG.

UG	Subitem	2018	AV	2017	AV	AH
ANP/DGP/PF	Explosivos e Munições	14.600.856	73,1%	5.298.148	74,3%	175,6%
	Material de Expediente	129.816	0,6%	263.109	3,7%	-50,7%
	Material de Tic - Material de Consumo	193.777	1,0%	94.272	1,3%	105,6%
	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	17.228	0,1%	18.815	0,3%	-8,4%
	Bandeiras, Flamulas e Insígnias	22.139	0,1%	9.172	0,1%	141,4%
	Material Elétrico e Eletrônico	2.936	0,0%	4.520	0,1%	-35,0%
	Material P/ Utilização em Gráfica	0	0,0%	3.998	0,1%	-100,0%
	Material P/ Áudio, Vídeo e Foto	617	0,0%	617	0,0%	0,0%
	Material de Limpeza e Prod. de Higienização	376	0,0%	376	0,0%	0,0%
	Ferramentas	109	0,0%	152	0,0%	-28,2%



UG	Subitem	2018	AV	2017	AV	AH
	Material de Copa e Cozinha	21	0,0%	21	0,0%	0,0%
	Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	79	0,0%	0	0,0%	0,0%
	Total	14.967.955	74,9%	5.693.198	79,8%	162,9%
	Explosivos e Munições	468.744	2,3%	27.545	0,4%	1601,7%
	Material de Tic - Material De Consumo	28.472	0,1%	22.521	0,3%	26,4%
	Material de Expediente	19.122	0,1%	8.617	0,1%	121,9%
	Gêneros de Alimentação	6.413	0,0%	4.301	0,1%	49,1%
	Bandeiras, Flamulas E Insígnias	1.082	0,0%	1.262	0,0%	-14,2%
SR/PF/AL	Material de Acondicionamento e Embalagem	187	0,0%	220	0,0%	-15,1%
	Material Elétrico e Eletrônico	696	0,0%	209	0,0%	232,1%
	Material de Copa e Cozinha	1.935	0,0%	133	0,0%	1358,5%
	Material Laboratorial	1.694	0,0%	0	0,0%	0,0%
	Total	528.344	2,6%	64.808	0,9%	715,2%
	Material de Expediente	27.492	0,1%	37.842	0,5%	-27,4%
	Material de Tic - Material de Consumo	24.861	0,1%	33.797	0,5%	-26,4%
	Explosivos e Munições	321.736	1,6%	31.504	0,4%	921,2%
	Bandeiras, Flamulas e Insígnias	3.520	0,0%	4.389	0,1%	-19,8%
	Material de Copa e Cozinha	1.935	0,0%	2.287	0,0%	-15,4%
	Material de Manobra e Patrulhamento	303	0,0%	520	0,0%	-41,7%
	Material de Acondicionamento e Embalagem	0	0,0%	73	0,0%	-100,0%
	Material de Proteção e Segurança	0	0,0%	24	0,0%	-100,0%
	Total	379.848	1,9%	110.437	1,5%	244,0%
	Explosivos e Munições	1.017.052	5,1%	305.059	4,3%	233,4%
	Material de Expediente	19.726	0,1%	11.563	0,2%	70,6%
	Material de Tic - Material de Consumo	4.133	0,0%	6.601	0,1%	-37,4%
	Material de Acondicionamento e Embalagem	798	0,0%	1.496	0,0%	-46,6%
	Bandeiras, Flamulas e Insígnias	811	0,0%	1.065	0,0%	-23,9%
	Material Elétrico e Eletrônico	969	0,0%	106	0,0%	811,6%
	Total	1.043.489	5,2%	325.890	4,6%	220,2%
	Explosivos e Munições	1.748.334	8,8%	446.072	6,3%	291,9%
	Material de Expediente	81.270	0,4%	72.651	1,0%	11,9%
	Material de Tic - Material de Consumo	15.965	0,1%	15.965	0,2%	0,0%
	Material de Copa e Cozinha	6.624	0,0%	11.217	0,2%	-40,9%
	Gêneros de Alimentação	10.775	0,1%	9.678	0,1%	11,3%
	Material laboratorial	2.836	0,0%	5.012	0,1%	-43,4%
	Material elétrico e eletrônico	1.742	0,0%	1.111	0,0%	56,8%
	Total	1.867.546	9,3%	561.706	7,9%	232,5%
	Explosivos e Munições	835.356	4,2%	156.203	2,2%	434,8%
	Material de Tic - Material de Consumo	281.367	1,4%	108.399	1,5%	159,6%
	Material de Expediente	57.692	0,3%	55.971	0,8%	3,1%
	Bandeiras, Flamulas e Insígnias	0	0,0%	29.001	0,4%	-100,0%
	Material P/ Manutenção de Veículos	8.411	0,0%	24.305	0,3%	-65,4%
	Material Elétrico e Eletrônico	4.423	0,0%	0	0,0%	0,0%
	Total	1.187.250	5,9%	373.878	5,2%	217,5%
Total		19.974.433	100,0%	7.129.917	100,0%	180,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

As maiores variações foram decorrentes da aquisição do item Explosivos e

Munições nas Unidades, concentrado principalmente na ANP/DGP/PF, devido as aquisições de munição destinada ao uso em treinamentos e atividades operacionais, Contrato nº 27/2017 - COAD/DLOG/PF e Processo SEI nº 08200.001927/2018-50

Para atendimento do processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, a Polícia Federal intensificou os esforços para a realização e o efetivo registro do inventário no âmbito das Unidades Gestoras.

Nesse sentido, conforme informado no Processo SEI de Conformidade Contábil das Unidades Gestoras no encerramento do exercício de 2018, o *status* quanto à realização do inventário das Unidades Gestoras ficou assim detalhado:

Quadro 3. Relação das Unidades Gestoras quanto a realização do inventário de estoques

Inventário de Estoques	Quantidade	UG Executora
CONCLUÍDO	17	200334; 200340; 200344; 200352; 200358; 200364; 200372; 200374; 200376; 200378; 200380; 200384; 200386; 200388; 200390; 200392; 200394
NÃO CONCLUÍDO	15	200338; 200342; 200346; 200350; 200354; 200356; 200360; 200366; 200370; 200382; 200396; 200398; 200402; 200404; 200406

Fonte: Processos SEI de Conformidade Contábil

2.4 Nota 4 - Imobilizado

O imobilizado da Polícia Federal, composto pelos bens móveis e imóveis, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em dezembro de 2018, a Polícia Federal (Órgão 30108) apresentou um saldo de R\$ 3,03 bilhões relacionados aos bens do imobilizado, que representa 83,6% do ativo total.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2018, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

Tabela 10. Imobilizado - Composição.

Imobilizado	2018	AV	2017	AV	AH
BENS IMOVEIS	1.969.691.427	100,0%	1.789.440.813	100,0%	10,1%
(+) Valor Bruto Contábil	1.975.026.568	100,3%	1.792.681.486	100,2%	10,2%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.335.142	-0,3%	-3.240.673	-0,2%	64,6%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-	-
BENS MOVEIS	1.064.615.489	100,0%	1.074.419.000	100,0%	-0,9%
(+) Valor Bruto Contábil	1.468.075.849	137,9%	1.408.282.031	131,1%	4,3%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-403.460.360	-37,9%	-333.863.030	-31,1%	20,9%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
TOTAL	3.034.306.915	100,0%	2.863.859.813	100%	5,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Para atendimento do processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, a Polícia Federal intensificou os esforços para a realização e o efetivo registro do inventário no âmbito das Unidades Gestoras.

Nesse sentido, conforme informado no Processo SEI de Conformidade Contábil das Unidades Gestoras no encerramento do exercício de 2018, o *status* quanto à realização do inventário das Unidades Gestoras ficou assim detalhado:

Quadro 4. Relação das Unidades Gestoras quanto a realização do inventário do imobilizado

Inventário do Imobilizado	BENS MÓVEIS		BENS IMÓVEIS	
	Quantidade	UG Executora	Quantidade	UG Executora
CONCLUÍDO	16	200340; 200344; 200352; 200358; 200364; 200372; 200374; 200376; 200378; 200380; 200382; 200384; 200386; 200388; 200390; 200394	19	200340; 200344; 200352; 200358; 200364; 200366; 200370; 200372; 200374; 200376; 200378; 200380; 200382; 200384; 200386; 200388; 200390; 200392; 200394



Inventário do Imobilizado	BENS MÓVEIS		BENS IMÓVEIS	
	Quantidade	UG Executora	Quantidade	UG Executora
NÃO CONCLUÍDO	16	200334; 200338; 200342; 200346; 200350; 200354; 200356; 200360; 200366; 200370; 200392; 200396; 200398; 200402; 200404; 200406	13	200334; 200338; 200342; 200346; 200350; 200354; 200356; 200360; 200396; 200398; 200402; 200404; 200406

Fonte: Processos SEI de Conformidade Contábil

Assim, das 32 Unidades Gestoras que executam o controle patrimonial do órgão, 16 Unidades Gestoras concluíram o inventário de bens móveis e 19 Unidades, o de bens imóveis.

2.4.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da Polícia Federal, em dezembro de 2018 totalizavam R\$ 1,46 bilhões em termos de saldo bruto e R\$ 1,06 bilhões considerando os valores deduzidos da depreciação e amortização acumulada. Eles estão distribuídos em vários grupos de contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

Tabela 11. Bens Móveis - Composição

Bens Móveis	2018	AV	2017	AV	AH
Veículos	532.802.602	36,3%	341.272.548	24,2%	56,1%
Bens de Informática	371.876.247	25,3%	339.411.232	24,1%	9,6%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	316.919.216	21,6%	287.337.629	20,4%	10,3%
Demais Bens Móveis	95.289.816	6,5%	312.354.709	22,2%	-69,5%
Móveis e Utensílios	79.869.436	5,4%	70.423.370	5,0%	13,4%
Armamentos	32.170.496	2,2%	28.187.345	2,0%	14,1%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29.722.035	2,0%	25.029.316	1,8%	18,7%
Bens Móveis em Andamento	9.221.280	0,6%	4.265.881	0,3%	116,2%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	204.721	0,0%	-	0,0%	-
Bens Móveis em Almoxarifado	-	0,0%	-	0,0%	-
Redução ao Valor Recuperável	-	0,0%	-	0,0%	-
Depreciação / Amortização Acumulada	-403.460.360	-	-333.863.030	-	20,8%
Total	1.468.075.849	100,0%	1.408.282.031	100,0%	-0,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os Bens Móveis registrados na PF, destaca-se que os três principais representam

83,2% do total, a saber: Veículos (36,3%), Bens de Informática (25,3%) e Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (21,6%).

No grupo Demais Bens Móveis em 2018, 95,1% refere-se a conta contábil 12.311.99.07 - Bens não localizados. O saldo dessa conta totalizou R\$ 90,6 milhões, representando uma redução de 70,5% em relação a 2017, devido à gestão das Unidades na adoção de melhorias no processo de inventário e classificação contábil dos bens.

Os bens não localizados da PF, em 2018, estão distribuídos por Unidade Gestora conforme abaixo:

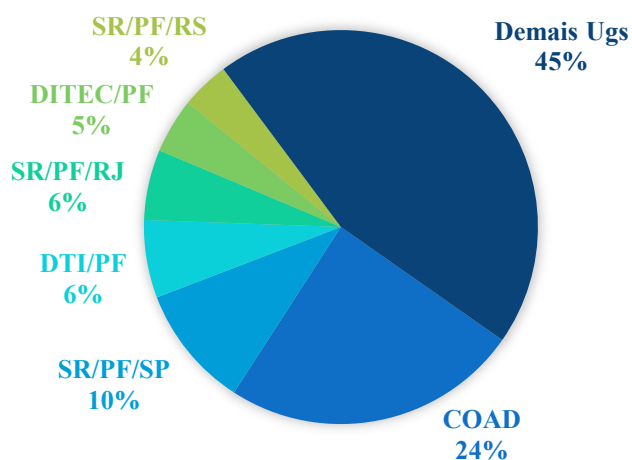
Tabela 12. Demais Bens Móveis - Bens não localizados por UG

UG Executora	2018	AV
COAD/DLOG/PF	77.068.684	85,0%
SR/PF/AM	6.195.975	6,8%
SR/PF/PR	2.767.068	3,1%
SR/PF/ES	1.413.089	1,6%
DPF/FIG/PR	1.047.528	1,2%
SR/PF/MA	1.033.461	1,1%
SR/PF/MS	630.638	0,7%
ANP/DGP/PF	410.877	0,5%
SR/PF/AC	64.681	0,1%
SR/PF/SE	10.494	0,0%
SR/PF/AL	775	0,0%
Total	90.643.270	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os bens móveis da PF, em 2018, estão distribuídos por Unidade Gestora conforme demonstrado na **Figura 2** a seguir:

Figura 2. Bens Móveis por Unidade Gestora



Fonte: SIAFI, 2018.

Conforme apresentado na tabela a seguir, a maioria das Unidades Gestoras apresentou acréscimos em seus patrimônios, demonstrando um crescimento de 4,2% no total, em relação a 2017, no título Bens Móveis da Polícia Federal.

Tabela 13. Bens Móveis por UG - Variação

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
COAD/DLOG/PF	358.335.878	24,4%	346.658.955	24,6%	3,4%
SR/PF/SP	147.650.787	10,1%	131.665.526	9,3%	12,1%
DTI/PF	93.750.393	6,4%	96.583.459	6,9%	-2,9%
SR/PF/RJ	84.843.129	5,8%	78.201.482	5,6%	8,5%
DITEC/PF	66.006.381	4,5%	67.116.223	4,8%	-1,7%
SR/PF/RS	58.202.046	4,0%	52.961.942	3,8%	9,9%
SR/PF/MG	50.125.145	3,4%	44.419.256	3,2%	12,8%
SR/PF/PR	45.132.067	3,1%	43.528.311	3,1%	3,7%
DPF/FIG/PR	43.760.829	3,0%	41.501.828	2,9%	5,4%
SR/PF/BA	42.264.491	2,9%	33.542.136	2,4%	26,0%
SR/PF/MS	37.045.446	2,5%	39.118.475	2,8%	-5,3%
SR/PF/PA	35.444.297	2,4%	34.373.737	2,4%	3,1%
SR/PF/PE	33.220.049	2,3%	32.132.046	2,3%	3,4%
SR/PF/SC	32.407.743	2,2%	29.764.203	2,1%	8,9%
SR/PF/MT	27.912.558	1,9%	25.416.833	1,8%	9,8%
SR/PF/CE	25.951.008	1,8%	25.397.256	1,8%	2,2%
SR/PF/AM	24.113.837	1,6%	25.055.456	1,8%	-3,8%
SR/PF/ES	23.577.490	1,6%	22.403.711	1,6%	5,2%
ANP/DGP/PF	23.009.869	1,6%	18.705.675	1,3%	23,0%
SR/PF/RO	22.917.769	1,6%	22.741.245	1,6%	0,8%
SR/PF/DF	21.557.559	1,5%	18.740.123	1,3%	15,0%
SR/PF/RN	20.437.466	1,4%	19.751.033	1,4%	3,5%
SR/PF/GO	19.948.921	1,4%	18.955.060	1,3%	5,2%
SR/PF/AC	19.397.917	1,3%	19.062.552	1,4%	1,8%
SR/PF/PB	17.432.668	1,2%	17.178.599	1,2%	1,5%

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
SR/PF/MA	17.300.506	1,2%	16.716.341	1,2%	3,5%
SR/PF/RR	16.673.753	1,1%	14.542.992	1,0%	14,7%
SR/PF/PI	13.698.321	0,9%	13.270.449	0,9%	3,2%
SR/PF/AP	13.440.762	0,9%	12.227.052	0,9%	9,9%
SR/PF/TO	11.381.123	0,8%	11.540.509	0,8%	-1,4%
SR/PF/AL	10.867.225	0,7%	10.888.274	0,8%	-0,2%
SR/PF/SE	10.268.418	0,7%	10.145.277	0,7%	1,2%
DPF/STS/SP	0	0,0%	8.767.108	0,6%	-100,0%
DPF/CAS/SP	0	0,0%	5.208.905	0,4%	-100,0%
Total	1.468.075.849	100,0%	1.408.282.031	100,0%	4,2%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da PF em dezembro de 2018 totalizavam R\$ 1,97 bilhões e estão distribuídos nas seguintes contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 14. Bens Imóveis - Composição.

Bens Imóveis	2018	AV	2017	AV	AH
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet	1.888.735.835	95,6%	1.722.684.422	96,1%	9,6%
Bens Imóveis em Andamento	86.109.655	4,4%	67.949.986	3,8%	26,7%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	110.124	0,01%	0	0,0%	100,0%
Instalações	70.955	0,00%	2.047.079	0,1%	-96,5%
Total	1.975.026.568	100,0%	1.792.681.486	100,0%	10,2%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada – Bens Imóveis	-5.335.142	100,0%	-3.240.673	100,00%	64,6%
Total	1.969.691.427	100,0%	1.789.440.813	100,0%	10,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial registrados no SPIUnet correspondem a 95,6% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Polícia Federal, perfazendo o montante de R\$ 1,89 bilhões em dezembro de 2018.

Houve uma redução de 96,5% no grupo de Instalações em comparação ao mesmo período em 2017, em decorrência das baixas realizadas pelas Unidades. Em relação ao grupo de conta Bens Imóveis em Andamento (contas Obras em andamento e Estudos e projetos), com destaque para a conta Obras em andamento no valor de R\$ 84,6 milhões, sendo mais representativa as seguintes Unidades: SR/PF/PB, com R\$ 13,4 milhões e a DITEC/PF, R\$ 36,3

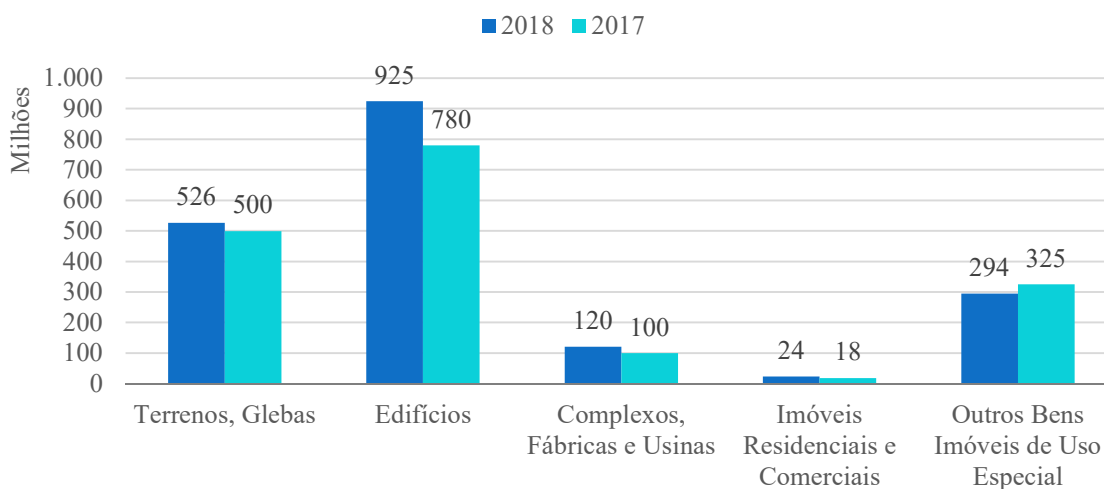
milhões, conforme explicado na **Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa**.

Conforme detalhado na

Tabela 14, o título Bens Imóveis da Polícia Federal demonstrou uma variação positiva de 10,17%, de aproximadamente R\$ 182,3 milhões entre os exercícios de 2018 e 2017. Cerca de 91,1% desta evolução, ou seja, R\$ 166,1 milhões, foi constatada especificamente no item Bens de Uso Especial. A evolução deste item foi ocasionada pelo registro, recebimento e reavaliação desta espécie de bem realizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet em 18 Unidades Gestoras da PF, cerca de 54,5% do total de UG's do Órgão.

Os bens de uso especial tiveram uma evolução de 9,6% em relação a 2017, devido as reavaliações e recebimentos dos bens imóveis no SPIUnet. A composição desses bens é demonstrada na Figura 3 a seguir:

Figura 3. Bens de Uso Especial - Composição



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os bens de uso especial em 2018 mais relevantes, na composição do patrimônio imobiliário da Polícia Federal, são constituídos de edifícios, terrenos\glebas e outros Bens Imóveis de Uso Especial, representando 92% do total.

A conta que apresentou maior crescimento em relação a 2017 foi “Armazéns e Galpões” com um acréscimo de 325,2%, concentrados nas Unidades Gestoras abaixo, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos de 2018 e



2017.

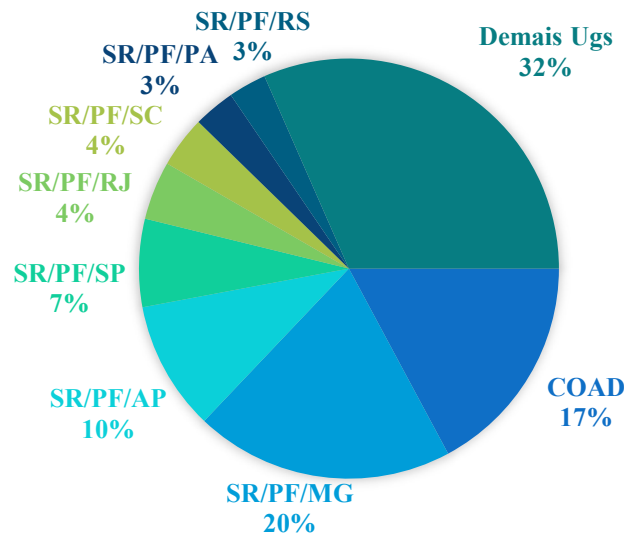
Tabela 15. Bens Imóveis de uso especial por UG - variações

Conta Contábil	UG	2018	AV	2017	AV2	AH
Armazéns/Galpões	SR/PF/BA	1.057.580	0,1%	-	-	100,0%
	SR/PF/SP	54.464.568	2,9%	13.059.136	0,8%	317,1%
Complexos/Fabricas/ Usinas	SR/PF/MG	96.962.855	5,1%	74.521.500	4,3%	30,1%
	SR/PF/AM	23.502.196	1,2%	25.000.019	1,5%	-6,0%
Edifícios	COAD/DLOG/PF	150.108.295	7,9%	123.861.918	7,2%	21,2%
	SR/PF/AL	35.048.534	1,9%	17.700.000	1,0%	98,0%
	SR/PF/CE	21.854.522	1,2%	17.203.560	1,0%	27,0%
	SR/PF/ES	37.330.063	2,0%	35.341.403	2,1%	5,6%
	SR/PF/MG	234.942.435	12,4%	151.865.712	8,8%	54,7%
	SR/PF/PR	43.858.251	2,3%	40.591.679	2,4%	8,0%
	SR/PF/RN	34.074.724	1,8%	43.391.283	2,5%	-21,5%
	SR/PF/RR	24.387.666	1,3%	22.599.280	1,3%	7,9%
Estacionamentos E Garagens	SR/PF/RS	17.970.541	1,0%	16.486.440	1,0%	9,0%
	SR/PF/SP	39.231.745	2,1%	22.320.501	1,3%	75,8%
Imóveis Residenciais / Comerciais	SR/PF/MT	1.420.000	0,1%	1.455.261	0,1%	-2,4%
	SR/PF/AC	498.880	0,0%	496.234	0,0%	0,5%
Lojas	SR/PF/AP	7.583.861	0,4%	1.957.531	0,1%	287,4%
	SR/PF/BA	1.027.000	0,1%	1.067.604	0,1%	-3,8%
	SR/PF/MG	4.722.391	0,3%	3.810.288	0,2%	23,9%
Postos de Fiscalização	SR/PF/RO	-	-	1.417.634	0,1%	-100,0%
	SR/PF/MG	4.213.803	0,2%	4.672.237	0,3%	-9,8%
Presídios/Delegacias	SR/PF/AC	443.585	0,0%	-	-	100,0%
	SR/PF/MG	6.228.996	0,3%	-	-	100,0%
	SR/PF/AP	4.511.433	0,2%	2.479.918	0,1%	81,9%
	SR/PF/ES	3.815.098	0,2%	7.873.258	0,5%	-51,5%
Salas	SR/PF/SP	11.403.991	0,6%	95.822.783	5,6%	-88,1%
	SR/PF/RO	2.535.529	0,1%	4.276.361	0,2%	-40,7%
	SR/PF/ES	180.722	0,0%	174.005	0,0%	3,9%
Terrenos/Glebas	SR/PF/MG	18.599.917	1,0%	9.938.711	0,6%	87,1%
	SR/PF/AC	33.600	0,0%	-	-	100,0%
	SR/PF/ES	791.905	0,0%	721.786	0,0%	9,7%
	SR/PF/MA	14.353.429	0,8%	13.853.429	0,8%	3,6%
	SR/PF/MG	10.973.349	0,6%	3.455.509	0,2%	217,6%
	SR/PF/PA	34.235.104	1,8%	33.589.983	2,0%	1,9%
	SR/PF/PR	9.370.602	0,5%	4.483.588	0,3%	109,0%
	SR/PF/RN	3.121.695	0,2%	3.039.542	0,2%	2,7%
	SR/PF/SP	22.639.701	1,2%	10.023.558	0,6%	125,9%
	SR/PF/RO	-	-	59.311	0,0%	-100,0%
Total Geral		977.498.565	51,8%	808.610.959	47,0%	1585,8%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os bens imóveis de uso especial reconhecidos contabilmente pela Polícia Federal em 2018 estão distribuídos por Unidades Gestoras de acordo com o gráfico a seguir.

Figura 4. Bens de Uso Especial - Composição por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

Dos Bens Imóveis de uso especial reconhecidos contabilmente pela PF, cerca de 20% pertencem à Unidade Gestora SR/PF/MG, com bens imóveis avaliados em R\$ 376,7 milhões, destacando-se as contas Edifícios, 57,6% e Complexos, Fábricas e Usinas com 23,8%.

A segunda Unidade mais representativa é a Coordenação de Administração - COAD/DLOG, com bens imóveis avaliados em R\$ 324,13 milhões em 2018, representados por Terrenos/Glebas, 53,7% e Edifícios, 46,3%.

Na SR/PF/AP, terceira maior em volume de bens imóveis, R\$ 188,2 milhões, 89,5% estão concentrados na conta Terrenos/Glebas.

Na SR/PF/SP, em 2018, destacam-se os edifícios, terrenos, glebas, armazéns e galpões, que somam 90,7% do total de bens imóveis. Em 2017, esses imóveis correspondiam a apenas 35,4% do total. Essa valorização deve-se à reavaliação dos bens imóveis realizados pela unidade. Após a reavaliação, houve, ainda, queda de 88% no valor dos bens imóveis de uso especial referente aos Presídios e Delegacias, que no montante de bens imóveis corresponde a apenas 4,9% do total, em 2018, e em 2017 era equivalente a 74,7%

Em relação à Unidade SR/PF/SP, a redução de R\$ 91,3 milhões na conta de Presídios e Delegacias foram registradas por meio dos seguintes documentos: 2018NL800006, 2018NL800007, 2018NL800008, 2018NL800009 e 2018NL800010, geradas automaticamente

pelo sistema SPIUnet, conforme explicado na Nota 10 - Resultado Patrimonial.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição do patrimônio imobiliário, com os maiores valores por conta contábil, reconhecido contabilmente pelas Unidades Gestoras da PF.

Tabela 16. Bens Imóveis - maiores UGs - Composição

UG Executora	Conta Contábil	2018	AV	2017	AV	AH
COAD/DLOG/PF	Terrenos/glebas	174.000.000	53,7%	174.000.000	53,9%	0,0%
	Edifícios	150.108.295	46,3%	123.861.918	38,3%	21,2%
	Obras em andamento	0	0,0%	25.189.049	7,8%	-100,0%
	Instalações	20.502	0,0%	0	0,0%	100,0%
	Total	324.128.797	100,0%	323.050.967	100,0%	0,3%
SR/PF/MG	Edifícios	234.942.435	62,4%	151.865.712	61,2%	54,7%
	Complexos/fabricas/usinas	96.962.855	25,7%	74.521.500	30,0%	30,1%
	Salas	18.599.917	4,9%	9.938.711	4,0%	87,1%
	Lojas	4.213.803	1,1%	4.672.237	1,9%	-9,8%
	Imóveis residenciais / comerciais	4.722.391	1,3%	3.810.288	1,5%	23,9%
	Terrenos/glebas	10.973.349	2,9%	3.455.509	1,4%	217,6%
	Estudos e projetos	25.362	0,0%	25.362	0,0%	0,0%
	Obras em andamento	73.550	0,0%	0	0,0%	100,0%
Postos de fiscalização	6.228.996	1,7%	0	0,0%	100,0%	
Total	376.742.657	100,0%	248.289.319	100,0%	51,7%	
SR/PF/SP	Presídios/delegacias	11.403.991	8,9%	95.822.783	67,6%	-88,1%
	Edifícios	39.231.745	30,6%	22.320.501	15,7%	75,8%
	Armazéns/galpões	54.464.568	42,5%	13.059.136	9,2%	317,1%
	Terrenos/glebas	22.639.701	17,7%	10.023.558	7,1%	125,9%
	Imóveis residenciais / comerciais	476.084	0,4%	476.084	0,3%	0,0%
	Estudos e projetos	16.389	0,0%	16.389	0,0%	0,0%
Total	128.232.477	100,0%	141.718.450	100,0%	-9,5%	
SR/PF/AP	Terrenos/glebas	176.081.246	93,6%	176.081.246	97,5%	0,0%
	Presídios/delegacias	4.511.433	2,4%	2.479.918	1,4%	81,9%
	Imóveis residenciais / comerciais	7.583.861	4,0%	1.957.531	1,1%	287,4%
Total	188.176.540	100,0%	180.518.695	100,0%	4,2%	
Total	1.017.280.472		893.577.430		13,8%	

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em relação à SR/PF/AP, o acréscimo na Conta Presídios/Delegacias ocorreu devido ao registro do imóvel no RIP Utilização 0609000705006, por meio do documento NL800015 gerado automaticamente pelo SPIUnet, no valor de R\$ 2 milhões. Na Conta Imóveis Residenciais/Comerciais foram os registros dos imóveis: 0605003125008, NL800012, no valor de R\$ 3,3 milhões; e o valor restante é o somatório dos demais imóveis apropriados nessa conta em 2018 - 0605003115002, 0605003135003, 0605003145009, 0609000715001, 0609000725007, 0609000735002 e 0609000745008, conforme Processo nº SEI 08361.000990/2018-26.

As Unidades mencionadas na **Tabela 16** representam 51,5% do total de bens imóveis reconhecidos contabilmente na PF, sendo que os valores mais significativos registrados no patrimônio dessas Unidades referem-se a edifícios, terrenos/glebas, presídios/delegacias.

2.4.3 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; quando houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Quanto à depreciação e reavaliação do imobilizado, a Polícia Federal aplica os procedimentos do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

2.4.4 Depreciação e Reavaliação dos bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2, da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A Polícia Federal (PF) aplica a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da Macrofunção 02.03.30, do Manual SIAFI, em relação à depreciação, por meio do módulo Patrimônio do Sistema e-LOG e registro no SIAFI.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas a esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida Macrofunção e da MOC nº 11/2011 - DLOG/PF. As Unidades Gestoras que não concluíram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

2.4.5 Depreciação e Reavaliação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

Os bens imóveis são depreciados conforme lançamentos registrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, UG 170999 (Coordenação de Contabilidade), conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos

gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é integrado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado, a partir do sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser baixada e reiniciada a partir do novo valor.

Destaca-se ainda, que se encontra em desenvolvimento na SPU/Ministério da Economia, um novo sistema que será utilizado no controle dos bens imóveis. O atual sistema, o SPIUnet não apresenta módulos que permitam o registro histórico de fluxos relacionados com:

- Depreciação;

- Amortização;
- Reavaliação; e,
- Redução ao valor recuperável.

A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo, pode implicar em novos valores para depreciação, de acordo com a metodologia adotada.

2.4.6 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Na Polícia Federal não é utilizada a situação de registro de ajuste a valor recuperável, e sim, de reavaliação a menor, pois o controle não é realizado por meio de uma conta redutora de ativo, o registro é realizado em contrapartida com as contas de bens móveis do órgão. Conforme Macrofunção SIAFI 02.03.35, item 6.4, os critérios são, entre outros, redução de serviços, dano físico ao bem, mudanças significativas no ambiente tecnológico, legal ou político e quedas anormais de valor de mercado. Em contrapartida para a reavaliação, a maior ou menor, basta que o valor líquido contábil do bem sofra uma alteração significativa, conforme item 4.1.

Em 2018, houve registro de reavaliação a menor afetando os ativos e gerando os registros de variações patrimoniais diminutivas nas contas contábeis de Variação Patrimonial Diminutiva 36.111.0100 - Reavaliação de Bens Móveis no valor de R\$ 12,8 milhões e 36.111.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis no valor de R\$ 32 milhões, conforme detalhado na Nota 10 - Resultado Patrimonial

2.5 Nota 5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando apresentarem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável

(*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva.

O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 2018, a Polícia Federal (Órgão 30108), apresentou um saldo de R\$ 58,5 milhões relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2018, destacando-se na última coluna a variação percentual entre os períodos.

Tabela 17. Intangível - Composição

Softwares	2018	AV	2017	AV	AH
Softwares com vida útil definida	4.485.093	7,7%	0	0,0%	100,0%
Softwares com vida útil indefinida	54.035.788	92,3%	50.882.480	100,0%	6,2%
Amortização acumulada	(981.416,84)	-	-	-	100%
Total	58.520.881	100,0%	50.882.480	100,0%	15,0%

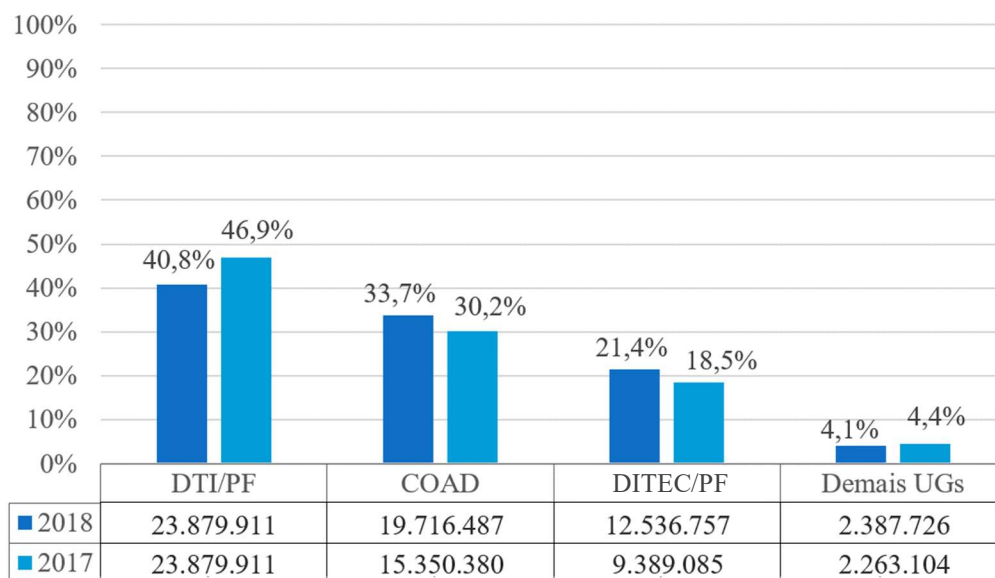
Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil Indefinida, que representa cerca de 92,3% do grupo em 2018.

Comparando-se o saldo apresentado em 2017 com o saldo de 2018, verifica-se no item Software com Vida Útil definida um crescimento de 100%, pois, em 2018, as unidades realizaram novas apropriações e classificaram os softwares como vida útil definida. Deste modo, houve também um crescimento de 100% da conta Amortização Acumulada em 2018.

A **Figura 5** demonstra as Unidades Gestoras que apresentam os maiores saldos de *softwares* na PF em 31/12/2018.

Figura 5. Intangível - Por Unidade Executora



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As Unidades Gestoras que possuem os valores mais significativos, representado 95,9% do total registrados em *software* na PF, em 2018, são as Unidades Gestoras: 200342 - DTI/PF, com 40,8%; 200334 - COAD/DLOG/PF, com 33,7% e 200406 - DITEC/PF, com 21,4%. Em relação à 2017, houve variações concentradas nas Unidades Gestoras: 200334 - COAD/DLOG/PF (28,4%), 200406 - DITEC/PF (33,5%), SR/PF/RJ (16,9%) e SR/PF/MG (74,8%).

Em 2017, atendendo a orientação da Mensagem SIAFI 2016/0965451, da STN, os *softwares* foram classificados em conta corrente por inscrição genérica (IG) do tipo IS (Individualização de *Softwares*), permitindo a especificação do bem, ao invés do registro por CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) do fornecedor.

Para essa classificação foram consideradas as informações enviadas pelas Unidades Gestoras da PF. Os critérios estão estabelecidos no Processo SEI nº 08200.301515/2016-55 e foram validados pela DTI, pelo Documento SEI nº 6586710. Assim, foram criadas na PF sete inscrições genéricas conforme abaixo:

- **ISPF00001** - PF/ANTIVIRUS: registro com antivírus, tais como: Norton, Nitro Pro 10 e etc.;
- **ISPF00002** - PF/EDUCACIONAL: licenças de uso do *software* DMSS, pesquisa

acadêmica;

- **ISPF00003** - PF/WINDOWS/OFFICE: licenças de uso dos *softwares* Office Professional 2010, Office Home and Business 2016, Windows 10, Windows 7 Professional, Windows Sever 2008, Windows 7 Pro, Windows 2012 Server Standard e etc.;
- **ISPF00004** - PF/APLICAÇÃO: licenças de uso dos *softwares* para servidores, Adobe, Virtualização de Painéis e etc.;
- **ISPF00005** - PF/BANCODEDADOS: licenças de uso dos *softwares* Oracle, VMWARE e etc.;
- **ISPF00006** - PF/ADMINISTRATIVO: licenças de uso dos *softwares* controle de acesso, CFTV, QLIK VIEW, ADABAS, NERO, gerenciador de impressão, PABX, SYMANTEC e etc.; e,
- **ISPF00007** - PF/POLICIAL: licenças de uso dos *softwares* KIT X26, METAMORPHO 3, análise forense, sistema de tráfego internacional e etc.

A **Tabela 18** demonstra a composição dos *softwares* registrados na PF por conta corrente (inscrição genérica) e por Unidades Gestoras.

Tabela 18. Intangível - por conta corrente (Inscrição Genérica)

Conta Corrente	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
ISPF00007	COAD/DLOG/PF	19.639.368	34,1%	15.274.191	30,0%	28,6%
ISPF00006	DTI/PF	11.070.913	19,2%	11.070.913	21,8%	0,0%
ISPF00007	DTI/PF	8.257.380	14,4%	8.257.380	16,2%	0,0%
ISPF00004	DITEC/PF	7.888.944	13,7%	7.852.044	15,4%	0,5%
ISPF00005	DTI/PF	4.352.164	7,6%	4.352.164	8,6%	0,0%
ISPF00007	DITEC/PF	4.134.693	7,2%	1.023.921	2,0%	303,8%
Demais Contas e UGs		3.177.419	3,8%	3.051.867	6,0%	4,1%
Total		58.520.881	100%	50.882.480	100%	15,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No âmbito da PF, em 31/12/2018, a maioria dos sistemas de *softwares* estão ligados às atividades policiais (ISPF00007), representando 57,5% do total do intangível. Esses *softwares* policiais estão concentrados nas Unidades Gestoras:

- 59,3% na UG 200334 - COAD/DLOG/PF. Na COAD, 96,3% desses *softwares* foram adquiridos do fornecedor IAFIS Systems do Brasil LTDA (CNPJ 05.742.247/0001-

05).

- 24,9% na UG 200342 - DTI/PF, sendo que 97,2% dos *softwares* dessa Unidade são aquisições do fornecedor ALLEN Rio Serviço e Comércio de Produtos de Informática LTDA (CNPJ 00.710.799/0001-00).

2.5.1 Mensuração e Amortização de ativos intangíveis

Os ativos registrados em *software* na PF foram mensurados pelo custo de produção ou pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Quanto à amortização, quatro Unidades apresentaram saldo na conta de software com vida útil definida: 200334 - COAD/DLOG/PF, 200350 - SR/PF/MG, 200356 - SR/PF/RJ e 200406 - DITEC/PF. Mas somente três realizaram em 2018 o registro da amortização com base no prazo de vigência da licença, conforme tabela abaixo:

Tabela 19. Intangível - amortização de *software*

UG Executora	Software com Vida Útil Definida	AV	Amortização Acumulada	Taxa de Amortização
COAD/DLOG/PF	4.365.177	97,3%	(970.039)	22,2%
SR/PF/MG	76.559	1,7%	-	-
SR/PF/RJ	6.458	0,1%	(2.153)	33,3%
DITEC	36.900	0,8%	(9.225)	25,0%
Total	4.485.093	100%	(981.417)	21,9%

Fonte: SIAFI, 2018.

A Unidade 200350 - SR/PF/MG foi orientada a regularizar a ausência de registro da amortização acumulada por meio de Mensagem SIAFI 20190136789 e procedeu o registro em 28/02/2019, por intermédio do Documento Hábil 2019PA000065.

2.6 Nota 6 - Fornecedores e Contas a pagar

Em 2018, a Polícia Federal (Órgão 30108) apresentou um saldo apropriado de R\$ 7,8 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, referente a obrigações de curto prazo. Observou-se que houve um acréscimo de 19,05% nesses valores a pagar, comparando-se o mesmo período de 2017.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre circulante e

não circulante.

Tabela 20. Fornecedores e Contas a Pagar da PF - Composição

Fornecedores e contas a pagar	2018	AV	2017	AV	AH
Circulante - Curto Prazo	7.879.444	100,0%	6.618.489	100,0%	19,05%
Nacionais	7.879.444	100,0%	6.618.489	100,0%	19,05%
Estrangeiros	-	-	-	-	-
Não-Circulante – Longo Prazo	-	-	-	-	-
Nacionais	-	-	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-	-	-
Total	7.879.444	100,0%	6.618.489	100,0%	19,05%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Os fornecedores e contas a pagar de 2018 são todos de curto prazo e provenientes de obrigações com fornecedores nacionais, representando cerca de 0,2% do total apropriado no passivo. Representa, aproximadamente, 1,88% do passivo circulante. Contudo, essa proporção foi pequena em 2018, conforme **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**, em decorrência da implementação, em 31/12/2018, da nova rotina da folha de pagamento do governo federal cujo pagamento ocorreu somente em janeiro de 2019. Assim, no Órgão ficou registrado de modo atípico R\$ 338,1 milhões no grupo contábil 21.111.01.00 - Salários, Remunerações e Benefícios.

O acréscimo de 19,05% de fornecedores e contas a pagar a curto prazo, evidenciado na **Tabela 21**, refere-se as variações nas apropriações e pagamentos das Unidades Gestoras, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 21. Variação Horizontal de Fornecedores e Contas a Pagar da PF - por UG

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
COAD/DLOG/PF	5.674.047	72,0%	526.140	7,9%	978,4%
DTI/PF	1.041.510	13,2%	1.753.809	26,5%	-40,6%
SR/PF/SP	350.022	4,4%	1.532.927	23,2%	-77,2%
SR/PF/ES	228.749	2,9%	384	0,0%	59470%
SR/PF/RJ	203.943	2,6%	65.493	1,0%	211,4%
SR/PF/AC	123.470	1,6%	123.470	1,9%	0,0%
SR/PF/CE	35.853	0,5%	52.333	0,8%	-31,5%
SR/PF/RN	35.111	0,4%	51.319	0,8%	-31,6%
DITEC/PF	30.548	0,4%	840	0,0%	3536,7%
SR/PF/RO	29.806	0,4%	7.051	0,1%	322,7%
SR/PF/PE	24.860	0,3%	-	0,0%	100,0%
SR/PF/MG	20.407	0,3%	20.407	0,3%	0,0%
SR/PF/RR	19.591	0,2%	70.870	1,1%	-72,4%
SR/PF/GO	18.590	0,2%	325.841	4,9%	-94,3%
SR/PF/SE	12.609	0,2%	-	0,0%	100,0%
ANP/DGP/PF	7.595	0,1%	76.764	1,2%	-90,1%
SR/PF/MT	6.897	0,1%	218.988	3,3%	-96,9%

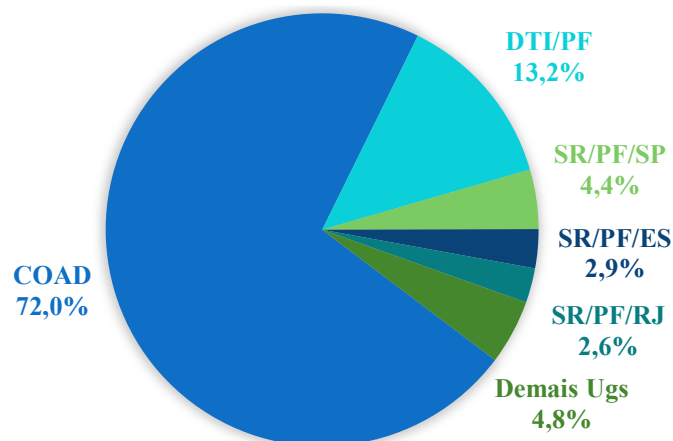
UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
DPF/FIG/PR	6.011	0,1%	85.745	1,3%	-93,0%
SR/PF/RS	4.184	0,1%	188.505	2,8%	-97,8%
SR/PF/MS	2.277	0,0%	171.838	2,6%	-98,7%
SR/PF/TO	1.810	0,0%	23.125	0,3%	-92,2%
SR/PF/AL	887	0,0%	15.256	0,2%	-94,2%
SR/PF/PI	530	0,0%	392	0,0%	35,1%
SR/PF/DF	139	0,0%	117.207	1,8%	-99,9%
SR/PF/AM	-	0,0%	798.775	12,1%	-100,0%
SR/PF/PA	-	0,0%	265.980	4,0%	-100,0%
SR/PF/MA	-	0,0%	17.120	0,3%	-100,0%
SR/PF/PB	-	0,0%	5.878	0,1%	-100,0%
SR/PF/AP	-	0,0%	102.034	1,5%	-100,0%
Total	7.879.444	100,0%	6.618.489	100,0%	19,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As Unidades que apresentaram as maiores variações do grupo Fornecedores e Contas a Pagar da PF em relação à 2017 foram: 200352 - SR/PF/ES com crescimento de 59.470%, seguidos das Unidades 200406 - DITEC/PF com 3.537% e 200334 - COAD/DLOG/PF, com 978%. Em relação à análise vertical, em 2018, essas Unidades representam 72% (200334 - COAD/DLOG/PF), 2,9% (200352 - SR/PF/ES) e 0,4% (200406 - DITEC/PF).

Em seguida, apresenta-se a **Figura 6** relacionando-se as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar em 31/12/2018.

Figura 6. Fornecedores e Contas a Pagar - por UG contratante



Fonte: SIAFI, 2018.

As Unidades Gestoras 200334 - COAD/DLOG/PF, 200342 - DTI/PF, 200360 -

SR/PF/SP, 200356 - SR/PF/RJ e 200352 - SR/PF/ES, são as responsáveis por 95,1% do total a ser pago em fornecedores da PF em dezembro de 2018, conforme demonstrado no gráfico acima. COAD/DLOG/PF e DTI representam 85,2% do grupo de fornecedores e contas a pagar de curto prazo.

Dos totais, em 2018, a Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF representa o maior percentual (72 %) em apropriações pendentes de pagamento para fornecedores e contas a pagar e refere-se, principalmente, às Notas Fiscais do serviço de emissão de passaporte, conforme contrato nº 16/2017 - COAD/DLOG/PF, devidas à 179083 - Casa da Moeda do Brasil.

A Unidade 200342 - DTI/PF representa 13,2% do total a ser pago referentes a diversos fornecedores a pagar. A Unidade 200352 - SR/PF/ES, 2,9% do total a ser pago aos fornecedores da PF, está concentrado em dois fornecedores: Conserma - Serviços, Manutenção e Transportes LTDA (CNPJ 39272265000184) e G4S Vanguarda Segurança e Vigilância LTDA (CNPJ 47190129000173). As apropriações da Conserma - Serviços, Manutenção e Transportes LTDA referem-se à diferença de repactuação de preços no Contrato nº 13/2016, referente a execução de serviço em 2018 da prestação de serviços de copeiragem. As apropriações da G4S Vanguarda Segurança e Vigilância LTDA refere-se ao Contrato nº 03/2016, de serviço de vigilância armada da Superintendência e das Delegacias Descentralizadas no mês de novembro/2018. As liquidações foram realizadas, mas as ordens bancárias foram canceladas e os novos pagamentos realizados em 2019.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 15 (quinze) fornecedores e contas a pagar mais significativos com seus respectivos CNPJ's, Unidades contratantes e saldo apropriado a pagar no âmbito da Polícia Federal, na data base de 31/12/2018. Verificou-se que o maior fornecedor foi a Casa da Moeda do Brasil, com 42,5%.

Tabela 22. Fornecedores e Contas a Pagar da PF - por Fornecedor e Unidade Contratante.

CNPJ	Fornecedores	UG Executora	2018
179083	Casa da Moeda do Brasil	COAD/DLOG/PF	5.672.832
806030	Serpro - sede - Brasília	DTI	942.457
61695227000193	Eletropaulo metropolitana eletricidade de São Paulo	SR/PF/SP	174.548
39272265000184	CONSERMA - Serviços, manutenção e transportes LTDA	SR/PF/ES	125.611
08573956000194	VR consultoria & serviços gerais EIRELI	SR/PF/AC	123.470
37979739000105	Money turismo EIRELI	SR/PF/RJ	113.805



CNPJ	Fornecedores	UG Executora	2018
47190129000173	G4s vanguarda segurança e vigilância LTDA.	SR/PF/ES	103.138
01437326000305	Servi segurança e vigilância de instalações LTDA	SR/PF/SP	79.498
08165135000119	World digital soluções inteligentes EIRELI	SR/PF/ RJ	65.799
43776517000180	Cia de saneamento básico do estado de São Paulo SABESP	SR/PF/SP	57.057
72381189000625	Dell computadores do brasil LTDA	DTI	45.640
02558157000162	Telefônica brasil s.a.	DTI	39.330
Demais Fornecedores			336.259,72
Total			7.879.444

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação aos fornecedores a pagar mais significativos apresentados na **Tabela 22**, segue o resumo das principais transações dos três contratos que representam 86,17% do total pendentes de pagamento na Polícia Federal:

1. 179083 - CASA DA MOEDA DO BRASIL: UG 200334 - COAD/DLOG/PF, valor a pagar em 31/12/2018, R\$ 5.672.831,84, referente ao Contrato nº 16/2017-COAD/DLOG/PF, de emissão de passaporte do período de 07/12/2018 a 15/12/2018.
2. 806030 – SERPRO – SEDE - BRASÍLIA: UG 200342 - DTI/PF, valor a pagar em 31/12/2018, R\$ 942.456,87, referente ao Contrato nº 07/2017, de setembro/2018 - SERPRO - Promasp/GESP.
3. 61.695.227/0001-93 - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A: UG 200360 - SR/PF/SP, valor a pagar em 31/12/2018, R\$ 174.548,02, referente ao pagamento das faturas do fornecimento de energia elétrica de dezembro de 2018, em que as ordens bancárias foram canceladas e cujo pagamento foi realizado em janeiro de 2019.

2.7 Nota 7 - Atos Potenciais Ativos

Em relação aos atos potenciais ativos e passivos da Policial Federal, semestralmente é solicitado às Unidades Gestoras as seguintes informações: os contratos, transferências e garantias foram registrados integralmente; os saldos estão atualizados; não apresenta saldos não vigentes e irrisórios; e a classificação das contas é adequada.

Os atos potenciais ativos apresenta a seguinte composição no Quadro de Compensações do Balanço Patrimonial da Polícia Federal:



Tabela 23. Composição Atos Potenciais Ativos da PF

Atos Potenciais Ativos	2018	AV	2017	AV	AH
Execução de garantias e contra garantias recebidas	40.432.468	99,98%	23.665.963	31,5%	70,9%
Execução de direitos conveniados e outros instrumentos congêneres a receber	9.536	0,02%	50.958.977	67,9%	-99,98%
Execução de direitos contratuais	-	0,0%	421.000	0,6%	-100,0%
Total	40.442.003	100,0%	75.045.940	100,0%	-47,6%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Na Polícia Federal, os Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber representam o item menos relevante (R\$ 9.534,61) e tratam-se de Termos de Execução Descentralizadas (TED) firmados pela UG 200336 - COF/DLOG/PF.

O valor firmado pela COF/DLOG/PF representa 100% do valor total dos direitos a receber em 2018 e corresponde ao TED nº 695543 firmado com a UG 040001 - Supremo Tribunal Federal, tendo como objeto a organização e realização de programa de reciclagem anual de segurança destinado ao desenvolvimento dos quadros de servidores do STF, com início em 04/10/2018 e término em 31/12/2018.

Em relação à 2017, houve um decréscimo de 99,98% nesse item devido à conclusão e comprovação de contas de diversos TED's nas UGs 200336-COF/DLOG/PF e UG 200406-DITEC/PF.

Em 2018, o item "Direitos Contratuais a Executar" não apresentou saldo, pois foi detectado que os registros nesse grupo eram provenientes de classificações indevidas por parte das unidades. Em 2017 era composto pelo grupo de conta contábil 81.131.00.00 - Execução de Direitos Contratuais, no valor de R\$ 421.000,00, referente aos registros efetuados a diversos fornecedores pela Unidade Gestora 200360 - SR/PF/SP no valor de R\$ 346.000,00 e na 200378 - SR/PF/RO no valor de R\$ 75.000,00 ao Fundo de Imprensa Nacional.

As Unidade Gestoras procederam a regularização em 2018 por meio dos registros dos seguintes documentos no SIAFI WEB: 2018RC000003, da UG 200378, e 2018RC000042, 2018RC000043, 2018RC000044, 2018RC000045, 2018RC000046, 2018RC000047 e 2018RC000048, da UG 200360.

O item Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar representa quase 100% do total dos atos potenciais ativos da PF em 2018, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 24. Garantias e Contragarantias Recebidas a executar

Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2018	AV	2017	AV	AH
Garantias recebidas no país	40.397.083	99,9%	23.646.434	99,9%	70,8%
Contragarantias recebidas no país	-	-	-	-	-
Total no País	40.397.083	99,9%	23.646.434	99,9%	70,8%
Garantias recebidas no exterior	35.385	0,1%	19.528	0,1%	35,385
Contragarantias recebidas no exterior	-	-	-	-	-
Total no Exterior	35.385	0,1%	19.528	0,1%	81,2%
Total	40.432.468	100,0%	23.665.963	100,0%	70,8%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A Polícia Federal não possui contragarantias, essas referem-se a órgãos que prestam serviços a terceiros e necessitam fornecer garantias ao tomador.

Conforme a

Tabela 24, a maioria das garantias recebidas na PF, em 2018, são nacionais (99,9%) com um acréscimo de 70,84% em relação à 2017, devido aos novos registros efetuados pelas Unidades Gestoras da PF.

A **Tabela 25** detalha as modalidades de garantias registradas na PF pelas Unidades Gestoras. Observou-se que os Seguros-Garantias a executar e em execução representam 91,4% do total das garantias nacionais recebidas da PF, conforme detalhado a seguir:

Tabela 25. Composição das Garantias Recebidas a executar e em execução na PF

Conta Contábil	2018	AV	2017	AV	AH
Fianças a Executar	3.209.786,78	7,9%	2.424.058,92	10,2%	32,4%
Seguros e Garantia a Executar	35.814.603,94	88,6%	20.933.787,26	88,5%	71,1%
Seguros e Garantias em Execução	1.147.828,31	2,8%	-	-	100,0%
Caução a Executar	224.863,48	0,6%	288.588,24	1,2%	-22,1%
Total no País	40.397.082,51	99,9%	23.646.434,42	99,9%	70,8%
Avais a Executar	4.788,00	0,0%	4.788,00	0,0%	0,0%
Seguros e Garantia a Executar	-	-	7.399,98	0,0%	-100,0%
Seguros e Garantia em Execução	7.340,33	0,0%	7.340,33	0,0%	0,0%
Caução a Executar	23.257,10	0,1%	-	-	100,0%
Total no Exterior	35.385,43	0,1%	19.528,31	0,1%	81,2%
Total	40.432.467,94	100,0%	23.665.962,73	100,0%	70,8%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Houve um acréscimo de 70,8% na PF nas modalidades de garantias recebidas no país em relação a 2017, conforme demonstrado na coluna “análise horizontal” (AH) da Tabela 25, havendo um acréscimo de 32,4% e 71,1% nas modalidades de “Fianças a Executar” e



“Seguros e Garantia a Executar”, respectivamente; e um decréscimo de 22,1% na modalidade de “Caução a Executar”. Na modalidade Seguros e Garantias em Execução houve um aumento de 100%.

Em relação as garantias recebidas no exterior, as unidades que apresentaram saldo em 2018 foram: 200334 - COAD/DLOG/PF, 200356 - SR/PF/RJ, 200376 - SR/PF/GO e 200382 - SR/PF/AM. Houve um acréscimo no valor de 81,2% em relação a 2017.

A variação de 100% em Seguros e Garantias a Executar no exterior ocorreu em decorrência do encerramento da garantia em 04/12/2016 com a empresa PA Arquivos LTDA, CNPJ nº 34.409.656/0001-84, no valor R\$ 7.399,98, na Unidade 200334 - COAD/DLOG/PF. A Unidade procedeu o registro da baixa por meio dos Documentos Hábeis 2018RC0000010 e 2018RC0000011.

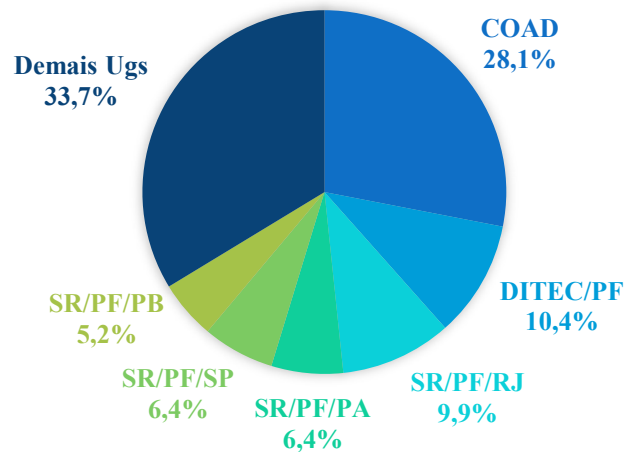
Os registros realizados pela UG 200334 - COAD/DLOG/PF em Avais a Executar no exterior com a empresa SCODA Aeronáutica, Fabricação, Comércio, Importação, CNPJ nº 02.134.334/0001-83, no valor de R\$ 4.788,00 (2013NL000292) não foi alterado em 2018.

Em relação à Caução a Executar no exterior, as Unidades procederam as baixas em 2019 por meio dos Documentos Hábeis 2019RC000046 (200356 - SR/PF/RJ) e 2019RC000006 (200376 - SR/PF/GO), por se tratar de erro de classificação contábil.

O saldo da conta Seguros e Garantia em Execução no exterior foi baixado por meio do Documento Hábil 2019RC000012 (200382 - SR/PF/AM), também em decorrência de erro na classificação contábil, por não se tratar de garantia no exterior.

A seguir são detalhadas as garantias recebidas no País a executar de acordo com as respectivas Unidades Gestoras responsáveis por tais controles:

Figura 7. Garantias Recebidas no País a executar - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

As Unidades Gestoras que apresentam garantias com valores mais expressivos registradas no Sistema SIAFI são: 200334 - COAD/DLOG/PF, 200356 - SR/PF/RJ, 200406 - DITEC/PF, 200386 - SR/PF/PA, 200360 - SR/PF/SP e 200396 - SR/PF/PB, estas são responsáveis por 66,3% do total de garantias nacionais a receber na PF em 2018.

A UG 200334 - COAD/DLOG/PF representa o maior percentual (28,1%) em registros de garantias nacionais a receber, pois possui os contratos com maiores valores em 2018 e por ser a unidade centralizadora de compras no âmbito da PF.

Todas as Unidades Gestoras da PF foram orientadas, pela Setorial de Contabilidade (SECONT/COF/DLOG/PF), em 2018, a efetuarem os registros das garantias contratuais nos sistemas estruturantes.

2.8 Nota 8 - Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem os atos potenciais passivos da Polícia Federal estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 26. Composição Atos Potenciais Passivo da PF

Atos Potenciais Passivos	2018	AV	2017	AV	AH
Obrigações Contratuais a Executar	719.893.516	99,7%	815.625.490	99,8%	-11,7%
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	2.056.802	0,3%	1.982.707	0,2%	3,7%
Total	721.950.318	100,0%	817.608.196	100,0%	-11,7%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais representam 99,7% dos atos potenciais do passivo da PF e compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando a obtenção de bens e serviços com terceiros. Em relação ao ano de 2017, houve um decréscimo de 11,7% das obrigações contratuais a executar na PF.

O item “*Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar*” representa apenas 0,3% e refere-se aos TED’s nº 688032, 689690, 693157, 693377, 695623 e 696241 da Unidade Gestora 200336 - COF/DLOG/PF pendentes de repasses em 31/12/2018. Em relação a 2017, houve um acréscimo de 3,74% desse item.

Em 2018, a Polícia Federal (Órgão 30108) apresentou um saldo de R\$ 719,8 milhões relacionados a obrigações contratuais, provenientes de parcelas de contratos a executar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos, destacando-se na última coluna a variação percentual entre os períodos.

Tabela 27. Composição das Obrigações Contratuais da PF

Execução de Obrigações Contratuais	2018	AV	2017	AV	AH
Aluguéis	36.058.210	5,0%	30.839.626	3,8%	16,9%
Fornecimento de Bens	57.196.921	7,9%	61.387.274	7,5%	-6,8%
Seguros	2.719	0,0%	61.023	0,01%	-95,5%
Serviços	626.635.666	87,1%	723.337.567	88,7%	-13,4%
Total	719.893.516	100,0%	815.625.490	100,00%	-11,74%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As variações apresentadas na Tabela 27 são decorrentes da execução de contratos pelos fornecimentos dos bens, serviços e seguros, renovações de contratos de aluguéis ou das baixas dos contratos encerrados. As principais obrigações contratuais assumidas pela PF, em 2018, referem-se aos contratos de serviços a executar (87,1%) com decréscimo de 13,4%, em



relação a 2017, concentrado nos fornecedores e nas Unidades Gestoras abaixo:

Tabela 28. Maiores Fornecedores registrados em obrigações de serviços a executar na PF - por UG

Fornecedor	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
179083 - Casa da Moeda do Brasil	COAD/DLOG/PF	172.121.749	27,5%	159.132.704	22,0%	8,2%
81051666000170 - Oikos Construções LTDA - EPP	SR/PF/PA	32.949.610	5,3%	-	0,0%	100,0%
03701380000180 - Porto Belo Engenharia e Comercio Ltda	SR/PF/PB	20.139.581	3,2%	30.662.825	4,2%	-34,3%
58069360001010 - Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.	DTI/PF	16.327.455	2,6%	13.731.613	1,9%	18,9%
559053500000199 Paineiras Limpeza e Serviços Gerais LTDA.	SR/PF/SP	14.597.981	2,3%	17.225.153	2,4%	-15,3%
Demais Fornecedores		370.499.291	59,1%	502.585.272	69,5%	-26,3%
Total		626.635.666	100,0%	723.337.567	100,0%	-13,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em relação aos contratos de aluguéis a executar ocorreu acréscimo de 16,9%, concentrado nos fornecedores e nas Unidades Gestoras abaixo:

Tabela 29. Maiores Fornecedores registrados em obrigações de aluguéis a executar na PF - por UG

Fornecedor	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AV
17095559000145 - SR Administração, Participações e Empreendimentos Ltda	SR/PF/RJ	4.768.069	13,2%	518.069	1,7%	820%
15465046000153 - EG Rodrigues & Cia Ltda	SR/PF/MA	3.622.209	10,0%	242.643	0,8%	1393%
11859597000140 - Alberto Ribeiro Coutinho	SR/PF/PB	3.461.724	9,6%	2.565.337	8,3%	35%
02253054100 - Eliza Emilia Cesco	SR/PF/SP	2.641.922	7,3%	3.284.598	10,7%	-20%
02396393000120 - Luauto Empreendimentos Imobiliários Ltda	SR/PF/PI	1.996.117	5,5%	3.136.730	10,2%	-36%
07055030625 - Jose Anchieta Rocha	SR/PF/MG	1.806.000	5,0%	2.180.000	7,1%	-17%
71468417000121 - Industria Mineradora Pagliato Ltda	SR/PF/SP	1.631.111	4,5%	1.631.111	5,3%	0%
04575268000102 - Padra Imóveis Ltda	SR/PF/SC	1.512.000	4,2%		0,0%	100%
05049432000100 - Comercio E Representações Prado Ltda	SR/PF/PA	1.441.992	4,0%	158.064	0,5%	812%
Demais Fornecedores -		13.177.066	36,5%	17.123.074	55,5%	-23%
Total		36.058.210	100,0%	30.839.626	100,0%	16,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Nos contratos de fornecimento de bens a executar houve um decréscimo de 6,83%, concentrado nos fornecedores e nas Unidades Gestoras abaixo:

Tabela 30. Maiores Fornecedores de bens a executar na PF - por UG

Fornecedor	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
Exe0ke016 - Heckler & Koch Gb	COAD/DLOG/PF	5.906.253	10,3%	5.906.253	9,6%	0,0%
34274233000102 - Petrobras Distribuidora SA	COAD/DLOG/PF	3.914.013	6,8%	-	0,0%	100,0%
03506307000157 - Ticket Soluções HDFGT S/A	COAD/DLOG/PF	3.640.820	6,4%	2.690.223	4,4%	35,3%
05340639000130 - Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	SR/PF/PR	2.138.198	3,7%	1.230.576	2,0%	73,8%
Ex2003345 - Benelli Armi S.P.A	COAD/DLOG/PF	2.024.247	3,5%	2.024.247	3,3%	0,0%
00913443000173 - Renault do Brasil S.A	COAD/DLOG/PF	1.940.250	3,4%	7.256.900	11,8%	-73,3%
16724065000110 - Ergolife Soluções em Ergonomia Ltda	DTI/PF	1.825.027	3,2%	1.825.027	3,0%	0,0%
20367629000696 - Helicópteros do Brasil S/A	COAD/DLOG/PF	1.612.199	2,8%	-		100,0%
33453598000123 - Raizen Combustíveis S.A.	COAD/DLOG/PF	1.407.045	2,5%	550.354	0,9%	155,7%
05340639000130 - Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	SR/PF/RJ	1.399.348	2,4%	640.026	1,0%	118,6%
18775558000104 - Appservice Tecnologia da Informação Eireli	DTI/PF	1.359.788	2,4%	1.359.788	2,2%	0,0%
00604122000197 - Trivale Administração Ltda	SR/PF/MT	1.131.572	2,0%	1.124.634	1,8%	0,6%
27267032000104 - BSI - Brasil Soluções Inteligentes Ltda	DITEC/PF	1.091.035	1,9%	-		100,0%
Demais Fornecedores -		5.906.253	10,3%	5.906.253	9,6%	-24,4%
Total -		57.196.921	100%	61.387.274	100,0%	-6,8%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Os contratos registrados em obrigações de seguros a executar apresentaram uma redução de 95,5% concentrado nos fornecedores e nas Unidades Gestoras a seguir:

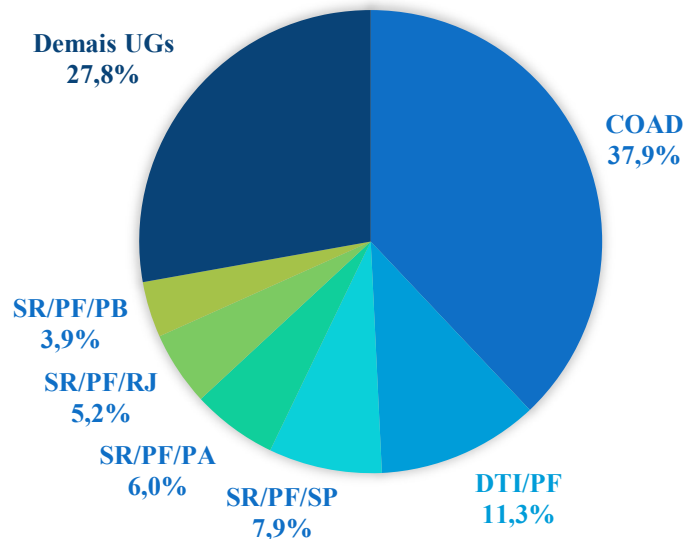
Tabela 31. Maiores Fornecedores de seguros a executar na PF - por UG

Fornecedor	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
08602745000132 - Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	SR/PF/TO	2.719	100,0%	3.025	5,0%	-10,1%
33054826000192 - Companhia Excelsior de Seguros	COAD/DLOG/PF	-	0,0%	57.998	95,0%	-100,0%
Total		2.719	100,0%	61.023	100,0%	-95,5%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A seguir, são detalhadas, por meio do gráfico abaixo, as obrigações contratuais de acordo com as respectivas Unidades Gestoras responsáveis por esses controles.

Figura 8. Obrigações Contratuais - por UG Contratante



Fonte: SIAFI, 2018.

As Unidades Gestoras 200334 - COAD/DLOG/PF, 200342 - DTI/PF e 200360 - SR/PF/SP são responsáveis por 57,1% do total de contratos a executar na Polícia Federal.

Na tabela, apresentada a seguir, são relacionados os contratos mais significativos na PF, listados por fornecedor e o saldo a executar por Unidade Gestora em 2018.

Tabela 32. Obrigações Contratuais - por Contratado e UG Contratante

Fornecedor	UG Executora	2018	AV
179083 - Casa da Moeda do Brasil	COAD/DLOG/PF	172.121.749	23,9%
81051666000170 - Oikos construções LTDA - EPP	SR/PF/PA	32.949.610	4,6%
03701380000180 - Porto belo engenharia e comercio LTDA	SR/PF/PB	20.139.581	2,8%
58069360001010 - Stefanini consultoria e assessoria em informática S.A.	DTI/PF	16.327.455	2,3%
55905350000199 - Paineiras limpeza e serviços gerais LTDA	SR/PF/SP	14.597.981	2,0%
Demais fornecedores -		463.757.141	64,4%
Total		719.893.516	100,0%

Fonte: SIAFI, 2018.

Os contratados relacionados na Tabela 32 representam 37,5% do total a ser executados na PF. A seguir, é apresentado um breve resumo desses contratos:

- (a) **179083 - Casa da Moeda do Brasil:** Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF, Contrato nº 016/2017, valor contratado de R\$ 197,8 milhões, com vigência de 21/09/2018 a 20/09/2019, cujo objeto é a prestação de serviço de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos (passaporte comum, passaporte de estrangeiro e *laissez-passer*).
- (b) **81.051.666/0001-70 - Oikos Construções Ltda-EPP:** Unidade Gestora 200386 - SR/PF/PA, Contrato nº 003/2018, valor contratado de R\$ 39,5 milhões, com vigência de 07/02/2018 a 06/02/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para a construção do edifício sede e anexos da SR/PF/PA.
- (c) **03.701.380/0001-80 - Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda:** Unidade Gestora 200396 - SR/PF/PB, Contrato nº 009/2016, valor contratado de R\$ 34,4 milhões, com vigência de 29/12/2016 a 31/12/2019, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de construção da sede da SR/PF/PB, conforme detalhado na Nota 15 - .
- (d) **58.069.360/0010-10 - Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.:** Unidade Gestora 200342 - DTI/PF, Contrato nº 006/2015, valor contratado de R\$ 13,4 milhões, com vigência de 01/09/2018 a 01/09/2019, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados na área de TI, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais.
- (e) **55.905.350/0001-99 - Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda:** Unidade Gestora 200360 - SR/PF/SP, valor contratado em 2018, R\$ 4,6 milhões. Em consulta ao SIAFI operacional, referentes aos contratos abaixo, cujos objetos são a limpeza, asseio e conservação de bens imóveis com fornecimento de toda a mão de obra, saneantes, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, bem como no fornecimento de material de higiene:
 - (i) Contrato nº 005/2014 - Processo SEI nº 08506.003120/2014-93 - valor contratado: R\$ 318.016,68; local de prestação dos serviços: Campinas; vigência: 01/09/2018 a 31/08/2019;
 - (ii) Contrato nº 020/2016 - Processo SEI nº 08500.063285/2015-55 - valor contratado: R\$ 2.930.007,57; local de prestação dos serviços: São Paulo;

vigência: 12/01/2018 a 12/09/2019;

(iii) Contrato nº 024/2016 - Processo SEI nº 08500.007436/2016-76 - valor contratado: R\$ 1.360.701,25; local de prestação dos serviços: Araçatuba, Bauru, Marília e Presidente Prudente; vigência: 12/01/2018 a 12/09/2019.

2.9 Nota 9 - Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

2.9.1 Demais Obrigações de Curto Prazo

Em 2018, a Polícia Federal apresentou um saldo de R\$ 72,4 milhões no subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, o qual é constituído pelos seguintes títulos:

Tabela 33. Demais Obrigações a Curto Prazo - Composição

Demais Obrigações a Curto Prazo		2018	AV	2017	AV	AH
Outras Obrigações a Curto Prazo	Indenizações, Restituições e Compensações - intra	-	0,0%	23.754.350	97,8%	-100,0%
	Indenizações, Restituições e Compensações	154.771	0,2%	214.962	0,9%	-28,0%
	Diárias a Pagar	46.748	0,1%	77.472	0,3%	-39,7%
	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF	285	0,0%	-	-	100,0%
	Serviços Eventuais - Pessoal Técnico	-	0,0%	13.500	0,1%	-100,0%
	Valores em Transito Exigíveis	23.483	0,0%	12.766	0,1%	84,0%
	Obrigações com Entidades Federais - Consolidado	22.500.149	31,1%	171.275	0,7%	13037%
	Valores Restituíveis	Consignações	49.635.530	68,6%	19.018	0,1%
	Depósitos não Judiciais	41.706	0,1%	35.693	0,1%	16,8%
Total		72.402.672	100,0%	24.299.036	100,0%	198,0%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Das obrigações registradas neste subgrupo no exercício de 2018, 68,6% estão concentradas em Consignações e 31,1% em obrigações com entidades federais, com um acréscimo 13.037,0% em relação a 2017.

Em relação ao grupo de contas que compõe o passivo referente à Consignações mais de 99,9% é composto por obrigações de folha de pagamento registradas na Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF, tais como: pensão alimentícia, retenções de sindicatos e associações, planos de previdência, etc. O acréscimo de consignações em relação a 2017 foi de

260.894,7%, em decorrência de erro na rotina de pagamento da folha, conforme **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**.

Em relação às obrigações de curto prazo, 99,8% são obrigações reconhecidas na Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF, conforme detalhado na **Tabela 34** a seguir:

Tabela 34. Indenizações, Restituições e Compensações - Por UG

Demais Obrigações a Curto Prazo		2018	AV	2017	AV	AH
COAD	Indenizações, restituições e compensações -intra	-	0,0%	23.754.350	98,8%	-100,0%
	Outras obrigações a curto prazo	137.148	0,2%	121.423	0,5%	13,0%
	Obrigações com entidades federais - consolidadas	22.500.149	31,1%	171.275	0,7%	13036,8%
	Valores restituíveis	49.635.524	68,7%	0	0,0%	100,0%
Total	72.272.821	100,0%	24.047.048	99,0%	200,5%	

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Os valores reconhecidos em indenizações em 2018, na Unidade 200334-COAD/DLOG/PF, referem-se à Caixa Econômica Federal e ao ressarcimento parcial da folha em nome da COAD. Em relação à Caixa Econômica, refere-se à devolução de pagamentos efetuados em duplicidade em favor da unidade 200336-COF/DLOG/PF, conforme Ofício 503/2018-SECOM (SEI 8613998) e Despacho SEI 9232099-DEOF/COAD.

As obrigações com entidades federais se referem a ressarcimento de pessoal cedido à Polícia Federal. O acréscimo desse grupo de conta em relação a 2017 foi de 13.036,8%, em decorrência de erro na rotina de pagamento da folha conforme **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**.

2.9.2 Demais Obrigações de Longo Prazo

As demais obrigações de Longo Prazo na Polícia Federal estão distribuídas conforme tabela a seguir:

Tabela 35. Demais Obrigações a Longo Prazo - Composição

Demais Obrigações a Longo Prazo		UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
Valores restituíveis	Depósitos não judiciais	SR/PF/AL	5.877	75,1%	5.877	100,0%	0,0%
		SR/PF/AC	1.954	24,9%	-	-	100,0%
Total			7.831	100,0%	5.877	100,0%	33,2%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

As obrigações a longo prazo na PF que aumentaram em 33,2%, em relação a 2017, são registros de garantias na modalidade caução em dinheiro, na Unidade Gestora 200358 - SR/PF/AL, no valor de R\$ 5.877,00, registradas no SIAFI WEB por meio dos Documentos Hábeis 2017PA000060, 2017PA000061 e 2017PA000063. E o valor de R\$ 1.954,00 refere-se ao registro do Documento Hábil 2018PA000047 realizado pela UG 200380 - SR/PF/AC.

2.10 Nota 10 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 2018 foi superavitário em R\$ 253 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Tabela 36. Variações Patrimoniais Aumentativas versus Variações Patrimoniais Diminutivas.

VPD x VPA	2018	2017	AH
Varição Patrimonial Aumentativa	15.858.920.295	15.060.498.822	5,3%
Varição Patrimonial Diminutiva	15.605.384.585	14.628.686.172	6,7%
Total	253.535.710	431.812.650	-41,3%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

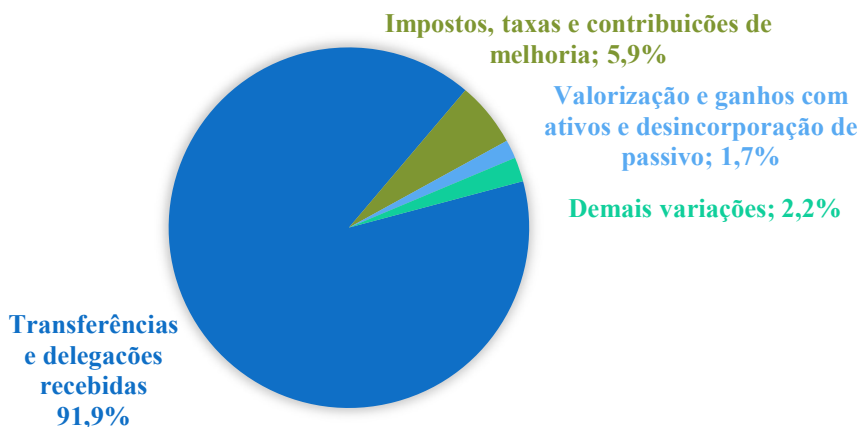
Observa-se que no resultado patrimonial do período houve um decréscimo de 41,3% quando comparado ao do exercício anterior. Em 2017, o resultado foi positivo em R\$ 431,8 milhões e em 2018, o resultado foi positivo em R\$ 253,5 milhões, implicando uma variação decrescente da ordem de R\$ 178,2 milhões.

Em 2018, observa-se, ainda, que, na Polícia Federal, houve aumentos nas Variações Patrimoniais Aumentativas em 6,7% e nas Variações Patrimoniais Diminutivas em 5,3%. Houve acréscimo nas seguintes variações patrimoniais aumentativas: 13.716,4% com Valor

Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços; 4.573,9% com Ganhos com Desincorporação de Passivos. Houve também, decréscimo de 97,4% com Juros e Encargos de Mora.

A composição das Variações Patrimoniais Aumentativas da PF, em 2018, está detalhada na **Figura 9** a seguir:

Figura 9. Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As transferências e Delegações Recebidas representam 91,93% das Variações Patrimoniais Aumentativas da PF em 2018. Destas, 90,9% são referentes as Transferências Intragovernamentais que estão concentradas, conforme **Tabela 37**, na UG 200334 - COAD/DLOG/PF, com 45,2% e na UG 200336 - COF/DLOG/PF, com 49,8%.

As Variações Patrimoniais Aumentativas das transferências intragovernamentais são reflexos da programação financeira (PF) das Unidades Gestoras, refletindo a movimentação das Unidades. A concentração decorre da centralização na Unidade 200336 - COF/DLOG/PF da contabilização do sub-repasse e das transferências e na Unidade 200334 - COAD/DLOG/PF por ser responsável pela folha de pagamento do órgão.

Tabela 37. VPA Transferências Intragovernamentais - por UG

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
200336-COF/DLOG/PF	7.215.714.077	50,0%	6.736.274.114	49,9%	7,1%
200334-COAD/DLOG/PF	6.518.424.897	45,2%	6.173.485.426	45,7%	5,6%
Demais Unidades Gestoras	684.383.399	4,8%	587.190.572	4,4%	16,6%
TOTAL	14.418.522.373	100,0%	13.496.950.111	100,0%	6,8%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em 2018, os ganhos com alienação, na PF, diminuiu em 21,4% quando comparado ao exercício de 2017, em decorrência dos leilões de bens móveis realizados nas Unidades Gestoras detalhadas na **Tabela 38**.

Tabela 38. VPA Ganhos com alienação - por UG

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
200356 SR/PF/RJ	246.891	31,4%	30.050	3,0%	721,6%
200388 SR/PF/MA	209.300	26,6%	503.700	50,4%	-58,4%
200374 SR/PF/MT	151.521	19,3%			100,0%
200354 SR/PF/MS	92.786	11,8%			100,0%
200404 SR/PF/TO	47.891	6,1%			100,0%
200358 SR/PF/AL	30.732	3,9%			100,0%
200396 SR/PF/PB	6.673	0,8%			100,0%
Demais Unidades Gestoras			466.559	46,6%	-100,0%
TOTAL	785.794	100,0%	1.000.309	100,0%	-21,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Assim, as Unidades Gestoras que apresentaram os maiores ganhos com alienação no exercício de 2018 foram: SR/PF/RJ, SR/PF/MA, SR/PF/MT e SR/PF/MS.

Já as perdas por alienação apuradas na PF, em 2018, totalizaram R\$ 1,4 milhões, com decréscimo de 37,3% em comparação com o exercício anterior. Essas perdas devem-se ao valor arrecadado no leilão ser inferior aos valores registrados nas contas contábeis de bens móveis. As Unidades Gestoras que apuraram perda nas alienações estão detalhadas na **Tabela 39**.

Tabela 39. Perdas com alienação - por UG

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
200354 SR/PF/MS	399.408	28,4%	-	-	100,0%
200396 SR/PF/PB	398.410	28,3%	-	-	100,0%
200356 SR/PF/RJ	226.017	16,1%	582.706	26,0%	-61,2%
200404 SR/PF/TO	201.555	14,3%	-	-	100,0%
200358 SR/PF/AL	181.885	12,9%	-	-	100,0%
200374 SR/PF/MT	179	0,0%	-	-	100,0%
Demais Unidades Gestoras	-	0,0%	1.662.167	74,0%	-100,0%
Total	1.407.453	100,0%	2.244.873	100,0%	-37,3%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Ao se comparar o valor dos ganhos com alienação com as perdas, o resultado da apresenta um déficit de R\$ 621 mil.

As VPA's de valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivo, 100% referem-se às reavaliações dos ativos da PF, totalizando R\$ 206,4 milhões em 2018, conforme



discriminado na tabela abaixo.

Tabela 40. VPA - Reavaliação de Ativos - por UG

Conta Contábil	UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
Reavaliação de bens Móveis	200386 SR/PF/PA	223.597	43,5%	40.948	6,7%	446,1%
	200356 SR/PF/RJ	220.956	43,0%	-	-	100,0%
	200340 ANP/DGP/PF	24.097	4,7%	-	-	100,0%
	200374 SR/PF/MT	19.440	3,8%	-	-	100,0%
	200334 COAD/DLOG/PF	14.812	2,9%	333.897	54,7%	-95,6%
	200346 SR/PF/BA	9.254	1,8%	-	-	100,0%
	200354 SR/PF/MS	1.423	0,3%	985	0,2%	44,5%
	200350 SR/PF/MG	-	-	179.871	29,4%	-100,0%
	200406 DITEC/PF	-	-	55.175	9,0%	-100,0%
	Total		513.581	0,2%	610.875	0,1%
Reavaliação de bens Imóveis	200350 SR/PF/MG	142.776.029	69,3%	1.720.025	0,4%	8200,8%
	200334 COAD/DLOG/PF	26.246.377	12,7%	166.786.464	39,2%	-84,3%
	200358 SR/PF/AL	17.348.534	8,4%	-	-	100,0%
	200364 SR/PF/PR	8.153.586	4,0%	243.600	0,1%	3247,1%
	200392 SR/PF/CE	4.650.963	2,3%	-	-	100,0%
	200352 SR/PF/ES	2.065.497	1,0%	56.910	0,0%	3529,4%
	200384 SR/PF/RR	1.788.386	0,9%	-	-	100,0%
	200372 SR/PF/RS	1.484.101	0,7%	-	-	100,0%
	200386 SR/PF/PA	645.121	0,3%	-	-	100,0%
	200388 SR/PF/MA	500.000	0,2%	-	-	100,0%
	200394 SR/PF/RN	288.834	0,1%	-	-	100,0%
	200380 SR/PF/AC	26.586	0,0%	13.906.413	3,3%	-99,8%
	200402 SR/PF/AP	6.369	0,0%	141.694.075	33,3%	-100,0%
	200346 SR/PF/BA	2.500	0,0%	26.602.604	6,3%	-100,0%
	200344 SR/PF/SE	-	-	1.258.991	0,3%	-100,0%
	200356 SR/PF/RJ	-	-	5.009.910	1,2%	-100,0%
	200360 SR/PF/SP	-	-	271.928	0,1%	-100,0%
	200370 SR/PF/SC	-	-	36.465.359	8,6%	-100,0%
	200374 SR/PF/MT	-	-	19.562.441	4,6%	-100,0%
	200378 SR/PF/RO	-	-	1.427.994	0,3%	-100,0%
	200396 SR/PF/PB	-	-	10.034.232	2,4%	-100,0%
	200398 SR/PF/PE	-	-	73.729	0,0%	-100,0%
200404 SR/PF/TO	-	-	209.847	0,0%	-100,0%	
Total		205.982.883	99,8%	425.324.521	99,9%	-51,6%
Total		206.496.463	100,0%	425.935.396	100,0%	-51,5%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Em relação à reavaliação dos ativos, 99,8% refere-se aos bens imóveis e 0,2% aos bens móveis.

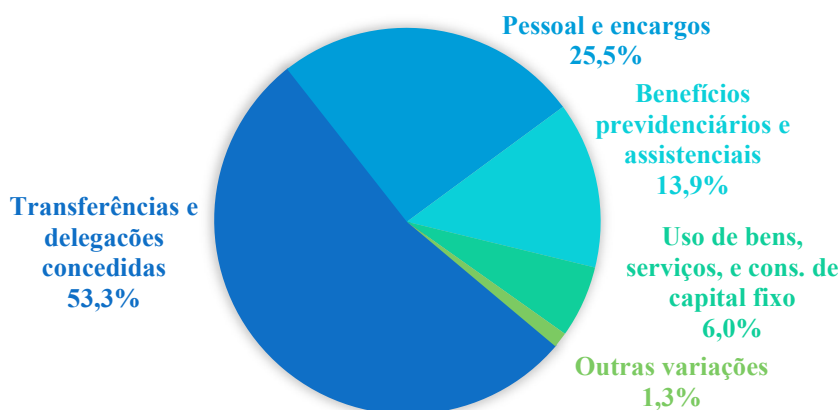
Em relação a 2017, houve um decréscimo de 15,9% na reavaliação dos bens móveis. O registro da reavaliação de bens móveis foi realizado pelas seguintes Unidades Gestoras: 200386 - SR/PF/PA, 200334 - COAD/DLOG/PF, 200340 - ANP/DGP/PF, 200346 - SR/PF/BA,

200354 - SR/PF/MS, 200356 - SR/PF/RJ e 200354 - SR/PF/RS, no valor total de R\$ 515 mil.

A reavaliação de bens imóveis apresentou um decréscimo de 51,6%, no montante em relação a 2017. O registro da reavaliação de bens imóveis foi realizado pelas seguintes Unidades Gestoras: 200350 - SR/PF/MG, 200334 - COAD/DLOG/PF, 200358 - SR/PF/AL, 200364 - SR/PF/PR, 200392 - SR/PF/CE, 200352 - SR/PF/ES, 200384 - SR/PF/RR, 200372 - SR/PF/RS, 200386 - SR/PF/PA, 200388 - SR/PF/MA, 200384 - SR/PF/RN, 200380 - SR/PF/AC, 200402 - SR/PF/AP e 200346 - SR/PF/BA.

A composição das Variações Patrimoniais Diminutivas da PF, em 2018, está detalhada no gráfico a seguir:

Figura 10. Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

A maior parte do saldo em 2018 das VPD's da PF se referem a transferências e delegações concedidas (53,3%), seguida por pessoal e encargos (26,0%).

A VPD Transferências e Delegações concedidas da PF, refere-se ao repasse de recurso da Unidade 200336 - COF/DLOG/PF para as demais Unidades Gestoras da PF, conforme programação financeira (PF).

Em relação às VPD's de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, no valor de R\$ 44,8 milhões, 28,7% foi referente a reavaliação a menor de bens móveis e 71,3% de bens imóveis, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 41. VPD Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - por UG

Conta Contábil	UG Executora	2018	AV	2017	AV
Reavaliação de Bens Móveis	200360 SR/PF/SP	10.316.213	80,2%	-	
	200388 SR/PF/MA	691.149	5,4%	764.600	5,7%
	200356 SR/PF/RJ	479.927	3,7%	486.652	3,6%
	200374 SR/PF/MT	382.862	3,0%	-	
	200396 SR/PF/PB	268.232	2,1%	-	
	200386 SR/PF/PA	209.326	1,6%	1.420.852	10,6%
	200334 COAD/DLOG/PF	161.624	1,3%	1.058.807	7,9%
	200340 ANP/DGP/PF	142.721	1,1%	-	
	200350 SR/PF/MG	121.088	0,9%	9.388.455	70,1%
	200358 SR/PF/AL	48.858	0,4%	-	
	200370 SR/PF/SC	21.687	0,2%	-	
	200380 SR/PF/AC	12.147	0,1%	-	
	200346 SR/PF/BA	9.254	0,1%	-	
	200354 SR/PF/MS	2.845	0,0%	98.000	0,7%
	200338 SR/PF/DF	2.656	0,0%	-	
	200344 SR/PF/SE	-		160.755	1,2%
	200406 DITEC/PF	-		10.597	0,1%
	Total		12.870.590	28,7%	28,7%
Reavaliação de Bens Imóveis	200350 SR/PF/MG	16.873.087	52,7%	-	
	200394 SR/PF/RN	9.523.240	29,7%	-	
	200352 SR/PF/ES	4.058.161	12,7%	385.028	1,6%
	200382 SR/PF/AM	1.497.823	4,7%	-	
	200346 SR/PF/BA	40.604	0,1%	18.137.030	73,5%
	200374 SR/PF/MT	35.261	0,1%	108.995	0,4%
	200366 DPF/FIG/PR	-		3.951.997	16,0%
	200378 SR/PF/RO	-		408.582	1,7%
	200398 SR/PF/PE	-		1.680.229	6,8%
Total		32.028.176	71,3%	71,3%	64,8%
Total		44.898.766	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

A Desincorporação de Ativos, em 2018, representa 71,7% da VPD de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo. As Unidades Gestoras que apresentam saldos mais significativos em 2018, estão discriminadas na tabela abaixo:

Tabela 42. VPD Desincorporação de Ativos - por UG

UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
200360 SR/PF/SP	91.348.027	71,7%	16.389	0,1%	557278,4%
200334 COAD/DLOG/PF	26.768.693	21,0%	285.471	1,5%	9277,0%
200372 SR/PF/RS	1.501.301	1,2%	434.514	2,2%	245,5%
200370 SR/PF/SC	1.291.502	1,0%	696.060	3,6%	85,5%
200394 SR/PF/RN	1.239.000	1,0%	-	-	100,0%
200374 SR/PF/MT	974.739	0,8%	4.568.857	23,3%	-78,7%
200406 DITEC/PF	902.893	0,7%	158	0,0%	570773,1%
200386 SR/PF/PA	737.121	0,6%	-	-	100,0%
200380 SR/PF/AC	641.980	0,5%	952	0,0%	67365,4%
200378 SR/PF/RO	624.255	0,5%	84.249	0,4%	641,0%
200342 DTI/PF	310.063	0,2%	-	-	100,0%



UG Executora	2018	AV	2017	AV	AH
200354 SR/PF/MS	304.323	0,2%	124.163	0,6%	145,1%
200350 SR/PF/MG	291.863	0,2%	6.057.532	30,9%	-95,2%
200358 SR/PF/AL	130.969	0,1%	-	-	100,0%
200346 SR/PF/BA	122.995	0,1%	345.838	1,8%	-64,4%
200390 SR/PF/PI	102.000	0,1%	1.261.616	6,4%	-91,9%
200384 SR/PF/RR	96.160	0,1%	-	-	100,0%
200366 DPF/FIG/PR	11.200	0,0%	2.125	0,0%	427,0%
200352 SR/PF/ES	4.839	0,0%	53.199	0,3%	-90,9%
200364 SR/PF/PR	4.164	0,0%	215.396	1,1%	-98,1%
200402 SR/PF/AP	2.798	0,0%	-	-	100,0%
200338 SR/PF/DF	2.500	0,0%	-	-	100,0%
200340 ANP/DGP/PF	-	-	262.197	1,3%	-100,0%
200356 SR/PF/RJ	-	-	4.993.792	25,5%	-100,0%
200376 SR/PF/GO	-	-	108	0,0%	-100,0%
200398 SR/PF/PE	-	-	184.401	0,9%	-100,0%
Total	127.413.385	100,0%	19.587.017	100,0%	550,5%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

As Unidades Gestoras 200360 - SR/PF/SP e 200334 - COAD/DLOG/PF, representam 92,1% do total da VPD de desincorporação de ativos da PF. Tratam-se de baixas por doação e de saldos das contas transitórias de bens imóveis do grupo 12.321.06.00 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO, para incorporação aos respectivos imóveis, por meio do SPIUnet. No caso da COAD/DLOG/PF, a unidade registrou baixa no valor de R\$ 26,2 milhões na conta de obras em andamento referente ao Contrato nº 57/2014 encerrado, que representou 98,1% do total da VPD de desincorporação de ativo. Em decorrência desse registro, houve impacto na VPA de Reavaliação de Bens Imóveis no mesmo valor, R\$ 26,2 milhões, por meio do documento 2018NL800063, por incorporação do valor da obra no imóvel.

Em relação à Unidade 200360 - SR/PF/SP, R\$ 91,3 milhões foi referente aos registros de baixa dos RIP's imóveis 6219002775006, 6929000465001, 7071007965009, 7097001575008 e 7107010615000, gerados no SPIUnet, por meio dos seguintes documentos: 2018NL800006, 2018NL800007, 2018NL800008, 2018NL800009 e 2018NL800010. De acordo com as informações do campo observação, dos documentos gerados no SPIUnet, tratam-se de baixas por duplicidade de registro na conta 12.321.01.18 - Presídios/delegacias.

2.11 Nota 11 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Ajustes de Exercícios Anteriores

A DMPL é uma demonstração contábil cuja elaboração exige a construção de uma

matriz na qual as colunas representam as contas do Patrimônio Líquido.

O saldo do Patrimônio Líquido da PF, em 2018, foi de 3,3 bilhões com acréscimo de 8,4% em relação a 2017, discriminado na tabela abaixo:

Tabela 43. Patrimônio Líquido - Composição

DMPL	2018	AV	2017	AV	AH
Reavaliação de Bens Móveis	296.482	0,0%	296.482	0,0%	0,00%
Resultado do Exercício	253.535.710	7,7%	431.812.650	14,3%	-41,3%
Resultado de Exercícios Anteriores	3.026.608.561	92,3%	2.552.046.653	84,3%	18,6%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-535.112	-0,00%	42.749.258	1,4%	-101,3%
Total	3.279.905.641	100,00%	3.026.905.043	100,00%	8,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

O item “Resultados de Exercícios Anteriores”, que compõe 92,3% do PL da PF, são os resultados patrimoniais apurados nos exercícios anteriores e apresentou um aumento de 18,6% em relação a 2017.

O item “Ajustes de Exercícios Anteriores”, representa menos de 0,01% do Patrimônio Líquido da PF, são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Em 2018, o saldo devedor foi de R\$ 535 mil em ajustes de exercícios anteriores. Na tabela a seguir, consta as Unidades Gestoras da PF em que houve alterações no ativo ou passivo, envolvendo os ajustes de exercícios anteriores:

Tabela 44. PL - Ajustes de Exercícios Anteriores - por UG

UG Executora	2018	AV
200360 SR/PF/SP	-1.501.406	280,6%
200364 SR/PF/PR	-302.945	56,6%
200380 SR/PF/AC	-271.452	50,7%
200384 SR/PF/RR	-36.225	6,8%
200350 SR/PF/MG	-32.965	6,2%
200374 SR/PF/MT	-23.167	4,3%
200340 ANP/DGP/PF	-18.277	3,4%
200366 DPF/FIG/PR	-13.617	2,5%
200356 SR/PF/RJ	-13.535	2,5%
200334 COAD/DLOG/PF	-11.336	2,1%
200344 SR/PF/SE	-336	0,1%
200338 SR/PF/DF	5	0,0%
200394 SR/PF/RN	6	0,0%
200392 SR/PF/CE	8	0,0%
200354 SR/PF/MS	72	0,0%
200382 SR/PF/AM	72	0,0%



UG Executora	2018	AV
200386 SR/PF/PA	97	0,0%
200398 SR/PF/PE	365	-0,1%
200390 SR/PF/PI	397	-0,1%
200370 SR/PF/SC	413	-0,1%
200352 SR/PF/ES	1.538	-0,3%
200372 SR/PF/RS	2.182	-0,4%
200346 SR/PF/BA	23.645	-4,4%
200388 SR/PF/MA	55.436	-10,4%
200376 SR/PF/GO	148.690	-27,8%
200358 SR/PF/AL	176.976	-33,1%
200396 SR/PF/PB	193.821	-36,2%
200402 SR/PF/AP	269.818	-50,4%
200378 SR/PF/RO	399.986	-74,7%
200342 DTI/PF	416.624	-77,9%
Total	-535.112	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Esses ajustes são decorrentes de variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas que não foram registrados no exercício de competência sendo, portanto, apurado direto no patrimônio líquido na conta contábil 23.711.03.00 - Ajustes de exercícios anteriores.

Em relação a esses ajustes destaca-se a Unidade 200360 - SR/PF/SP, conforme explicado na **Nota 2 - Demais Créditos e Valores (Curto e Longo prazo)**, esses valores são referentes ao pagamento de indenizações de armas de fogo, registrados indevidamente na UG 200360 - SR/PF/SP, na conta 12.121.06.03 - Depósitos Judiciais Efetuados, nos anos de 2004 e 2005.

As demais Unidades tiveram impacto especialmente por conta de depreciações acumuladas das Unidades 200366 - DPF/FIG/PF e 200364 - SR/PF/PR que foram duplicadas em alguns meses de 2014, por erro do sistema patrimonial e-LOG. Como o cálculo da depreciação interfere nas transferências patrimoniais entre as Unidades, além do valor que foi revertido nas duas Unidades em que ocorreu originalmente o problema, foi necessário ajustar nas Unidades Gestoras que receberam bens da DPF/FIG/PF ou SR/PF/PR após 2014.

Além disso, a Unidade 200356 - SR/PF/RJ efetuou lançamentos de ajustes de exercício anterior referente à baixa dos bens leiloados em 2017.

2.12 Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2018, em comparação com aquelas do exercício de 2017, estão distribuídas em categorias, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário. Observa-se que no exercício de 2018, na Polícia Federal, houve um excesso de arrecadação de 2,6% da receita prevista inicialmente.

Do montante previsto de R\$ 731,5 milhões, para 2018, foram arrecadados cerca de R\$ 750,4 milhões. Desse montante, 99,4% compreenderam as arrecadações com Receitas Correntes, com destaque para as Receitas Tributárias que alcançaram cerca de R\$ 674,3 milhões (89,9% do total arrecadado), e 0,6% com Receitas de Capital.

A tabela a seguir apresenta as variações das origens das receitas arrecadadas na Polícia Federal, entre 2018 e 2017:

Tabela 45. Origens das receitas arrecadadas

Origem da Receita		2018	AV	2017	AV	AH
Receitas Correntes	Receita Tributária	674.362.176	89,9%	886.837.573	91,2%	-24,0%
	Receita Patrimonial	238.042	0,03%	193.057	0,02%	23,3%
	Receita de Serviços	26.435.133	3,5%			100,0%
	Outras Receitas Correntes	44.739.074	5,9%	80.964.723	8,3%	-44,7%
	Total Receitas Correntes	745.774.425	99,4%	967.995.353	99,5%	-23,0%
Receitas de Capital	Alienação de Bens	4.629.900	0,6%	4.844.800	0,5%	-4,4%
	Total Receitas de Capital	4.629.900	0,6%	4.844.800	0,5%	-4,4%
Total		750.404.325	100,0%	972.840.153	100,0%	-22,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Percebe-se uma retração na arrecadação de aproximadamente 22,9% em relação ao exercício de 2017. Tal retração monta a quantia aproximada de R\$ 222,4 milhões, contribuindo, principalmente, para tal decréscimo a diminuição de 44,7% na arrecadação de receitas com Outras Receitas Correntes e 24,0% com Receitas Tributárias.

Em 2018, há arrecadações com Receita de Serviços no valor de R\$ 26 milhões e evolução de 100% em relação à 2017. Esses valores são arrecadações com taxas de concurso público para ingresso na PF realizado em 2018.



2.12.1 Receitas Correntes

Das receitas realizadas no exercício de 2018, na Polícia Federal, percebe-se que 99,4% se referem à arrecadação de Receitas Correntes, montando a quantia aproximada de R\$ 745,7 milhões, distribuídos principalmente nas seguintes categorias:

- (i) Receitas Tributárias: R\$ 674,3 milhões; e
- (ii) Outras Receitas Correntes: R\$ 44,7 milhões.

Em relação às naturezas da receita citadas, em 2018, houve um excesso de arrecadação nas Receitas Tributárias (R\$ 17,5 milhões) e uma diminuição de arrecadação em Outras Receitas Correntes (R\$ 29,8 milhões) em relação ao valor previsto para a arrecadação da receita.

2.12.1.1 Receitas Tributárias

A seguir é apresentada a composição das Receitas Tributárias que representam 90,4% das Receitas Correntes arrecadadas na Polícia Federal e sua variação entre 2018 e 2017:

Tabela 46. Receitas Tributárias e de Contribuições - Composição

Receitas Tributárias e de Contribuições	Receitas Realizadas 2018	AV	Receitas Realizadas 2017	AV	AH
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas	674.362.172	100%	886.837.573	100%	-23,9%
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profissional	-	-	-	-	-
Total	674.362.172	100%	886.837.573	100%	-23,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em 2018, as arrecadações com taxas correspondem a 100% das Receitas Tributárias. Na Polícia Federal, essas taxas são referentes as áreas de: Migração, Armas, Segurança Privada, Químicos, Concursos, Aluguéis, Indenizações, Alienações e Sentenças Judiciais.

Percebe-se que a arrecadação de Receitas Tributárias foi retraída em aproximadamente 23,9% em relação ao exercício de 2017, evidenciando um decréscimo de aproximadamente R\$ 212,4 milhões. Essa retração refere-se, principalmente, à diminuição da arrecadação de taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização, conforme demonstrado na **Tabela 47**.

Tabela 47. Receitas Tributárias - Taxas - Composição e Evolução

Taxas	2018	AV	2017	AV	AH
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	653.283.752	96,9%	855.414.778	96,5%	-23,6%
Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	21.078.420	3,1%	31.422.795	3,5%	-32,9%
Total	674.362.172	100,0%	886.837.573	100,0%	-24,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que as taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização são responsáveis por 96,9% da arrecadação total das Receitas Tributárias, na PF, cerca de R\$ 653,2 milhões e com retração de 23,6% em relação a 2017. Tal retração se deu basicamente em função da ausência de arrecadação de receitas com essas taxas em 2018 na fonte 0100980000, conforme informações do Serviço de Receitas (SECONTRE/COF/DLOG/PF), por meio do e-mail enviado em 20/02/2019.

A tabela a seguir detalha, por fonte e ano, a composição dessas taxas.

Tabela 48. Receitas Tributárias - Taxas - por Fonte de Recurso Detalhada

Taxas	Fonte Recursos Detalhada	2018	AV	2017	AV
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0100980000 Desvinculação das Receitas da União-Fonte 100	-	-	256.620.439	28,9%
	0174020227 Rec. de Migração/Segurança Privada e Armas/PF	653.283.7560	96,9%	598.794.338	67,5%
	Total	653.283.756	96,9%	855.414.778	96,5%
Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	0100980000 Desvinculação das Receitas da União-Fonte 100	-	-	9.426.835	1,1%
	0174270032 Receita de Químicos/Funapol/PF	-	-	21.995.961	2,5%
	0186301080 PF-Rec.Vinc. Aplic. Polit. Publ. Especificas	21.078.420	3,13%	-	-
	Total	21.078.420	3,1%	31.422.795	3,5%
Total		674.362.176	100,0%	886.837.573	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que em 2017 houve arrecadação na fonte 0100980000 - Desvinculação das Receitas da União-Fonte 100, isso ocorreu devido ao advento da Emenda Constitucional nº

93/2016 que desvinculou 30% das receitas de taxas, contribuições sociais e CIDE. Em 2018, não ocorreu a arrecadação na referida fonte, pois a STN passou a contabilizar esta parcela como Receita do Tesouro Nacional (UO 98000). Este procedimento está alinhado com a previsão de receita registrada pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF por ocasião das Leis Orçamentárias 2018 e 2019, conforme esclarecimentos da COFIN/STN, por meio de e-mail enviado em 22/02/2019.

2.12.1.2 Outras Receitas Correntes

A seguir é apresentada a composição das Outras Receitas Correntes que representa 6% das Receitas Correntes arrecadadas na Polícia Federal e sua variação entre 2018 e 2017.

Tabela 49. Outras Receitas Correntes - Composição

Outras Receitas Correntes	2018	AV	2017	AV	AH
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	44.515.572	99,5%	75.593.633	93,4%	-41,1%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	219.980	0,5%	5.194.877	6,4%	-95,8%
Demais Receitas Correntes	3.521	0,0%	176.213	0,2%	-98,0%
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	1	0,0%	-	-	100,0%
Total	44.739.074	100,0%	80.964.723	100,00%	-44,7%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em relação às Outras Receitas Correntes arrecadadas na Polícia Federal, destacam-se as seguintes naturezas: Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais com arrecadação de R\$ 44,5 milhões e Indenizações, Restituições e Ressarcimentos com arrecadação de R\$ 219 mil.

As Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, que representam 99,5% do total arrecadado com Outras Receitas Correntes, são compostas conforme tabela abaixo.

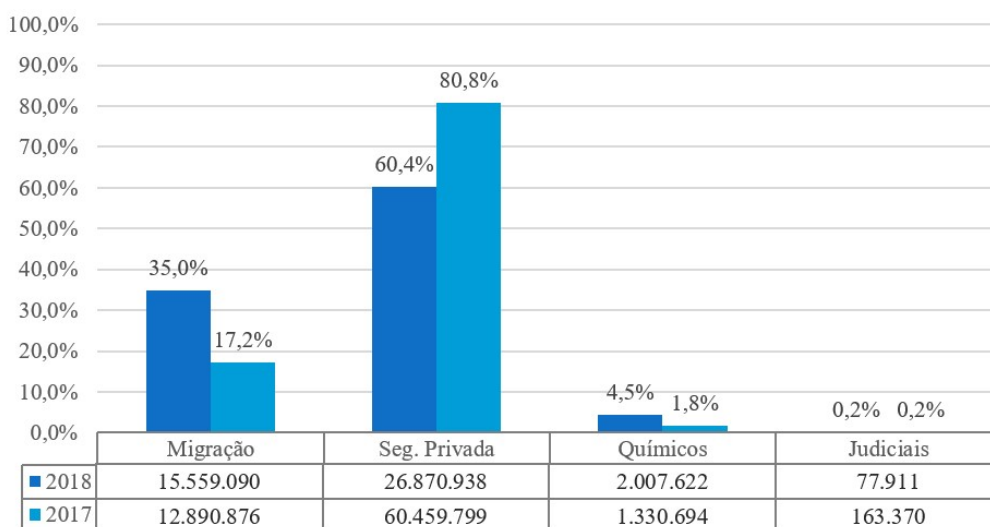
Tabela 50. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Composição

Multas	2018	AV	2017	AV	AH
Multas Previstas em Legislação Específica	44.437.661	99,8%	74.677.446	98,8%	-40,5%
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	77.911	0,2%	163.370	0,2%	-52,3%
Multas e Juros Previstos em Contratos	-	-	752.817	1,0%	-100%
Total	44.515.572	100,0%	75.593.633	100,0%	-41,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Conforme observado acima, houve um decréscimo de 41,1% do total arrecadado com Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais em relação a 2017. Essa diminuição ocorreu, principalmente, na arrecadação da área de Segurança Privada da PF, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 11. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais por Área de Arrecadação



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que, na Polícia Federal, em 2018, houve arrecadação com Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais em quatro áreas: Segurança Privada (R\$ 26,8 milhões), Migração (R\$ 15,5 milhões), Químicos (R\$ 2 milhões) e Sentenças Judiciais (R\$ 77,7 mil).

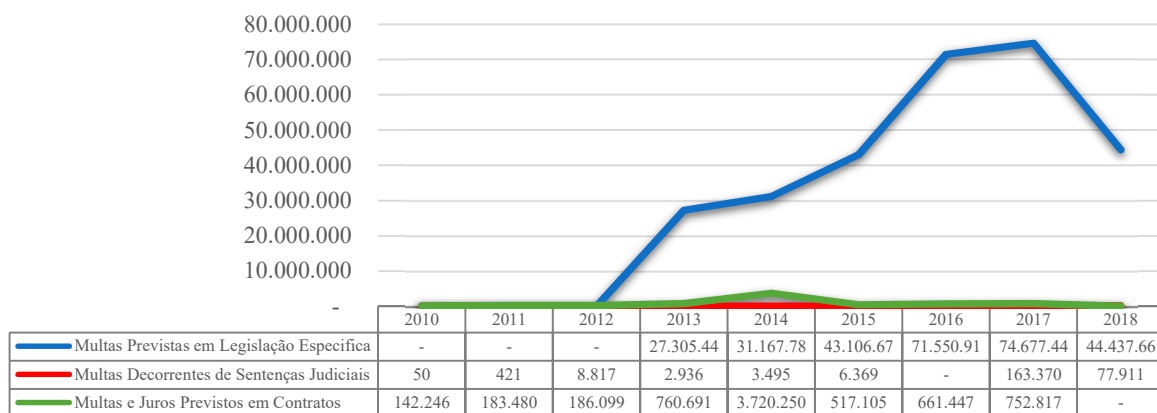
A área que apresentou a maior variação na arrecadação com multas, em relação a 2017, foi a de Segurança Privada com 55,6% de retração. Essa área representa 60,4% do total das multas arrecadadas em 2018.

Essa diferença significativa, observada entre 2017 e 2018, ocorreu devido a implantação eletrônica dos processos punitivos da PF no Sistema de Gestão Eletrônico de Segurança Privada - GESP, em 2015, conforme informado pela DICOFC/CGCSP/DIREX/PF, por meio do Despacho nº 9938396 e Informação nº 9936284, disponíveis no Processo SEI 08200.002916/2019-78.

Esse sistema agilizou a tramitação e o julgamento dos processos punitivos a julgar represados até 2014, aumentando com isso as arrecadações nos anos de 2016 e 2017, conforme

observado na tabela a seguir.

Figura 12. Evolução das Arrecadações de Multas Administrativas de 2010 a 2018



Fonte: SIAFI, 2010 e 2018.

Outra providência, que contribuiu para o aumento das arrecadações nesses anos, foi a alteração normativa que permitiu que os processos punitivos fossem julgados pelo Coordenador-Geral, por delegação do Diretor Executivo, ao invés do antigo e demorado julgamento trimestral da Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos (CGCSP). Assim, houve um incremento na quantidade de processos julgados nesses anos, o que impactou sobremaneira as arrecadações das receitas, de 2016 e 2017. Além disso, foi instituída missão permanente para elaboração de pareceres nos processos represados na Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada (DICOV/CGCSP), cerca de 12.000 processos, a fim de viabilizar os julgamentos e otimizar os procedimentos, no âmbito da DICOV/CGCSP.

A partir de 2018, a arrecadação voltou à normalidade, todos os processos represados, no âmbito da Coordenação-Geral, foram julgados e concluídos, fazendo com que os números se assemelhassem aos de 2014 e 2015, período que antecedeu as mudanças elencadas, diminuindo, assim, os valores arrecadados neste ano e que serão compatíveis às arrecadações dos próximos anos, conforme informado pela DIREX.

Além disso, outro fato que influenciou a queda na arrecadação em 2018, foi a integração do sistema GESP aos sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN/RFB. Assim, a partir de março de 2018, todas as multas não pagas a mais de 120 dias foram enviadas automaticamente para inscrição na Dívida Ativa da União (DAU) pela PGFN. Essas multas inscritas na DAU não podem mais ser arrecadadas pela PF, já que serão recolhidas

pela Receita Federal por meio de DARF.

Outra natureza que compõe as Outras Receitas Correntes da PF em 2018 são as Indenizações, Restituições e Ressarcimentos com R\$ 219 mil arrecadados. A tabela a seguir demonstra a composição dessa natureza.

Tabela 51. Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Composição

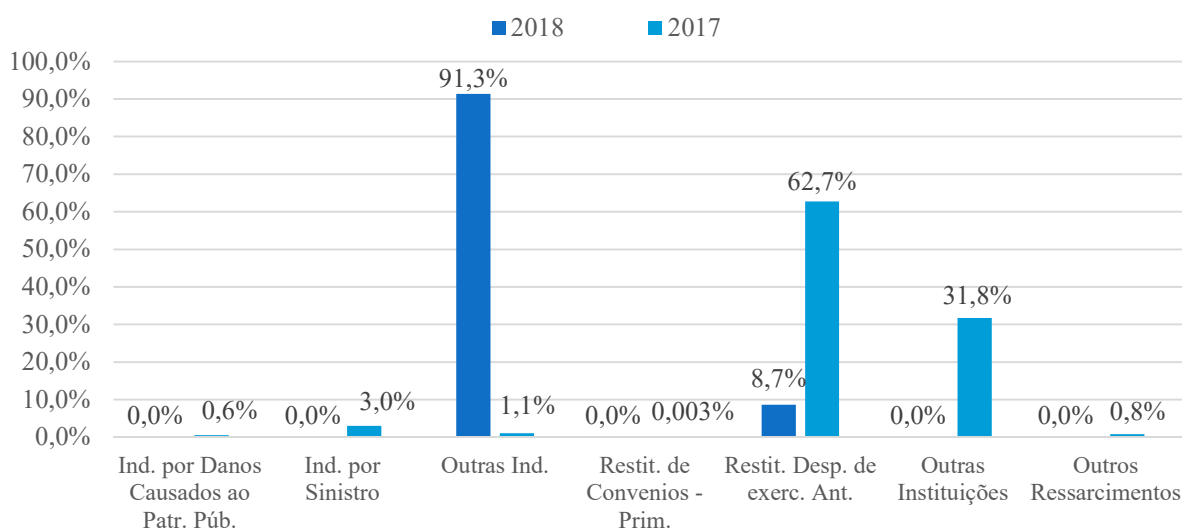
Outras Receitas correntes	Receitas Realizadas 2018	AV	Receitas Realizadas 2017	AV	AH
Indenizações	200.949	91,3%	243.737	4,7%	-17,6%
Restituições	19.030	8,7%	4.907.521	94,5%	-99,6%
Ressarcimento	0,00	0,00%	43.620	0,8%	-100%
Total	219.980	100,0%	5.194.877	100,0%	-95,8%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Conforme observado acima, houve um decréscimo de 95,8% do total arrecadado com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos em relação a 2017, com destaque para as Restituições que reduziram em 99,6%.

A figura abaixo detalha os tipos de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos arrecadados em 2017 e 2018:

Figura 13. Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - composição



Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que houve um acréscimo nas arrecadações em Outras Indenizações e retrações nas demais indenizações, restituições e ressarcimentos em relação a 2017.

As restituições com despesas de exercícios anteriores e outras restituições (deduções de folha de pagamento) foram as que apresentaram maiores retrações em 2018, com 99,4% e 100%, respectivamente. Tais retrações estão relacionadas ao novo procedimento de registro da estimativa e da realização da receita que estão sendo contabilizados diretamente na UG 170502 - STN, conforme esclarecimento da COFIN/STN, e-mail enviado em 22/02/2019, para o SECONTRE/COF/DLOG

2.12.2 Receitas de Capital

A realização de Receitas de Capital na PF em 2018 foi por meio das arrecadações com alienações de bens móveis, conforme tabela abaixo e montou a quantia de aproximadamente de R\$ 4,6 milhões, o que corresponde a 0,6% de todas as receitas arrecadas no período em tela.

Em relação a 2017, as arrecadações com alienações de bens móveis apresentaram um decréscimo de 4,44%, conforme tabela abaixo:

Tabela 52. Alienação de Bens Móveis

Receitas de Capital	2018	2017	AH
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	4.629.900	4.844.800	-4,44%
Total	4.629.900	4.844.800	-4,44%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A seguir, apresentam-se as arrecadações com Alienações de Bens Móveis por Unidade Gestora nos anos de 2018 e 2017:

Tabela 53. Alienação de Bens Móveis - por UG

Leilão Realizado 2018	Valor arrecadado 2018	AV	Leilão Realizado 2017	Valor arrecadado 2017	AV
SR/PF/AL	315.500	6,8%	SR/PF/PA	554.500	11,4%
SR/PF/TO	453.300	9,8%	COAD/DLOG/PF	1.141.700	23,6%
SR/PF/PB	780.600	16,9%	SR/PF/MA	754.200	15,6%
SR/PF/RJ	715.300	15,5%	SR/PF/RO	586.400	12,1%
SR/PF/MT	652.300	14,1%	SR/PF/RJ	433.600	8,9%



Leilão Realizado 2018	Valor arrecadado 2018	AV	Leilão Realizado 2017	Valor arrecadado 2017	AV
SR/PF/MS	851.900	18,4%	SR/PF/SC	529.200	10,9%
SR/PF/MA	428.800	9,3%	SR/PF/BH	845.200	17,4%
SR/PF/AM	427.400	9,2%	-	-	-
Total	4.625.900	100%		4.844.800	100%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.13 Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa

No exercício de 2018, a Polícia Federal executou (empenhou) 96,6% da despesa orçamentária. Do montante de R\$ 7,5 bilhões autorizado para gasto, foram realizados (empenhados) R\$ 7,2 bilhões, conforme **Tabela 54**.

Tabela 54. Execução Orçamentária - Incluindo os Créditos Bloqueados

Conta Contábil	Dotação Atualizada	AV	Despesas Empenhadas	AV	Despesas Liquidadas	AV	Despesas Pagas	AV
Outras Despesas Correntes	1.145.822.324	15,2%	1.094.394.455	15,0%	957.583.565	13,9%	929.956.558	14,3%
Pessoal e Encargos Sociais	6.004.932.308	79,5%	5.934.954.162	81,4%	5.907.638.315	85,6%	5.534.812.481	85,2%
Total Despesas Correntes	7.150.754.632	94,7%	7.029.348.617	96,4%	6.865.221.881	99,5%	6.464.769.039	99,5%
Investimentos	268.944.726	3,6%	266.092.415	3,6%	34.107.332	0,5%	34.096.493	0,5%
Total Despesas de Capital	268.944.726	3,6%	266.092.415	3,6%	34.107.332	0,5%	34.096.493	0,5%
Reserva de Contingência	134.651.027	1,8%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Reserva de Contingência	134.651.027	1,8%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	7.554.350.385	100%	7.295.441.031	100%	6.899.329.213	100%	6.498.865.532	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Do montante empenhado, R\$ 6,8 bilhões foram liquidados e R\$ 6,4 bilhões foram pagos no exercício de 2018. Isto implicou na inscrição de restos a pagar não processados e processados de R\$ 396,1 milhões e R\$ 400,4 milhões, respectivamente.

A maior parte da execução orçamentária de 2018 da PF foi realizada com Despesas Correntes, 96,4%, seguida das Despesas de Capital, 3,6%, que serão discriminadas a seguir.

2.13.1 Despesas Correntes

O valor empenhado em Despesas Correntes, R\$ 7 bilhões, representam, aproximadamente, 96,4% dos gastos realizados na PF em 2018. A principal natureza das

Despesas Correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 5,9 bilhões empenhados, representando 81,4% dos gastos totais.

A tabela a seguir evidencia a evolução de 4,5% das Despesas Correntes entre os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 55. Despesas Correntes Empenhadas - Composição

Despesas Correntes	2018	AV	2017	AV	AH
Outras Despesas Correntes	1.094.394.455	15,6%	1.044.879.486	15,5%	4,7%
Pessoal e Encargos Sociais	5.934.954.162	84,4%	5.679.367.588	84,5%	4,5%
Total	7.029.348.617	100,0%	6.724.247.074	100,0%	4,5%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Pela tabela acima, percebe-se que os grupos de natureza da despesa “Outras Despesas Correntes” e “Pessoal e Encargos Sociais” apresentaram um crescimento de cerca de 4,7% e 4,5%, respectivamente, no exercício de 2018 em relação 2017, evidenciando uma evolução no empenho dessas despesas da ordem de R\$ 305 milhões.

O maior grupo de Despesas Correntes empenhadas é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando 84,4%. Pela tabela a seguir, **Tabela 57**, percebe-se que as principais evoluções verificadas no período nesse grupo referem-se aos aumentos das despesas com vencimentos e vantagens fixas, que cresceu aproximadamente R\$ 46 milhões, bem como, o aumento dos gastos com aposentadorias e pensões, os quais aumentaram em R\$ 133 milhões.

Tabela 56. Despesas Pessoal e Encargos Sociais - Crescimento

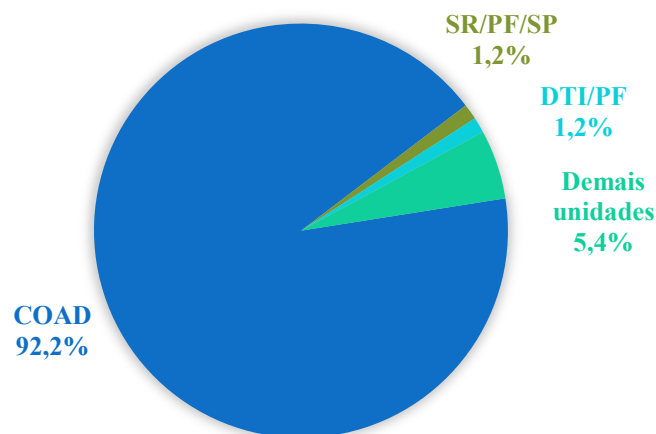
Pessoal e Encargos Sociais	2018	2017	AH (R\$)	AH %
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.076.357.588	3.029.831.277	46.526.311	1,5%
Aposent. Rpps, Reser. Remuner. e Refor. Militar	1.568.506.037	1.435.232.233	133.273.803	9,3%
Obrigações Patronais	624.068.676	613.281.300	10.787.376	1,8%
Pensões do RPPS e do Militar	594.333.458	578.392.169	15.941.289	2,8%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	37.108.112	12.357.926	24.750.187	200,3%
Despesas de Exercícios Anteriores	26.286.585	3.550.017	22.736.568	640,5%
Sentenças Judiciais	4.062.997	3.760.021	302.976	8,1%
Contribuição à Entidade Fechada Previdência	3.019.556	2.136.915	882.641	41,3%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	630.046	126.374	503.672	398,6%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	581.108	699.356	(118.248)	-16,9%
Total	5.934.954.162	5.679.367.588	255.586.574	4,5%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O aumento dos vencimentos/vantagens fixas e das aposentadorias/pensões, em 2018, podem ser explicados pelos reajustes salariais da carreira policial, bem como o crescimento vegetativo dos servidores inativos em relação aos ativos, já que não houve ingresso de novos servidores decorrente de concurso público.

Da totalidade das despesas correntes empenhadas na PF, em 2018, a maior parte da execução dos gastos, R\$ 6,4 bilhões, foi realizada pela Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF, seguida da 200342 - DTI/PF, com R\$ 85,9 milhões e da 200360 - SR/PF/SP, com R\$ 85,6 milhões, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 14. Valores executados das despesas correntes - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

Essas três Unidades Gestoras totalizam 94,6% do total das despesas correntes empenhadas na PF, o equivalente a R\$ 6,6 bilhões.

A Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF possui a maior participação na execução das despesas correntes por ser a Unidade que realiza às despesas com folha de pagamento da PF. Conforme observado acima, **Tabela 57**, dos R\$ 7 bilhões executados em despesas correntes, R\$ 5,9 bilhões referem-se ao grupo Pessoal e Encargos Sociais.

Assim, ao desconsiderar o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais em Despesas Correntes, as Unidades Gestoras da PF que apresentaram as maiores execuções com o grupo Outras Despesas Correntes, em 2018, são: 200334 - COAD/DLOG/PF, 200342 - DTI/PF e 200360 - SR/PF/SP, conforme apresentado na tabela a seguir.



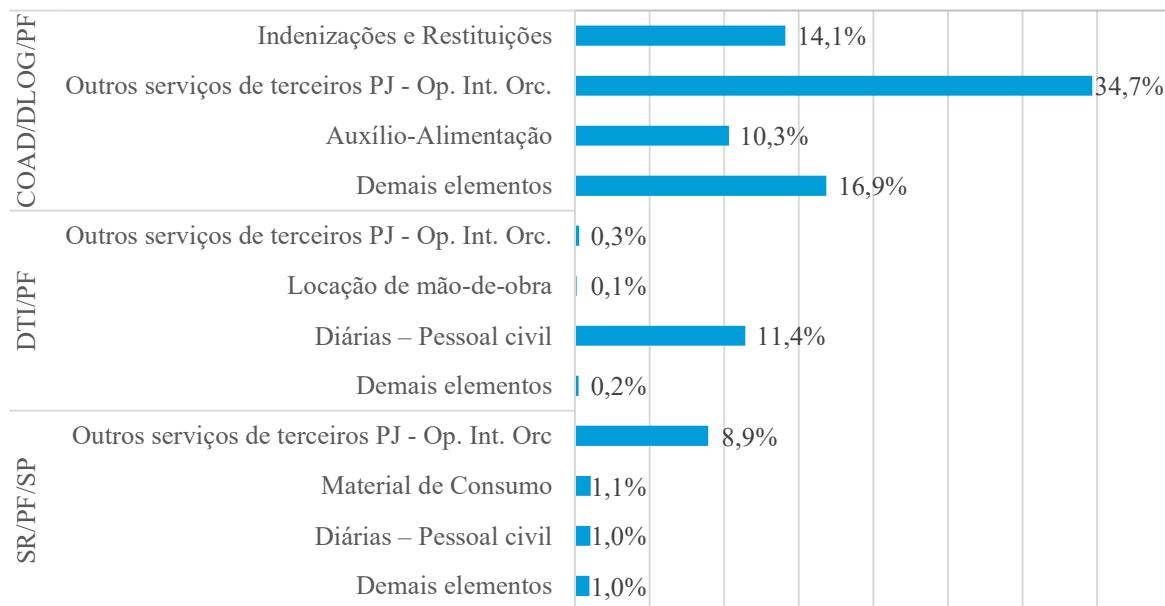
Tabela 57. Execução das despesas correntes - por UG e elemento despesa, exceto pessoal

UG Executora	Elemento Despesa	2018	AV	2017	AV	AH
COAD/DLOG/PF	Indenizações e Restituições	100.815.053	14,1%	197.433.554	29,4%	-48,9%
	Outros serviços de terceiros PJ - Op. Int. Orc.	247.853.346	34,7%	100.240.106	14,9%	147,2%
	Auxílio-Alimentação	73.811.003	10,3%	76.326.408	11,4%	-3,3%
	Demais elementos	120.420.334	16,9%	137.050.620	20,4%	-12,1%
	Total COAD	542.899.736	76,0%	511.050.689	76,0%	6,2%
DTI/PF	Outros serviços de terceiros PJ - Op. Int. Orc.	2.046.102	0,3%	75.627.050,88	11,3%	-97,2%
	Locação de mão-de-obra	734.702	0,1%	699.948,95	0,1%	4,9%
	Diárias – Pessoal civil	81.547.428	11,4%	252.502,36	0,04%	32195,7%
	Demais elementos	1.668.420	0,2%	230.894,26	0,03%	622,5%
	Total DTI/PF	85.996.653	12,04%	76.810.396,45	11,4%	12,0%
SR/PF/SP	Outros serviços de terceiros PJ - Op. Int. Orc	63.818.766	8,9%	64.533.112	9,6%	-1,1%
	Material de Consumo	7.526.668	1,1%	7.981.278	1,2%	-5,7%
	Diárias – Pessoal civil	7.386.364	1,0%	6.909.869	1,0%	6,9%
	Demais elementos	6.904.220	1,0%	4.757.947	0,7%	45,1%
	Total SR/PF/SP	85.636.018	12,0%	84.182.206	12,5%	1,7%
Total		714.532.407	100,0%	672.043.291	100,0%	0,4%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Essas três unidades totalizaram R\$ 714,5 milhões das execuções do grupo outras despesas correntes da PF o que corresponde a, 65,3% do total de R\$ 1,09 bilhões em 2018. Essas despesas, em sua maioria, referem-se a serviços de terceiros pessoa jurídica, locação de mão-de-obra, diárias e indenizações/restituições, conforme figura a seguir.

Figura 15. Execução das despesas correntes - por UG em 2018



Fonte: SIAFI, 2018.

2.13.2 Despesas de Capital

O valor empenhado em Despesas Capital, R\$ 266 milhões, representam, aproximadamente, 3,6% do valor dos gastos realizados na PF em 2018. A tabela a seguir evidencia uma evolução de aproximadamente R\$ 183 milhões entre os exercícios de 2018 e 2017, com essas despesas.

Tabela 58. Despesas de Capital Empenhadas - Composição

Despesas de Capital	2018	AV	2017	AV	AH
Investimentos	266.092.415	100%	82.999.654	100%	220,6%
Total	266.092.415	100%	82.999.654	100%	220,6%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As Despesas de Capital na PF são relativas ao grupo Investimentos. A tabela a seguir demonstra a composição e o crescimento desse grupo entre 2018 e 2017.

Tabela 59. Investimentos - Crescimento

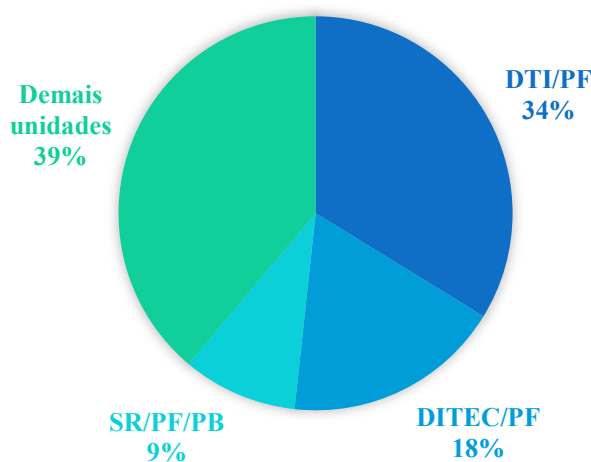
Investimentos	2018	2017	AH (R\$)	AH (%)
Equipamentos e Material Permanente	125.158.992	61.498.675	63.660.317	103,5%
Obras e Instalações	91.721.793	14.161.396	77.560.397	547,7%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	48.710.857		48.710.857	100,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	369.236	18.963	350.273	1847,1%
Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	96.983	7.316.298	(7.219.315)	-98,7%
Material de Consumo	33.624		33.624	100,0%
Indenizações e Restituições	930	4.322	(3.392)	-78,5%
Total	266.092.415	82.999.654	183.092.760	220,6%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que o grupo investimentos, em 2018, teve uma evolução substancial, 220%, em relação a 2017. A tabela acima demonstra que o aumento experimentado tange a um maior empenho de despesas com execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, materiais permanentes e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Constatase que tais despesas cresceram, em 2018, cerca de R\$ 77 milhões, de R\$ 63 milhões e de R\$ 48 milhões, respectivamente.

Dos totais de gastos de 2018 com Despesas de Capital na PF, 34% foram realizados pela Unidade Gestora 200342 - DTI/PF, seguida pelas Unidades Gestoras 200406 - DITEC/PF, com 18%, e 200396 - SR/PF/PB com 9%, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 16. Valores executados das despesas de capital - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

Na próxima tabela, é exibida a composição das Despesas de Capital considerando as três Unidades Gestoras mais representativas da PF.

Tabela 60. Principais execuções das despesas de capital das 3 (três) maiores Unidades Executoras

Unidade Gestora	Natureza despesa detalhada	2018	AV	2017	AV
200406 DITEC/PF	Obras em andamento	20.669.995	23,6%	47.982	0,2%
	Equipamentos de TIC - servidores/storage	20.588.315	23,5%	-	-
	Apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.	1.906.662	2,2%	2.380.335	12,2%
	Material de TIC (permanente)	1.391.249	1,6%	3.179.057	16,3%
	Equipamentos de TIC - ativos de rede	1.224.469	1,4%	-	-
	Maquinas e equipamentos energéticos	611.958	0,7%	-	-
	Equipamentos de TIC - computadores	578.286	0,7%	-	-
	Equipamentos de TIC - impressoras	362.392	0,4%	-	-
	Mobiliário em geral	335.332	0,4%	5.329.132	27,2%
	Manutenção evolutiva de software	230.000	0,3%	-	-
	Aquisição de software pronto	192.225	0,2%	-	-
	Aparelhos de medição e orientação	-	-	3.836.000	19,6%
	Aparelhos e utensílios domésticos	-	-	3.590	0,0%
	Aquisição de software	-	-	2.915.116	14,9%
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	-	-	4.746	0,0%
	Instalações	-	-	14.503	0,1%
	Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	-	-	8.670	0,0%
Total DITEC/PF		48.090.882	54,8%	17.719.130	90,6%
200396 SR/PF/PB	Obras em andamento	23.400.000	26,7%	-	-
	Aparelhos e equip. P/ esportes e diversões	559.190	0,6%	-	-
	Equipamentos de TIC - computadores	540.467	0,6%	-	-
	Equipamentos de TIC - impressoras	344.840	0,4%	-	-
	Mobiliário em geral	210.650	0,2%	-	-
	Pecas não incorporáveis a imóveis	129.200	0,1%	-	-
	Apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.	55.510	0,1%	-	-
	Equipamento e material sigiloso e reservado	33.627	0,0%	28.971	0,1%
	Instalações	30.962	0,0%	-	-
	Aparelhos e utensílios domésticos	23.780	0,0%	-	-
	Material de tic (permanente)	21.530	0,0%	1.081.582	5,5%
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	16.200	0,0%	4.315	0,0%
	Maquinas e equipamentos energéticos	11.000	0,0%	26.367	0,1%
	Aparelhos de medição e orientação	1.700	0,0%	-	-
	Equipamento de proteção, segurança e socorro	1.269	0,0%	-	-
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	-	-	17.957	0,1%
	Total SR/PF/PB		25.379.924	28,9%	1.159.192
200342 DTI/PF	Aquisição de software pronto	47.838.896	52,9%	-	-
	Material de TIC (permanente)	41.686.236	46,1%	1.193.255	93,4%
	Equipamentos de TIC - computadores	500.859	0,6%	-	-
	Equipamentos e material permanente	310.063	0,3%	-	-
	Equipamentos de TIC - impressoras	49.880	0,1%	-	-
	Mobiliário em geral	-	-	84.320	6,6%
Total DTI/PF		90.385.934	100,0%	1.277.575	100,0%
Total		163.856.740	100,0%	20.155.896	100,0%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Percebe-se que do montante executado pela Unidade 200342 - DTI/PF (R\$ 90 milhões), cerca de R\$ 47,8 milhões foram destinados à aquisição de *software* e cerca de R\$ 41,6 milhões para equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Na

Unidade 200346 - DITEC/PF, do montante executado (R\$ 48 milhões), cerca de R\$ 20,6 milhões foram destinados à Obras em Andamento, referente a reforma e ampliação do Instituto Nacional Criminalística, com a Implantação do Centro Nacional de Difusão Forense, e cerca de R\$ 20,5 milhões foram destinados à aquisição de equipamentos de tecnologia e comunicação (TIC - Servidores/Storage). E na Unidade 200396 - SR/PF/PB, do montante executado (R\$ 25,3 milhões), cerca de R\$ 23,4 milhões foram destinados à Obras em Andamento, referente a construção da sede da Superintendência.

2.14 Nota 14 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar

2.14.1 Restos a Pagar Não Processados

Do montante inscrito de R\$ 446,02 milhões em Restos a Pagar Não Processados (RPNP), para execução a partir de janeiro de 2018, R\$ 299 milhões foram inscritos no final do exercício de 2017 e R\$ 146,9 milhões reinscritos de exercícios anteriores. Desse montante, aproximadamente R\$ 252,8 milhões foram pagos e R\$ 143,1 milhões foram cancelados durante o exercício de 2018, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 61. Restos a Pagar não Processados - por categoria econômica da despesa

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2017	Liquidados em 2018	Pagos em 2018	Cancelados em 2018
Despesas Correntes	86.244.996,37	223.132.421,60	171.745.577,54	154.945.430,38	122.817.096,24
Pessoal e Encargos Sociais	38.984.136,26	11.300.260,54	28.981.714,14	12.220.537,96	21.181.778,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	47.260.860,11	211.832.161,06	142.763.863,40	142.724.892,42	101.635.318,21
Despesas Capital	60.679.058,97	75.965.088,72	97.950.235,08	97.926.816,22	20.289.545,16
Investimentos	60.679.058,97	75.965.088,72	97.950.235,08	97.926.816,22	20.289.545,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	146.924.055,34	299.097.510,32	269.695.812,62	252.872.246,60	143.106.641,40

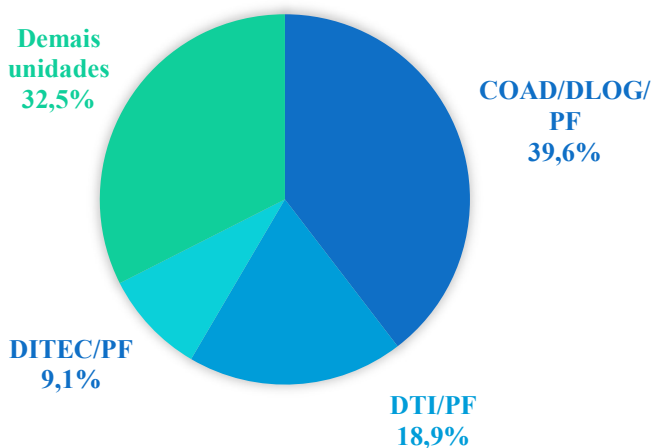
Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se que dos saldos dos empenhos de RPNP relacionados com os gastos correntes inscritos/reinscritos, R\$ 154,9 milhões foram pagos e R\$ 122,8 milhões cancelados durante o exercício de 2018. Em relação aos gastos de capital, foram pagos R\$ 97,9 milhões e

cancelados R\$ 20,2 milhões em 2018.

As Unidades Gestoras mais representativas em relação à inscrição de RPNP, inscritos e reinscritos, são as UG's 200334 - COAD/DLOG/PF, 200342 - DTI/PF e a 200406 - DITEC/PF, correspondendo, respectivamente, a 40%, 19% e 9%, conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 17. Restos a Pagar não Processados - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

Essas três Unidades totalizam 68% em relação aos empenhos inscritos/reinscritos na PF em RPNP por serem as maiores Unidades Gestoras responsáveis pela execução das despesas, conforme **Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa**.

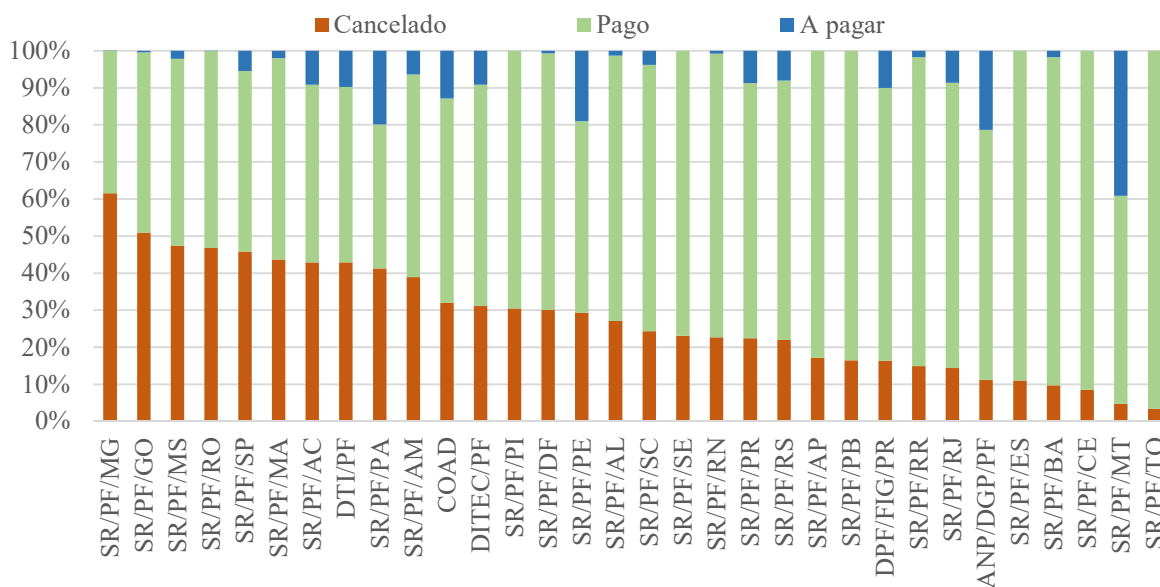
Durante o exercício de 2018, a Seccional de Contabilidade/PF desenvolveu acompanhamento das contas de Restos a Pagar, por meio dos Processos SEI nº 08004.000517/2018-16 e 08000.033239/2018-13, com o objetivo de reduzir os estoques dessas despesas.

Dessa forma, foram realizadas orientações às Unidades Gestoras quanto a análise dessas despesas por meio do Despacho SECONT/COF/DLOG/PF (SEI nº 61712393), assunto: **Plano de Ação - Integralidade dos Empenhos Inscritos em Restos a Pagar**, que direcionou os procedimentos de análise para a realização dos devidos ajustes, cancelamentos dos empenhos que não seriam executados e também àqueles que poderiam permanecer com saldo mediante justificativas observando as regras contidas no Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018.

Após esses controles efetuados pelas as Unidades Gestoras em 2018, os percentuais

da execução dos Restos a Pagar Não Processados (cancelados, pagos e a pagar), por Unidade Gestora na PF, no final desse exercício, estão discriminados na figura abaixo. As informações estão apresentadas por ordem decrescente do percentual de empenhos cancelados de RPNP por UG.

Figura 18. Execução RPNP - por UG

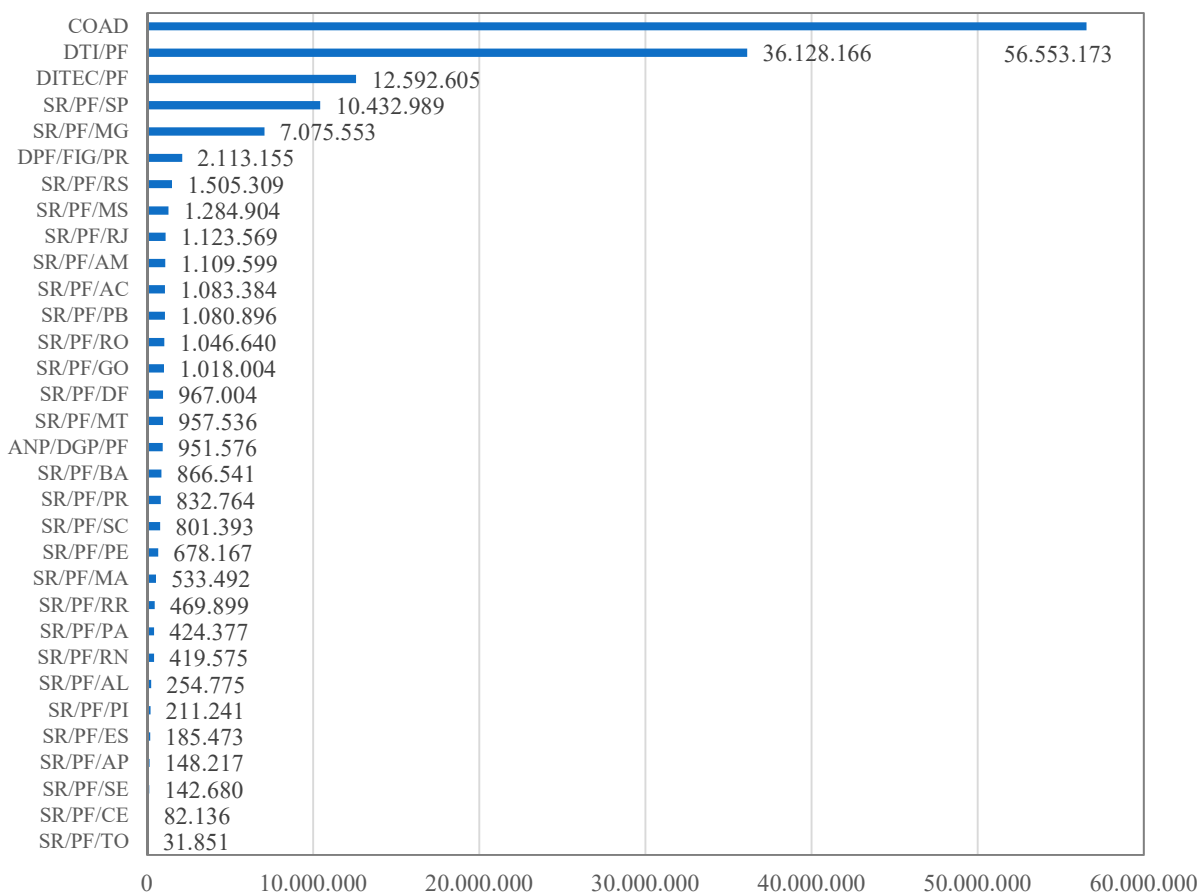


Fonte: SIAFI, 2018.

Todas as Unidades da PF realizaram cancelamentos de empenhos inscritos em RPNP durante o exercício de 2018. Dessas, 14 Unidades apresentaram cancelamentos superiores a 30% dos totais inscritos e reinscritos em anos anteriores a 2018 conforme figura acima.

Os valores monetários totais cancelados de RPNP, em 2018, por Unidade Gestora, estão representados na figura abaixo por ordem decrescente de cancelamento.

Figura 19. Valores cancelados em RPNP - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

A Unidade que apresentou os maiores valores cancelados em RPNP, em 2018, foi a COAD/DLOG, com R\$ 56,6 milhões, seguida da DTI/PF com R\$ 36,1 milhões, DITEC/PF com R\$ 12,5 milhões e SR/PF/SP com R\$ 10,4 milhões. Essas Unidades são as que apresentaram os maiores orçamentos e execuções orçamentárias no Órgão em 2018, conforme explicado na **Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa**.

2.14.2 Restos a Pagar não Processados liquidados e Restos a Pagar Processados

O conjunto formado pelos Restos a Pagar Processados (RPP), inscritos e reinscritos, possuía, no início do exercício de 2018, um montante de R\$ 29,4 milhões. Desse montante, houve execução de 97,6%, tendo ocorrido o pagamento de R\$ 28,7 milhões e o cancelamento

de, aproximadamente, R\$ 589 mil. No encerramento do exercício de 2018, o saldo reinscrito em Restos a Pagar Processados foi de R\$ 97 mil, conforme tabela a seguir.

Tabela 62. Restos a Pagar não Processados liquidados e Restos a Pagar Processados

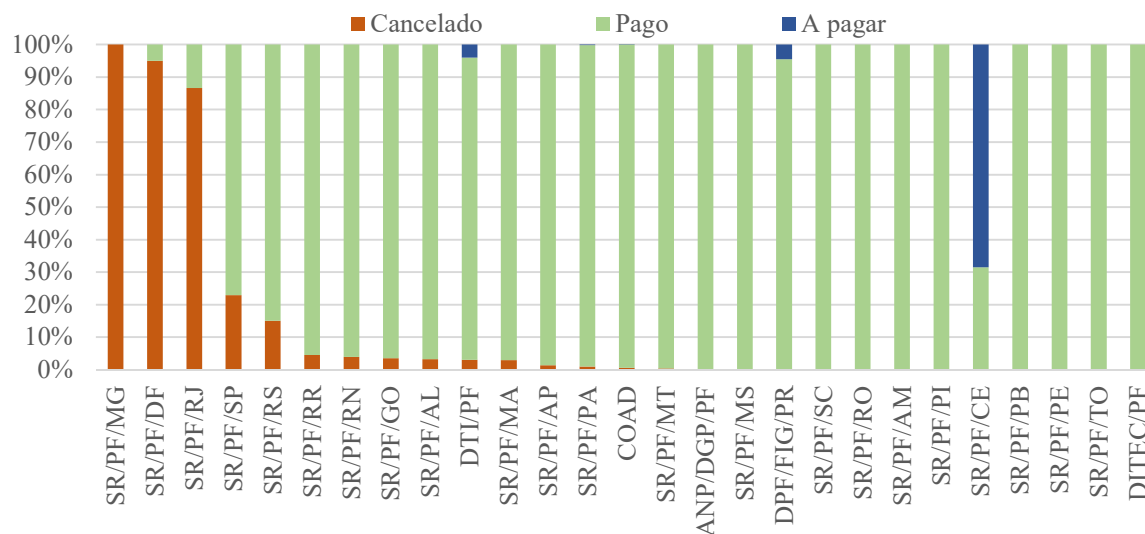
Despesas Orçamentárias	Inscritos em 31 de dezembro de 2017	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados	Pagos	Saldo
Correntes	27.286.847	498.650	546.716	27.187.327	51.456
De Capital	1.640.691	-	42.767	1.552.284	45.640
Total	28.927.537	498.650	589.483	28.739.610	97.095

Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se que em relação aos gastos correntes, o estoque remanescente ao final do exercício de 2018 foi de apenas 0,2% do saldo inicial. Em relação aos gastos de capital, o estoque remanescente representa 2,8% do saldo inicial. O grande volume de execução dos Restos a Pagar Processados foi possível devido à priorização da quitação de obrigações contraídas nos anos anteriores e os controles efetuados pelas Unidades Gestoras em 2018, em decorrências das orientações mencionadas acima pela Setorial Contábil/COF/DLOG/PF, por meio dos Processos SEI nº 08004.000517/2018-16 e 08000.033239/2018-13, para acompanhamento das contas de Restos a Pagar

Em 2018, os percentuais de execução dos Restos a Pagar Processados (cancelados, pagos e a pagar) por Unidade Gestora na PF está discriminado na figura abaixo. As informações estão apresentadas por ordem decrescente do percentual de empenhos cancelados de RPP por UG.

Figura 20. Execução RPP - por UG

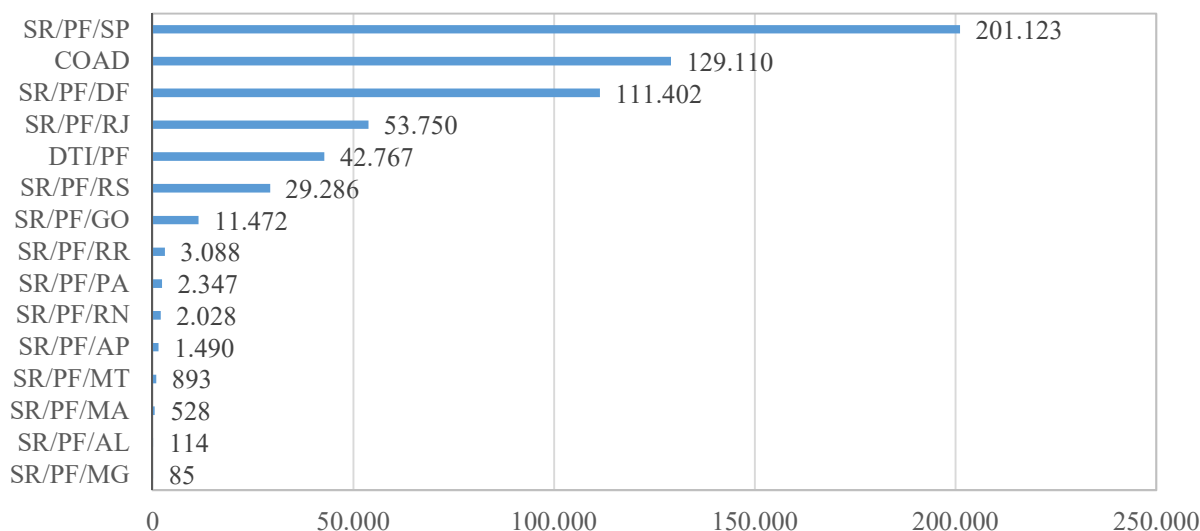


Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se que das 32 Unidades Gestoras responsáveis pela execução orçamentária da PF, 14 Unidades efetuaram cancelamento de Restos a Pagar Processados, conforme detalhado na figura.

Os valores monetários totais cancelados de RPP, por Unidade Gestora, em 2018, estão representados na figura a seguir, por ordem decrescente de cancelamento.

Figura 21. Valores cancelados em RPP - por UG



Fonte: SIAFI, 2018.

A Unidade que apresentou os maiores valores cancelados em RPP, em 2018, foi a SR/PF/SP, com R\$ 201,1 milhões, seguida da COAD/DLOG/PF, com R\$ 129,1 milhões, SR/PF/DF, com R\$ 111,4 milhões e SR/PF/RJ com R\$ 53,8 milhões.

2.14.3 Pagamento de Restos a Pagar

Conforme apresentado na **Tabela 61** e na **Tabela 62**, em 2018, o total de Restos a Pagar pagos, não processados e processados, totalizaram o montante de R\$ 281,6 milhões. Na tabela a seguir são detalhados esses pagamentos por fontes de recursos.

Tabela 63. Pagamento de Restos a Pagar - por fonte de recursos.

Fonte de Recursos	2018	AV	2017	AV	AH
Recursos Ordinários	17.203.340	6,1%	83.842.162	31,0%	-79,5%
Recursos Vinculados	264.408.517	93,9%	186.555.742	69,0%	41,7%
Recursos de concessões e permissões	9.218	0,0%	-	-	100,0%



Fonte de Recursos	2018	AV	2017	AV	AH
Alienação de bens apreendidos	-	-	103.291	0,0%	-100,0%
Recursos não-financeiros diretam. arrecadados	5.096.075	1,8%	6.476.368	2,4%	-21,3%
Contribuição plano seguridade social servidor	41.001	0,0%	-	-	100,0%
Contribuição patronal p/plano de segurid.soc.serv.	-	-	14.770	0,0%	-100,0%
Tx/mul.p/poder de polícia e mul.prov.proc.jud	174.793.679	62,1%	156.638.050	57,9%	11,6%
Recursos financeiros diretamente arrecadados	-	-	8.965	0,0%	-100,0%
Remuneração das disponib. do Tesouro Nacional	84.468.545	30,0%	23.314.298	8,6%	262,3%
Total	281.611.857	100,0%	270.397.904	100,0%	4,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que o principal montante de pagamentos em Restos a Pagar, em 2018, ocorreu nas fontes de recursos vinculados com 93,9% do total pago. Os maiores valores desses recursos referem-se àquelas vinculadas à Taxas e Multas com Poder de Polícia e aos processos judiciais, que importaram em cerca de R\$ 174,7 milhões (62,1% do montante total) e com crescimento de 11,6% em relação a 2017.

Em 2018, foram pagos 59,2% (R\$ 281,6 milhões) dos R\$ 475,3 milhões inscritos em Restos a Pagar, evidenciando uma evolução de pagamento de 4,1% em relação a 2017.

2.14.4 Estoques de Restos Pagar (Não Processados e Processados) em 31/12/2018

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se na tabela a seguir, a composição final do estoque dos Restos a Pagar ao final dos exercícios de 2018 e 2017, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no exercício.

Tabela 64. Estoque de Restos a Pagar

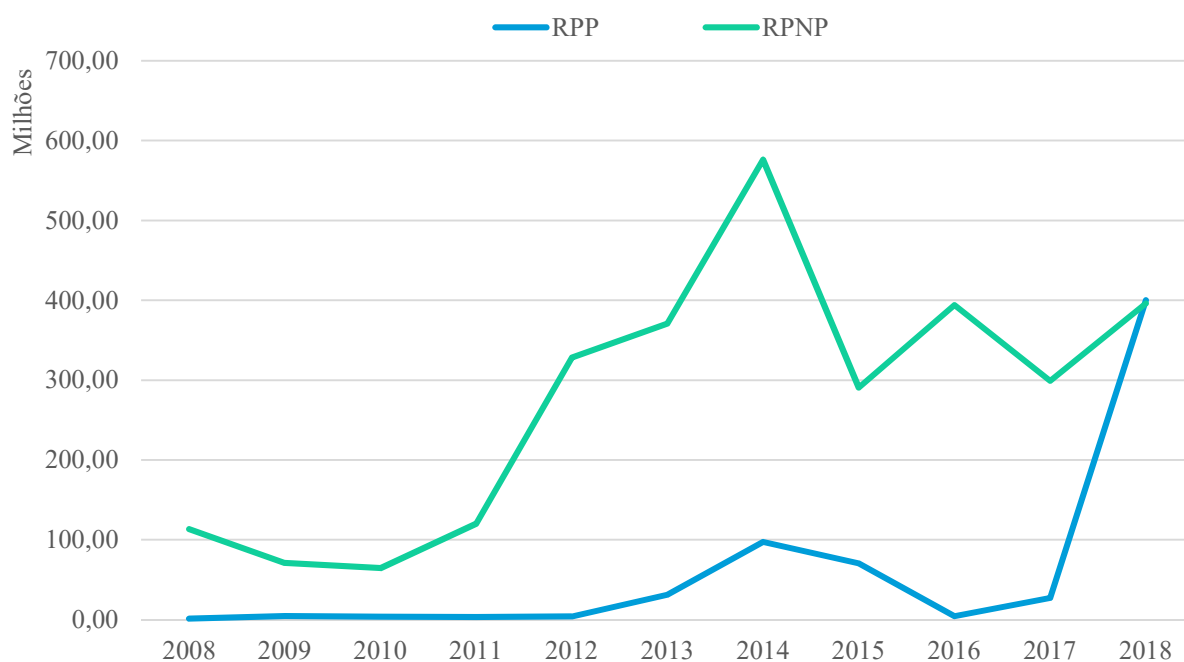
Estoques	2018	2017	AH
RPNP			
Saldo Inicial	50.042.678	148.641.704	-66,3%
RPNP Inscritos	396.111.818	299.097.510	32,4%
Saldo Final	446.154.496	447.739.214	-0,3%
RPNP Liquidados e RPP			
Saldo Inicial	97.095	498.650	-80,5%
RPP Inscritos	400.463.681	27.209.889	1371,7%
Saldo Final	400.560.775	27.708.539	1345,6%
Estoque de Restos a Pagar	846.715.271	475.447.753	78,1%

Fonte: SIAFI, 2018.

Para o início do exercício de 2019, foi inscrito o montante de R\$ 846,7 milhões de Restos a Pagar, representando um acréscimo de R\$ 371,2 milhões (78,1%) em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2018 (R\$ 475,4 milhões).

A seguir é apresentada a composição desse estoque de Restos a Pagar, a partir do ano de inscrição da despesa.

Figura 22. Inscrição de Restos a Pagar - por exercício



Fonte: SIAFI, 2008 a 2018

Observa-se um aumento expressivo dos estoques em Restos a Pagar Processados para 2019. Tal acréscimo refere-se, principalmente, a liquidação da folha de dezembro de 2018 realizado pela Unidade Gestora 200334 - COAD/DLOG/PF e o pagamento somente no início de janeiro de 2019, devido à problemas na nova rotina de implementação da emissão de ordens bancárias, conforme explicado na **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**. Dessa forma, do montante de R\$ 400,4 milhões inscritos em RPP em 2019, 98,1% (R\$ 392,7 milhões) destinou-se ao pagamento dessa folha.

Além desse montante, foram reinscritos em 2018 em Restos a Pagar Processados, para execução em 2019, o saldo inicial (anos anteriores a 2018) de R\$ 97 mil distribuídos nas Unidades Gestoras apresentadas a seguir.

Tabela 65. Estoque de Restos a Pagar Reinscrito por UG

Unidades Gestoras	2018
200334 - Coordenação de Administração-COAD/DLOG/PF	1.215
200342 - Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação-DTI/PF	55.936
200366 - Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu-DPF/FIG/PR	3.832
200386 - Superintendência Regional no Estado do PA-SR/PF/PR	259
200392 - Superintendência Regional no Estado do CE-SR/PF/CE	35.853
Total	97.095

Fonte: SIAFI, 2018.

Quanto ao estoque de Restos a Pagar Não Processados, em 2018, houve uma redução de 0,3% em relação a 2017, devido ao decréscimo de 66,3% na reinscrição de empenhos de exercícios anteriores a 2018 conforme demonstrado na **Tabela 64. Estoque de Restos a Pagar**.

No encerramento de 2018, foram reinscritos em RPNP o montante de R\$ 50 milhões e inscritos R\$ 396,1 milhões. As inscrições efetuadas em 2018 representaram um acréscimo de 32,4% em relação às ocorridas em 2017.

2.15 Nota 15 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/64. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, no exercício de 2018, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 750 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 7,2 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$ 6,5 bilhões no referido exercício, evidenciando que a execução de despesas ocorreu em ritmo superior ao da realização de receitas. Isso ocorre na PF, pois as despesas orçamentárias são financiadas com os recursos do Tesouro Nacional.

Na tabela a seguir, demonstra-se o comportamento das despesas empenhadas e das receitas realizadas (arrecadação líquida) no exercício de 2018, apresentando o resultado orçamentário por grupos de fontes de recursos.

Tabela 66. Resultado Orçamentário - por grupo de fonte de recursos

Grupo de Fontes	Receita Orçamentaria (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Ordinárias	-	5.800.405.391	-5.800.405.391
Recursos ordinários	-	5.800.405.391	-5.800.405.391
Desvinculação das receitas da união-fonte 100	-	-	-
Vinculadas	750.404.325	1.495.035.640	-744.631.315
Conc.Prog.Funpen (Fundo Penitenc.Nacional)		2.360.669	-2.360.669
Receita da Dívida Ativa - Funapol	3.521	-	3.521
Receitas de Alienações- Funapol	200.949	-	200.949
Receitas de Decisões Judiciais-PF	1	-	1
Receitas de Concurso Público - Funapol	26.435.133	-	26.435.133
Receita de Aluguéis Da Funapol	238.042	-	238.042
Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	-	5.578.483	-5.578.483
Contribuição P/Financiam. da Seguridade Social	-	164.439.853	-164.439.853
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	3.512.085	-3.512.085
Alienação de Bens/Direitos Patrim. Público/PF	4.629.900	-	4.629.900
Contrib.Patronal P/Plano de Segurid. Soc. Serv.	-	724.444.709	-724.444.709
Rec. de Migração/Segurança Privada e Armas/PF	695.732.824	535.508.811	160.224.013
Multas Decorrentes De Sentenças Judiciais/PF	77.911	-	77.911
Receita De Químicos/Funapol/PF	2.007.624	-	2.007.624
Rec. de Migração/Segurança Privada E Armas/PF	-	44.799.568	-44.799.568
PF-Rec.Vinc.Aplic.Polit.Publ. Específicas	21.078.420	14.391.463	6.686.958
Total	750.404.325	7.295.441.031	-6.545.036.706

Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se, a partir das informações apresentadas na tabela anterior, que o resultado orçamentário dos grupos de fontes Recursos Ordinários e Receitas Vinculadas foram deficitários em R\$ 5,8 bilhões e 744,6 milhões, respectivamente. Desta forma, a execução das despesas nesses grupos de fontes de recursos somente foi possível em função das despesas orçamentárias da Polícia Federal serem custeadas com recursos do Tesouro Nacional.

Dentre os grupos de fontes superavitários, destacam-se aqueles relacionados às Receitas de Migração, Segurança Privada e Armas, cujo superávit alcançou, aproximadamente, R\$ 160,2 milhões.

2.16 Nota 16 - BF - Ingressos

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do

exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro apura o resultado financeiro do exercício.

Na tabela a seguir, são apresentados os ingressos de 2018 da PF, divulgados no Balanço Financeiro e suas variações em relação a 2017.

Tabela 67. Ingressos PF

Ingressos	2018	AV	2017	AH
Receitas Orçamentárias	750.404.325	4,6%	972.840.153	-22,8%
Transferências Financeiras Recebidas	14.388.794.700	88,6%	13.492.105.311	6,7%
Recebimentos Extraorçamentários	1.068.972.245	6,6%	328.545.462	225,4%
Saldo do Exercício Anterior	35.823.864	0,2%	63.359.457	-43,5%
Total	16.243.995.135	100,0%	14.856.850.382	9,34%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em 2018, na PF, do total de ingressos no Balanço Financeiro, 88,6% (R\$ 14,3 bilhões) referem-se às Transferências Financeiras Recebidas, com uma evolução de 6,7%, resultantes de repasse e sub-repasse recebidos da STN, pois a PF é um órgão financiado com recursos do Tesouro Nacional. Mais informações sobre transferências financeiras recebidas, consultar a **Nota 10 - Resultado Patrimonial**.

Os recebimentos extraorçamentários representaram 6,6% do total dos ingressos e compreendem aqueles não previstos no orçamento, por exemplo: ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, depósitos restituíveis e valores vinculados, inscrição de restos a pagar, dentre outros. A maior parte dos recebimentos extraorçamentários da PF em 2018 são relativas as inscrições dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com 74,5%. Para mais informações sobre esses recebimentos extraorçamentários e suas variações na PF, consultar **Nota 14 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar**.

O terceiro grupo que compõe os ingressos do BF na PF em 2018 são as Receitas Orçamentárias, que representam 4,6% do total. Na sequência, é apresentada a composição dessas receitas.

Tabela 68. Receita Orçamentária - Composição

Receitas Orçamentárias	2018	2017	AH
Ordinárias	-	272.517.603	-100,0%
Vinculadas	757.195.187	704.368.779	7,5%
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	-
Alienação de Bens e Direitos	8.323.806	4.908.247	69,6%

Receitas Orçamentárias	2018	2017	AH
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	746.863.757	676.085.242	10,5%
Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.007.624	23.375.290	-91,4%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.790.862	-4.046.229	67,8%
Total	750.404.325	972.840.153	-22,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela PF, optou-se pela divulgação das receitas orçamentárias, pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

As Receitas Orçamentárias são divididas em receitas ordinárias e receitas vinculadas. Na PF, em 2018, há somente Receitas Orçamentárias Vinculadas. Assim, do total arrecadado com Receitas Orçamentárias, 100% refere-se às Vinculadas, resultantes de Alienação de Bens e Direitos e Outros Recursos Vinculados a Órgãos, Programas e Fundos. Houve uma retração de 22,9% (R\$ 222,4 milhões) em relação a 2017, para mais informações sobre as execuções da receita orçamentária e suas variações, consultar a **Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita**.

2.17 Nota 17 - BF - Dispêndios

Na tabela a seguir são apresentados os dispêndios da PF, em 2018, divulgados no Balanço Financeiro e suas variações em relação a 2017.

Tabela 69. Dispêndios PF

Dispêndios	2018	AV	2017	AH	AH
Despesas Orçamentárias	7.295.441.031	44,9%	6.807.246.729	45,8%	7,2%
Transferências Financeiras Concedidas	8.176.508.930	50,3%	7.708.389.657	51,9%	6,1%
Despesas Extraorçamentárias	284.151.325	1,7%	305.390.132	2,1%	-7,0%
Saldo para o Exercício Seguinte	487.893.848	3,0%	35.823.864	0,2%	1261,9%
Total	16.243.995.135	100,0%	14.856.850.382	100,0%	9,3%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em 2018, do total de dispêndios no Balanço Financeiro, 50,3% referem-se às Transferências Financeiras Concedidas, 44,9% às Despesas Orçamentárias, 1,7% com

Despesas Extraorçamentárias e 3% com Saldo para o exercício seguinte. Esses dispêndios tiveram uma evolução de 9,3% em relação a 2017.

O grupo mais significativo de dispêndios são as transferências financeiras concedidas que montam um valor de R\$ 8,2 bilhões. Essas transferências são os repasses e sub-repasses efetuados pela COF/DLOG/PF às Unidades Gestoras da PF, conforme explicado na **Nota 10 - Resultado Patrimonial**.

As Despesas Orçamentárias da PF é o segundo grupo mais representativo de dispêndios do BF e compreendem as despesas ordinárias e vinculadas executadas. O montante importado em 2018 foi de R\$ 7,2 bilhões, conforme apresentada na tabela a seguir. A tabela é detalhada por grupos de fontes de recursos e suas variações em relação a 2017.

Tabela 70. Execução da Despesa Orçamentária - por grupo de fonte de recursos.

Grupo de Fontes	2018	2017	AH
Despesas Ordinárias	5.800.405.391	4.223.264.781	37,3%
Despesas Vinculadas	1.495.035.640	2.583.981.948	-42,1%
Conc. prog. FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional)	2.360.669	1.596.708	-42,1%
Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	5.578.483	-	100,0%
Receitas de alienações- FUNAPOL		93.791	-100,0%
Receita de aluguéis da FUNAPOL		327.931	-100,0%
Contribuição social s/o lucro das pessoas jurídicas		51.700.034	-100,0%
Contribuição p/financiam. da seguridade social	164.439.853	1.435.063.142	-88,5%
Contribuição plano seguridade social servidor	3.512.085	51.876.301	-93,2%
Contribuição patronal p/plano de seguridade social servidor	724.444.709	103.361.129	600,9%
Taxas e multas p/poder de polícia e multas prov. proc. jud		59.172	-100,0%
Rec.de migração/segurança privada e armas/PF	535.508.811	301.716.298	77,5%
Receita de químicos/FUNAPOL/PF		19.967.087	-100,0%
Multas previstas na lei nº 9.605/98-FNMA		50.600	-100,0%
Remuneração das disponibilidades do tesouro nacional		491.608.842	-100,0%
PF-REC. VINC.APLIC.POLIT.PUBL.ESPECIFICAS	14.391.463	-	100,0%
Rec.de migração/segurança privada e armas/PF	44.799.568	126.560.913	-64,6%
Total	7.295.441.031	6.807.246.729	7,2%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que, em 2018, 79,5% das Despesas Orçamentárias foram executadas em fontes de recursos ordinárias, e em 2017, esta relação foi de 62%. Portanto, houve uma evolução de, aproximadamente, 37,3% no período analisado.

As Despesas Orçamentárias executadas em fontes de recursos vinculadas, em 2018, perfaziam o montante de R\$ 1,5 bilhões, e em 2017, esses gastos eram de R\$ 2,6 bilhões. Portanto, houve uma redução de aproximadamente 42,1% no período analisado.

O grupo que mais contribuiu para que essas variações ocorressem, entres as

despesas ordinárias e vinculadas, foi a transferência de fonte de recursos para pagamento dos gastos de Seguridade Social, das vinculadas para as ordinárias, pois em 2018 houve alteração de fonte para pagamento do item “Aposentadoria RPPS, Reserva Remuneração e Reforma Militar”, conforme informações enviadas por e-mail em 25/03/19 da área de Folha de Pagamento DEOF/COAD/DLOG/PF.

Do montante de R\$ 1,5 bilhões de dispêndios com Despesas Vinculadas de 2018, cerca de 59,7% estavam relacionados com gastos em Seguridade Social (Exceto RGPS), 40,2% com despesas com Outros Recursos Vinculados a Órgão e Programas e 0,2% com despesas de Outros Recursos Vinculados a Fundos. Em 2017, do montante dessas despesas, cerca de 63,5% estavam relacionados com gastos de Seguridade Social (Exceto RGPS), 16,6% com despesas com Outros Recursos Vinculados a Órgão e Programas, 19% com Operações de Crédito e 0,2% com despesas de Outros Recursos Vinculados a Fundos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 71. Dispêndios - Despesas Vinculadas - Detalhamento.

Despesas Vinculadas	2018	AV	2017	AV	AH
Seguridade Social (Exceto RGPS)	892.396.646	59,7%	1.642.000.605	63,5%	-45,7%
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	-	-	-
Operação de Crédito	-	-	491.608.842	19,0%	-100,0%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	600.278.325	40,2%	428.758.106	16,6%	40,0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.360.669	0,2%	21.614.395	0,8%	-89,1%
Total	1.495.035.640	100,0%	2.583.981.948	100,0%	-42,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Para mais informações sobre a execução das despesas orçamentárias e suas variações, consultar a **Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa** e **Nota 15 - Resultado Orçamentário**.

O terceiro grupo que compôs os dispêndios do BF da PF, em 2018, foram as despesas extraorçamentárias, representando 1,7% do total. Essas despesas compreendem os pagamentos que não se submetem ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a) Relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos); e,
- b) Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

A maior parte das despesas extraorçamentários da PF em 2018 são relativas aos pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com 99,1% do total. Para mais

informações sobre os pagamentos extraorçamentários e suas variações na PF, consultar **Nota 14 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar**

Os últimos itens, que compõem os ingressos e os dispêndios do Balanço Financeiro da PF, em 2018, referem-se aos Saldos de Exercício Anterior, com R\$ 35,8 milhões e para o Exercício Seguinte, com R\$ 487,8 milhões e compreendem os recursos financeiros e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, sendo demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados. Esses itens e suas movimentações são explicados na **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**.

2.18 Nota 18 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários do Balanço Financeiro, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da PF. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro, no exercício de 2018 na PF, foi superavitário em R\$ 452 milhões e sua composição é demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 72. Resultado Financeiro - Composição

	2018	2017	AH
Receitas Orçamentárias	750.404.325	972.840.153	-22,9%
Despesas Orçamentárias	7.295.441.031	6.807.246.729	7,2%
Resultado Orçamentário (I)	-6.545.036.706	-5.834.406.576	12,2%
Transferências Financeiras Recebidas	14.388.794.700	13.492.105.311	6,6%
Transferências Financeiras Concedidas	8.176.508.930	7.708.389.657	6,1%
Transferências Financeiras Líquidas (II)	6.212.285.770	5.783.715.654	7,4%
Recebimentos Extraorçamentários	1.068.972.245	328.545.462	225,4%
Despesas Extraorçamentárias	284.151.325	305.390.132	-7,0%
Resultado extraorçamentário (III)	784.820.920	23.155.329	3289%
Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)	452.069.984	-27.535.592	-1742%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em comparação com o Resultado Financeiro do exercício de 2017, observa-se um crescimento de 1,742%. Tal evolução foi explicada na **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**.

As Transferências financeiras recebidas e concedidas, que são os valores mais representativos para elaboração do Resultado Financeiro, estão explicados de forma mais detalhada na **Nota 10 - Resultado Patrimonial**.

Em 2018, as Receitas Orçamentárias e a Despesas Orçamentárias apresentaram redução de 22,9% e acréscimo de 7,2%, respectivamente, em comparação com o exercício anterior. Tais itens e suas variações estão detalhados na **Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita** e **Nota 13 - Execução Orçamentária da Despesa**.

Dentre os recebimentos extraorçamentários, destaca-se a inscrição de Restos a Pagar com o montante de R\$ 796,5 milhões (74,5%), representando 4,9% do total de ingressos do BF.

Dentre despesas extraorçamentárias, destaca-se o pagamento dos Restos a Pagar com o montante de R\$ 281,6 milhões (99,1%), representando 1,7% do total de dispêndios do BF.

Os recebimentos e as despesas extraorçamentárias relacionados aos Restos a Pagar estão explicadas na **Nota 14 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar**.

2.19 Nota 19 - DFC - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa

porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. Dessa forma, em 2018, o resultado apurado pela PF foi positivo em R\$ 452 milhões, representando um aumento da ordem de 452,1% em relação a 2017, quando o resultado foi negativo em R\$ 27,5 milhões.

A seguir é apresentada a formação do aumento de caixa e equivalentes de caixa ocorrido no exercício de 2018 comparado ao de 2017.

Tabela 73. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.

Fluxos de Caixa	2018	2017	AH
Das Atividades Operacionais	581.015.677	105.240.850	452,1%
Das Atividades de Investimento	-128.945.693	-132.776.443	-2,8%
Das Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	452.069.984	-27.535.592	-1742%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Em 2018, observa-se que houve um aumento na geração de caixa, cuja explicação consta na **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**. O item responsável pela evolução da geração de caixa no exercício foi o fluxo das atividades operacionais que contribuiu com R\$ 581 milhões.

2.19.1 Atividades Operacionais

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não estão relacionadas com as atividades de investimento e de financiamento. O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas por meio de tributos (direta e indiretamente) e pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais demonstra a condição da entidade em manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e realizar novos investimentos sem recorrer a fontes externas de

financiamento. Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público representam uma indicação da proporção em que o governo financia suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

O fluxo de caixa das Atividades operacionais da PF, em 2018, evoluiu 452,1% em relação a 2017 e estava composto conforme tabela a seguir.

Tabela 74. Atividades Operacionais - Composição.

Operacionais	2018	AV	2017	AV	AH
Ingressos (I)	15.406.955.154	100,0%	14.462.329.241	100,0%	6,5%
Receitas Derivadas e Originárias	745.774.425	4,8%	967.995.353	6,7%	-23,0%
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-	-	-
Outros Ingressos das Operações	14.661.180.729	95,2%	13.494.333.888	93,3%	8,6%
Desembolsos (II)	-14.825.939.477	100,0%	-14.357.088.390	100,0%	3,3%
Pessoal e Demais Despesas	-6.017.352.384	40,6%	-5.995.357.182	41,8%	0,4%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-629.538.694	4,2%	-618.349.323	4,3%	1,8%
Outros Desembolsos das Operações	-8.179.048.399	55,2%	-7.743.381.885	53,9%	5,6%
Fluxo de Caixa (I)+(II)	581.015.677		105.240.850		452,1%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O fluxo de caixa das “Atividades Operacionais” foi constituído pelos ingressos de R\$ 15,4 bilhões e pelos desembolsos de R\$ 14,8 bilhões, com evolução de R\$ 475,7 milhões. Houve crescimento tanto nos ingressos (6,5%) quanto nos desembolsos (3,3%) dessas atividades em 2018.

Do total de ingresso das atividades operacionais de 2018 da PF, 95,2% referem-se ao item “Outros Ingressos das Operações”. A rubrica “Transferências Financeiras Recebidas” compõe 98,1% desse item, sendo a principal responsável pela movimentação que mais impactou na evolução do saldo dessas atividades em 2018 em relação a 2017. Essa rubrica, em 2017, registrou ingressos da monta de R\$ 13,4 bilhões, enquanto que, em 2018, tais entradas foram de R\$ 14,3 bilhões, resultando em uma evolução de, aproximadamente, R\$ 896,6 milhões.

Outro item que compõe os ingressos das Atividades Operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da PF em 2018, foram as Receitas Derivadas e Originárias com R\$ 745,7 milhões, 4,8% do total. Esse item foi formado principalmente pelas rubricas “Receitas Tributárias” com 90,4%, “Receitas Patrimoniais” com 0,1%, Receitas de Serviços com 3,5% e as “Outras Receitas Derivadas e Originárias” com 6%. Essas receitas estão detalhadas na

Tabela 45. Origens das receitas arrecadadas e na Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita

As Receitas Derivadas e Originárias tiveram retração de 23% em relação a 2017, sendo que a rubrica “Outras Receitas Derivadas e Originárias” foi a principal responsável por essa retração. Na tabela a seguir, é apresentada a composição dessa rubrica.

Tabela 75. Outras Receitas Derivadas e Originárias - Composição

	2018	AV	2017	AV	AH
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	219.980	0,5%	5.194.877	6,4%	-95,8%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	44.515.572	99,5%	75.593.633	93,4%	-41,1%
Bens, Direitos e Valores Incorp. Patrimônio Público	1	0,0%	-	-	100,0%
Demais Receitas Correntes	3.521	0,0%	176.213	0,2%	-98,0%
Receitas Correntes a Classificar	-	-	-	-	-
Total	44.739.074	100,0%	80.964.723	100,0%	-44,7%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O principal item desse grupo de receitas se refere às Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, que importou em, aproximadamente, R\$ 44,5 milhões e um decréscimo de 41,1% em relação a 2017. Para mais informações, consultar a **Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita**.

Em relação aos desembolsos das Atividades Operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da PF em 2018, do total de R\$ 14,8 bilhões, 55,2% são compostos com “Outros Desembolsos das Operações”, 40,6% com “Pessoal e Demais Despesas” e 4,2% com “Transferências Concedidas”. Esses desembolsos cresceram 3,3% em relação a 2017.

A rubrica “Transferências Financeiras Concedidas”, que corresponde a 99,9% do total do grupo “Outros Desembolsos da Operações” foi a responsável pela maior variação em relação a 2017 com acréscimo de R\$ 468,1 milhões, equivalente a 6,1%.

As principais saídas de caixa dos fluxos operacionais no item “Pessoal e Demais Despesas” foram: (i) Segurança Pública, R\$ 3,9 bilhões (65,7%), aproximadamente; e (ii) Previdência Social, R\$ 2 bilhões (33,7%).

Cabe ressaltar que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é influenciado por receitas e despesas de natureza financeira.

2.19.2 Atividades de Investimentos

As Atividades de investimento são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Em relação ao fluxo de caixa líquido das “Atividades de Investimento”, houve déficit em 2018 e 2017, com R\$ 128,9 milhões e R\$ 132,7 milhões, respectivamente. O déficit total nas Atividades de Investimentos reduziu 2,9% em relação a 2017 e está detalhado na tabela a seguir.

Tabela 76. Atividades de Investimentos - Composição.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2018	AV	2017	AV	AH
Ingressos (I)	4.629.900	100,0%	4.844.800	100,0%	-4,4%
Alienação de Bens	4.629.900	100,0%	4.844.800	100,0%	-4,4%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-	-
Desembolsos (II)	-133.575.593	100,0%	-137.621.243	100,0%	-2,9%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-125.549.308	94,0%	-137.226.932	99,7%	-8,5%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-8.026.285	6,0%	-394.310	0,3%	1.935,5%
Fluxo de Caixa (I)+(II)	-128.945.693		-132.776.443		-2,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O fluxo de caixa das “Atividades de Investimentos” foi formado pelos ingressos de R\$ 4,6 milhões e pelos desembolsos de R\$ 133,5 milhões, com retração de R\$ 3,8 milhões. Houve retração tanto nos ingressos (4,4%) quanto nos desembolsos (2,9%) dessas atividades em 2018, contribuindo para isso a diminuição no déficit dessas atividades.

Os ingressos dessas Atividades de Investimentos em 2018 são provenientes das Receitas de Capital com alienações de bens móveis, conforme detalhado no item 7.1.2 - Receitas de Capital, da **Nota 12 - Execução Orçamentária da Receita**.

Os desembolsos dessas Atividades de Investimentos são provenientes das Despesas de Capital com o pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis do ativo não circulante

e com outros desembolsos de investimentos. A rubrica “Aquisição do Ativo não Circulante” representa 94% desses desembolsos, com retração de 9% em relação a 2017. A rubrica “Outros Desembolsos de Investimentos” representam 6% do total de desembolsos e com acréscimo de 1.935,5%.

A tabela a seguir detalha os desembolsos das Atividades de Investimentos da PF em 2018 e 2017 na PF por natureza de despesas.

Tabela 77. Desembolsos das Atividades de Investimentos - Composição.

Elemento Despesa	2018	AV	2017	AV	AH
Equipamentos e Material Permanente	79.180.399	59,3%	109.310.129	79,4%	-27,6%
Obras e Instalações	46.368.909	34,7%	27.916.803	20,3%	66,1%
Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC.	7.320.983	5,5%	371.025	0,3%	1873,2%
Despesas de Exercícios Anteriores	369.236	0,3%	18.963	0,0%	1847,1%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	334.311	0,3%	-	-	100,0%
Indenizações e Restituições	930	0,0%	4.322	0,0%	-78,5%
Material de Consumo	825	0,0%	-	-	100,0%
Total	133.575.593	100,0%	137.621.243	100,0%	-2,9%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Para o levantamento dos valores de desembolso foi adotado os critérios de categoria econômica por despesas de capital e de grupo de natureza de despesas investimentos, em conformidade com modelo adotado pelo BGU.

O Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) são demonstrações que exibem os fluxos financeiros que afetam o item “Caixa e Equivalentes de Caixa”. Tal item refere-se às contas de “Limite de Saque”, que são utilizadas pela PF para que as Unidades Gestoras consigam operacionalizar lançamentos de recebimentos e pagamentos na Conta Única do Tesouro Nacional.

Para maiores informações sobre o item “Caixa e Equivalentes de Caixa”, consultar a **Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**.